

B

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

José Benevides Queiroz

DURKHEIM: EM BUSCA DA (RE)MORALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Tese de Doutorado em Ciências Sociais
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a orientação da
Profª. Drª. Walquíria G. Domingues Leão
Rêgo.

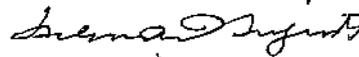
Este exemplar corresponde à versão
final da tese defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 30 de Agosto
de 2006.

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Walquíria G. Domingues Leão Rêgo (Orientadora)



Profª. Drª. Maria Helena Oliva (FFLCH – USP)



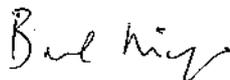
Prof. Dr. Renato Ortiz (IFCH – UNICAMP)



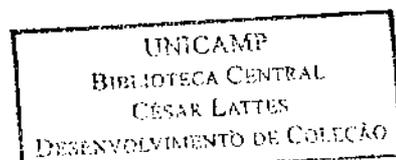
Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo (IFCH – UNICAMP)



Prof. Dr. Bernardo Ricupero (FFLCH – USP)



Agosto/2006



UNIDADE BC
Nº CHAMADA Q32d
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 70780
PROC. 16.12306
C _____ D X
PREÇO 11,00
DATA 28/11/06
BIB-ID 392609

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Q32d

Queiroz, José Benevides
Durkheim : em busca da (Re)Moralização da Economia / José Benevides Queiroz. - Campinas, SP : [s. n.], 2006.

Orientador: Walquíria G. Domingues Leão Rêgo.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Durkheim, Emile, 1858-1917. 2. Economia. 3. Sociologia.
4. Desenvolvimento econômico - Aspectos morais e éticos. I.
Rego, Walquíria G.Domingues Leão. I. Universidade Estadual de
Campinas. II. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III.Título.

sfm/ifch

Título em inglês: Durkheim: searching the (Re) Moralization of Economics.

Palavras chaves em inglês (keywords): Durkheim, Emile, 1858-1917.

Economics
Sociology
Economic development - Moral and ethical aspects

Área de Concentração: Pensamento Social

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: **Profa.Dra. Walquíria G.Domingues Leão Rêgo**
Profa.Dra. Maria Helena Oliva
Prof.Dr. Renato Ortiz
Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo
Prof.Dr. Bernardo Ricupero

Data da defesa: 30/08/2006

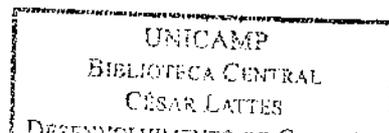
Programa de Pós-Graduação: Doutorado em Ciências Sociais

À memória de Maria Teresa, minha mãe,

com quem aprendi a gostar dos livros e de ler.

Para Maria Tereza,

minha filhinha querida.



*Uma vontade no mecanismo faz contrapeso ao infinito.
Também o infinito encerra um mecanismo. Os
elementos sabem o que fazem e para onde vão. Não há
força cega. Cabe ao homem espreitar as forças e
descobrir-lhes o itinerário.*

Victor Hugo

RESUMO

Em sua obra, Durkheim nunca estudou especificamente a economia. Esta e o pensamento econômico só apareceram como pano de fundo ou foram mencionadas *en passant*. Contudo, isto não o impediu de elaborar análises sobre o estado da economia de sua época e nem muito menos apontar soluções para a mesma. A presente tese tem como objetivo sistematizar e desvelar o pensamento econômico do sociólogo francês, bem como analisar a validade de suas propostas para superar o estado de anomia em que a economia se encontrava. Para isto, partiu-se da hipótese de que, com sua reflexão, *Durkheim buscou (re)moralizar a economia*.

ABSTRACT

In his work, Durkheim never studied the economy specifically. This economy and the economic thought only appeared as a backdrop or were mentioned *en passant*. However, that did not stop him from elaborating analyses on the state of the economy of his time or from pointing solutions to it. The present thesis aims to systematize and show the French sociologist's economical thought, as well as to analyze that validity of his proposals to overcome the state of anomie in which the economy was. For that, one assumes that with his reflection, Durkheim sought to (re)moralize the economy.

SUMÁRIO

Apresentação	ix
Introdução	13
Capítulo I: <i>Os Economistas e Seus Críticos na Sociologia Durkheimiana</i>	17
1.1. Os Limites do Pensamento Econômico	22
- A Contribuição dos Economistas	24
- O Discurso Centrado no Indivíduo	26
- A Falta de Cientificidade	30
- A Autonomia do Objeto e da Ciência Econômica	33
1.2. O Socialismo Como Sintoma	38
- Do Comunismo ao Socialismo	41
- O Pensamento Econômico Socialista	48
a) As Origens do Socialismo	48
<i>i</i> – Os Rudimentos do Socialismo	49
<i>ii</i> – Sismondi, O Início do Socialismo	58
<i>iii</i> – A Contribuição de Saint-Simon	64
b) Crítica à Teoria de Marx	76
1.3. A Contribuição do Socialismo de Cátedra	80
- A Economia Como Função Social	86
- Os Limites do Socialismo de Cátedra	93
Capítulo II: <i>A Economia Sob a Perspectiva de Durkheim: Concepção e Diagnóstico</i>	97
2.1. A Concepção do Fenômeno Econômico	100
- Suas Características	100
- A Natureza do Fenômeno Econômico	103
2.2. Um Diagnóstico do Estado da Economia	110
Capítulo III: <i>A Regulação da Economia Via (Re)Moralização</i>	119
3.1. Os Limites da Ação Estatal	123
3.2. A Moral Como Fundamento da Sociabilidade	131
- A Moral e a Sociabilidade	132
- O Progresso Econômico Como Exemplo	135

3.3. A (Re)Moralização da Economia	140
- A Regulação Moral	141
- As Corporações Como Agente da (Re)Moralização	146
Conclusão	153
Bibliografia	157

APRESENTAÇÃO

A cátedra de *teorias sociológicas* foi o ponto de partida para a feitura desta tese. Anteriormente, desde nossa formação acadêmica, a compreensão que tínhamos de Durkheim era de um pensador eminentemente conservador. Ao que tudo indica no caso brasileiro, em virtude da generalização unilateral de seu método, onde se enfatiza a objetividade do conhecimento e a necessidade da neutralidade científica, aprendemos que o sociólogo francês defendeu que o cientista social não deve se imiscuir em problemas práticos e que, até mesmo, a realidade social é imutável.

A necessidade didática do aprofundamento de nossas leituras fez, pouca a pouco, percebermos outras características do pensamento durkheimiano, que sequer tínhamos apreendido em estudos anteriores. Não só fomos verificando que nosso autor não se eximia de posicionar frente à realidade social, como também em vários momentos propôs determinadas intervenções no sentido de modificá-la.

Dentre todos problemas e fenômenos que preocupavam Durkheim, particularmente nas primeiras obras, constatamos que um era recorrente e estava relacionado com o estado em que a economia se encontrava. Isto, como nossos estudos indicavam, não era por acaso. Do ponto de vista histórico, sua obra desenvolveu-se num contexto social muito similar ao atual. Como o dogmatismo neoliberal, o *laissez-faire* era a tônica predominante no século XIX, principalmente no seu final¹, repercutindo nas mais diversas áreas da sociedade. Neste contexto, de modo semelhante ao presente, algo que parece ser inerente à modernidade, o progresso, as contínuas crises econômicas, as novas tecnologias, etc., lançavam no ar incertezas sobre a vida social.

Para fazer frente à esta realidade, algo que facilmente apreende-se em seus textos e livros, o sociólogo francês desenvolveu análises sobre a situação da economia, bem como sobre os seus nefastos efeitos sobre o conjunto da vida social. Não só. Face às limitações do pensamento dos economistas, o qual criticou de modo implacável, ele elaborou propostas que julgava que seriam capazes de superar o estado em que a economia se encontrava.

¹ Bellamy defende que este momento marca a superação do *liberalismo ético* pelo *liberalismo econômico*. Segundo ele, “quando desapareceu a constelação favorável das forças sociais que ligam a burguesia às instituições e aos valores liberais, as suposições filosóficas do liberalismo ético provaram-se insustentáveis e tiveram de ser radicalmente repensadas”. BELLAMY, R. *Liberalismo e Sociedade Moderna*, São Paulo, Editora Unesp, 1994, pp. 14/15.

Foi a partir daí que elaboramos nosso projeto de pesquisa, o qual redundou na presente tese. No entanto, no início, estabelecemos um objeto muito vago e amplo, pois que simplesmente relacionávamos *Durkheim e a Economia*. Em seguida, buscando uma maior operacionalidade, precisamos o tema, que relacionava *Durkheim com o Pensamento Econômico*. Mesmo este, como indicamos na **Introdução**, apresentou-se inviável. Por fim, algo que se mostrou exequível, definimos nosso objeto nos seguintes termos *Durkheim: em Busca da (Re) Moralização da Economia*.

Neste trajeto, muito devemos a várias pessoas e instituições. Sem seus empréstimos e contribuições, certamente, não teríamos desenvolvido e concluído esta tese.

Em primeiro lugar, agradecemos a nossa orientadora, professora Walquíria Leão Rêgo. Desde antes nosso ingresso no Programa de Doutorado em Ciências Sociais, ela sempre se demonstrou solícita e interessada em nos orientar. Além disso, em relação à malfadada burocracia acadêmica, devemos à ela a defesa da presente tese.

Também importante para o desenvolvimento de nossa tese foi o professor Renato Ortiz. A ele devemos a indicação e o conselho de concorrer à uma bolsa oferecida pelo convênio **CAPES/COFECUB**, a qual nos possibilitou um estágio em Paris junto a **École des Hautes Études em Sciences Sociales**.

Em Paris, foi fundamental, não só pela prestativa acolhida, a orientação do professor Afrânio Garcia. A partir de suas sugestões, saltamos a etapa da perda de tempo decorrente do desconhecimento do lugar, algo inerente aos primeiros passos do trabalho de investigação, e pudemos iniciar de imediato a pesquisa na França. Dentre as suas prestimosas contribuições, ressaltamos: indicações bibliográficas e de professores, com os quais deveríamos entrar em contato.

Agradecemos também à **CAPES**, que nos concedeu uma bolsa para estagiar na **École des Hautes Études em Sciences Sociales**, em Paris. Tal oportunidade nos possibilitou termos acesso a um material bibliográfico que não encontraríamos no Brasil. Somos igualmente gratos ao **CNPq**, que nos concedeu uma bolsa de pesquisa, a qual tornou viáveis nossos últimos meses de trabalho.

Não podemos ainda deixar de agradecer às nossas amigas professoras Preciliana, Ângela Julita e Rosângela. À elas devo as prestimosas ajudas de retaguarda, pois que resolveram várias de nossas pendências pessoais enquanto estávamos fora do Ceará. Além

delas, agradecemos de todo coração as inestimáveis e imprescindíveis ajudas da professora Ângela Araújo.

Por último, é a minha Marianita a quem mais agradeço e a quem mais devo. Não só como companheira, mas como intelectual, sempre contei com sua dedicada ajuda; desde os primeiros passos até a conclusão desta tese.

INTRODUÇÃO

A presente tese é fruto de um longo e sistemático levantamento bibliográfico e de um criterioso estudo, que permitiram a redefinição do objeto de estudo inicialmente concebido. A princípio, quando da apresentação do projeto, a intenção era desenvolver um estudo que tratasse da relação de Durkheim com o pensamento econômico. A pesquisa que foi empreendida, além de revelar o quanto o tema era abrangente, o que comprometeria a feitura do trabalho, mostrou também que alguns autores – apesar dos enfoques particulares – já haviam de certo modo tratado deste tema.²

A abrangência de suas reflexões, contudo, não compreendeu um estudo sistemático da concepção que Durkheim tinha sobre as características, a natureza e os mecanismos que regem o fenômeno econômico. Ao mesmo tempo, as propostas que ele elaborou visando regular a economia – onde as *corporações* se destacavam como instrumento principal – não foram analisadas levando em consideração àquela concepção. Philippe Steiner, por exemplo, tenta mostrar o que seria o *fato social econômico* em Durkheim para, a partir daí, formular a constituição de uma sociologia econômica.³ Já Jean-Claude Filloux, no seu interessante livro **Durkheim Et Le Socialisme**, trata somente das corporações e discute o fenômeno econômico em Durkheim traçando uma comparação com Marx: enquanto neste último o econômico é apresentado como instância determinante, no primeiro ele é colocado ao lado das diversas esferas que compõem a vida social.⁴ É justamente nesta lacuna que se desenvolve esta tese.

No entanto, para que este intento fosse alcançado, foi necessário superar duas dificuldades.

² Dentre os textos e livros por nós trabalhados e que contemplam este leque de temas, podemos destacar os seguintes: CUVILLIER, A. *Durkheim et Marx* in **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. IV, Paris, 1948; AIMARD, G. **Durkheim Et La Science Économique (L'apport de sa sociologie à la théorie économique moderne)**, Paris, PUF, 1962; LACROIX, B. e LANDERER, B. *Durkheim, Sismondi et les socialistes de la chaire* in **L'année Sociologique**, Paris, PUF, 1972; ASSOUN, P-L. *Durkheim et le socialisme de la chaire* in **Revue Française de Science Politique**, vol. 26, n° 5, Paris, Presses de La Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1976; STEINER, P. *Durkheim, les économistes et la critique de l'économie politique* in **Economies et Sociétés**, Série Oeconomia, Histoire de la Pensée Economique, n°19, 4, Paris, 1994.

³ STEINER, P. *Le fait social économique chez Durkheim* in **Revue Française de Sociologie**, vol. XXXIII, n° 4, Paris, 1992.

⁴ FILLoux, J-C. **Durkheim Et Le Socialisme**, Genève, Librairie Droz, 1977. Ver em especial o Capítulo III, *Analyse fonctionnaliste et dynamique sociale* e o Capítulo IX, *Du renouveau des corporations à une société internationale*.

Primeiro, não há nenhum estudo sistemático de Durkheim sobre o fenômeno econômico. Nos diversos trabalhos que elaborou, esta dimensão da vida social, embora às vezes sirva como pano de fundo – como no curso sobre **O Socialismo**, por exemplo – nunca foi tratada diretamente. Além disto, quando alvo de seus comentários, ele emitiu opiniões muito díspares ao longo de sua obra: se por um lado manifestava em **Da Divisão Do Trabalho Social** e em **O Suicídio** preocupação sobre o estado da economia e como esta afetava outros aspectos da sociedade⁵, por outro às vezes chegava a dizer que ela não tinha importância alguma no interior da vida social, como afirmou na resenha sobre o livro de Labriola.⁶

Segundo, é que, ao longo do desenvolvimento de sua obra, a atenção dedicada à sociedade industrial contemporânea pouco a pouco declinou e, como conseqüência, o estudo das sociedades por ele denominadas de primitivas foi tomando lugar predominante⁷. Assim, se o fenômeno econômico nunca fora objeto principal de suas preocupações, tornou-se mais ainda elemento raro de suas reflexões. Em contrapartida, a religião foi convertida em tema central.⁸ Não deixa de ser sintomático o artigo que Célestin Bouglé

⁵ No *Segundo Prefácio* do livro **Da Divisão Do Trabalho Social**, sem rodeios, Durkheim ressaltava a preponderância que passaram a ter as funções econômicas na dinâmica da vida social. Segundo ele, “a ausência de toda disciplina econômica não pode deixar de estender seus efeitos para além do próprio mundo econômico e implicar, por conseguinte, num rebaixamento da moralidade pública”. DURKHEIM, E. **De La Division Du Travail Social**, 8^e édition, Paris, PUF, 1967, p. V. Já em **O Suicídio**, ele afirmava que “o número das falências é um barômetro que reflete, com bastante sensibilidade, as variações pelas quais passa a vida econômica. Quando, de um ano para outro, elas tornam-se bruscamente mais numerosas, podemos estar seguros que se produziu uma grave perturbação. De 1845 a 1869, houve elevações súbitas, com três impulsos sintomáticos de crises. Enquanto que, durante este período, o crescimento anual do número de falências é de 3,2%, ele é de 26% em 1847, de 37% em 1854 e de 20% em 1861. Ora, nestes três momentos constatamos igualmente uma ascensão excepcionalmente rápida nos números de suicídios”. DURKHEIM, E. **Le Suicide**, 11^e édition, Paris, Quadrige/PUF, 2002, p. 265.

⁶ DURKHEIM, E. *La Conception Matérialiste de L' Histoire* in DURKHEIM, E. **La Science Sociale Et L'action**, 2^e édition, Paris, PUF, 1987, p. 254.

⁷ De acordo com Lepenies, este era um dos motivos de crítica a Durkheim feita pela Action Française. Perplexa ante ao sucesso do sociólogo e sua escola, esta organização de direita se perguntava: “como os durkheimianos, tão atentos aos costumes dos primitivos, podem ter a pretensão de compreender a sociedade francesa?” LEPENIES, W. **Les Trois Cultures**, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de L'homme, 1990, p. 73. Apesar de não apontar claramente quando Durkheim foi alvo de tal crítica, levando-nos a crer que esta era a característica de toda sua obra, subentende-se no livro de Lepenies que isso ocorreu quando de sua transferência de Bordeaux para Paris; ou seja, em 1902.

⁸ “Substituindo o centro de sua reflexão, Durkheim desliza insensivelmente de uma teoria do homem socializado para uma idealização do que socializa o homem. O esquema de uma explicação diacrônica das sociedades, a partir de hipotéticos fatos religiosos originais, substitui progressivamente o estudo sincrônico das modalidades de ações concretas da regra social. Tudo se passa como se o método científico do autor fosse sorrateiramente contaminado pelo objeto – religioso – ao qual ele se aplica. Durkheim verga-se à metafísica”. LACROIX, B. *Regulation et anomie selon Durkheim* in **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. LV, Paris, PUF, 1973, p. 291.

escreveu no **L'année Sociologique**, em 1903, acerca das *Teorias sobre a divisão do trabalho*: dentre as críticas ali existentes, uma foi direcionada a contestar o argumento de que a principal função da divisão social do trabalho era criar o sentimento de solidariedade, tese fundamental **Da Divisão Do Trabalho Social**.⁹ Durkheim sequer fez ressalvas à crítica do discípulo, algo que no mínimo demonstrava uma certa descrença em relação às suas reflexões anteriores, em particular às avaliações que fizera sobre a economia da sociedade industrial.

À medida que tais dificuldades foram contornadas, obteve-se uma boa base para o desenvolvimento da presente tese. O objeto desta, a sistematização e a análise crítica da concepção durkheimiana da economia e das suas propostas para regulá-la, fundamenta-se na seguinte hipótese: *Durkheim almejava que, na sociedade industrial, a economia fosse (re) moralizada.*

Esta hipótese será verificada ao longo do desenvolvimento de três capítulos mais a conclusão.

No primeiro, é apresentada a posição de Durkheim frente ao pensamento econômico, em particular os economistas clássicos. Como se verificará, muito raramente o autor é claro a quem está se referindo. Além destes, o capítulo mostra como Durkheim se relacionava com o socialismo e com as reflexões econômicas de seus intelectuais. Neste aspecto, destaca-se o tratamento que ele dispensou a Saint-Simon e aos Socialistas de Cátedra.

No segundo, é apresentada a concepção que Durkheim tinha da economia e suas análises sobre o estado em que ela se encontrava. Na primeira parte, tenta-se precisar qual era a natureza da economia para ele, se material ou abstrata. Na segunda, busca-se revelar qual era seu diagnóstico que ele fazia sobre a economia e suas repercussões sobre as demais esferas da vida social.

No terceiro, é mostrado como Durkheim concebia a (re) moralização da economia. Na primeira parte, é explicado os motivos que levaram Durkheim a acreditar que o Estado seria incapaz de levar a efeito um processo de reordenamento da economia. Na segunda, é apresentado como ele concebia a moral como fundamento da sociabilidade humana. Na terceira e última parte, é mostrado como ele só concebia um forma de regulação da

⁹ BOUGLÉ, C. *Théories sur la division du travail* in **L'année Sociologique**, VI, Paris, Félix Alcan, 1903.

economia, a moral, e como único agente capaz de promover esta regulação as corporações profissionais.

Capítulo I

Os Economistas e Seus Críticos na Sociologia Durkheimiana.

A obra de Durkheim, no que tange ao seu significado e estrutura, pode ser discutida e, por isso, compreendida, a partir de dois parâmetros. Por um lado, relacionado-a com o contexto histórico-social de sua época, em particular o francês. Por outro, verificando e detalhando seu universo teórico-conceitual, sem, no entanto, perder de vista seus fundamentos epistêmico e metodológico. Apesar de distintos, os dois parâmetros encontram-se intimamente relacionados na concepção e desenvolvimento dessa obra.

O ambiente que envolveu a reflexão de Durkheim, a sociedade francesa de fins do século XIX, mais especificamente seu último quartel, foi marcado por uma profunda transformação da realidade. Na verdade, pode-se afirmar que foi neste momento em que, de fato, emergiu a França moderna. Somente aí, com a instauração da IIIª República, acreditou-se na consolidação plena dos princípios da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.¹⁰ Tal crença tornou possível, em definitivo, levar a cabo a real separação do Estado da Igreja; a institucionalização da escola laica expressou bem esta cisão.¹¹ Do ponto de vista econômico, o país deixou de ser agrário para se constituir em potência industrial.¹² Ao mesmo tempo, com uma significativa repercussão política, após a violenta repressão de 1871, os anos oitenta viram renascer um vigoroso movimento operário.¹³

A clara compreensão desta realidade e, de certo modo, o engajamento na constituição de uma sociedade que realizasse plenamente os ideais de 1789, balizaram a reflexão de Durkheim.¹⁴ A própria escolha da sociologia, a busca de sua consolidação, ao

¹⁰ Assim avaliavam Ferry, Laurier, Gambetta, dentre outros republicanos. BOUJU, Paul M. e DUBOIS, H. *La Troisième République*, 6^e edition, Paris, PUF, 1967, p. 21.

¹¹ “Quanto à instituição primária, ela recebeu progressivamente seu *status* por uma série de leis e de decretos estabelecidos de 1881 a 1886. Sucessivamente, ela foi declarada gratuita, obrigatória – sob a responsabilidade dos pais – laica, enfim, nos seus programas e no seu pessoal, cujo recrutamento foi organizado”. *Ibidem*, p. 34.

¹² “Embora alguns historiadores tenham considerado o ritmo da mudança econômica e do crescimento industrial, na França, lento se comparado retrospectivamente, ao da Inglaterra e ao da Alemanha, uma profunda transformação rumo a uma maior concentração, tanto do capital quanto do trabalho, caracterizava as principais indústrias durante a década de 1890. Por exemplo, apesar da depressão da década de 1880, entre 1886 e 1896 a força de trabalho das indústrias manufatureiras aumentou em 50%”. BELLAMY, R. *Liberalismo e Sociedade Moderna*, São Paulo, Editora UNESP, 1994, p. 113.

¹³ “A anistia dos condenados da Comuna, em 1880, facilitou amplamente a reconstituição do movimento operário”. BOUJU, Paul M. e DUBOIS, H, op. cit., p. 47. Disto resultou a criação do *Partido Operário Francês*, em 1883, por Guesde, do *Partido Socialista Revolucionário*, em 1890, por Alemane, da *CGT*, em 1895, o *Programa de Saint-Mandé*, em 1896, sob a liderança de Millerand, etc. *Ibidem*, p. 48.

¹⁴ “A entrada na Escola Normal, em 1879, é... a título de um tipo de compromisso social, que não é ainda aquele do sociólogo, mas que de saída dará sua significação. Durkheim, percebe o quanto as provações dos homens na sua sociedade estão ligadas à questões fundamentais: como ultrapassar os conflitos destruidores e fazer triunfar os valores, para os quais tende confusamente a sociedade, nascida da Revolução e da indústria”. FILLOUX, JC. *Introduction in DURKHEIM, E. La Science Sociale e L’Action*, op. cit., p. 10.

que tudo indica, não foi uma simples opção, mas porque se coadunava ao objetivo político do intelectual.¹⁵

Contudo, para se afirmar, este projeto teórico teve que combater em duas frentes aparentemente antagônicas, como sugere recorrentemente nosso autor.

Numa dessas frentes encontrava-se o pensamento econômico, que repercutia nas concepções da vida social que existiam. Além do que, apesar de já dá mostras de decadência noutros países, na França, esse pensamento apresentava-se hegemonicamente liberal.¹⁶ Em geral, Durkheim rejeitava os economistas em três níveis: 1) a centralização do discurso no indivíduo em detrimento da sociedade; 2) a ausência de cientificidade nos métodos até então empregados nas teorias existentes e 3) a desvinculação do econômico dos demais fenômenos sociais. Tais problemas inviabilizavam quaisquer possibilidades daí originar-se uma teoria da sociedade.

O outro contendor era a pungente emergência do socialismo. Este se encontrava cada vez mais presente no seio do movimento operário, o qual lhe dera impulso.¹⁷ Não só, ele o extrapolou. Encontrava-se também fortemente presente nos grandes centros acadêmicos franceses, bem como entre os estudantes e colaboradores de Durkheim.¹⁸ Mesmo nutrindo alguma simpatia, mas sem jamais assumir qualquer militância, ele julgou

¹⁵ “Aqui, nos parece mais importante sublinhar as implicações da problemática [da tese, centrada nas relações indivíduo/sociedade], cuja decisão de ser sociólogo é a primeira resposta.

Originalmente, esta problemática coloca em jogo a ação: a “questão social” é apresentada de saída. Durkheim engaja-se no esforço de facilitar uma transformação, na qual é visualizada um estado de sociedade definido *a priori*, em virtude de imagens comunais e individualistas, ao mesmo tempo como integração e como coesão. A sociologia é o instrumento desta facilitação: ela deve permitir a concomitante conciliação teórica e prática das ideologias individualistas e socialistas. Orientado assim para a sociologia por ambição de reforma social, não somente espera conciliá-las, mas quer mostrar ... a harmonia profunda graças ao estudo da sociedade moderna.

O objetivo da sociologia é, desde então, determinado no próprio movimento que designa sua vocação.” Ibidem, p. 13.

¹⁶ Apesar da pouca tradição liberal francesa, o fim do século XIX apresentou uma forte influência deste pensamento naquele país. Já sua passagem da década de 70 para a de 80, “o liberalismo econômico estava no poder com Jean Say, neto de Jean-Baptiste Say e fundador da *Sociedade de Economia Política*; Leroy-Beaulieu ensinava na *Faculdade de Direito e Ciências Políticas*: o Estado não deveria intervir no empreendimento econômico”. BOUJU, Paul M. e DUBOIS, H., op. cit. , p. 26/27. Ainda no início do século XX, o prestígio do pensamento liberal se fazia sentir. Leroy – Beaulieu não só era presidente da *Sociedade de Economia Política*, como professor de economia política no *Collège de France*.

¹⁷ “Se no campo, é a pequena propriedade adquirida e o coletivismo, nos subúrbios industriais, as crescentes massas – ao fim do século XIX, 38% da população vive da indústria – vêm no socialismo – político e sindical – o meio de sair das condições miseráveis impostas ao proletariado”. Ibidem, p. 49.

¹⁸ Segundo Mauss, “entre seus próprios alunos, alguns dos mais brilhantes converteram-se ao socialismo, em especial ao marxista, e até ao guesdista. Em um *Círculo de Estudos Sociais* discutia-se **O Capital**, assim como em outros discutia-se Spinoza”. MAUSS, M. *Introduction* in DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, Paris, Quadrige/PUF, 1992, p. 29.

necessário proceder a um estudo crítico desta concepção teórica. Dentre os resultados que daí floresceram, pode-se destacar: 1) a contestação da idéia de que o socialismo era uma ciência; 2) o diagnóstico do socialismo como sintoma; 3) a prospecção de tendencialmente o socialismo constituir-se numa nova fase da vida social e 4) a rejeição da teoria de que o comunismo viria a ser o ápice do desenvolvimento humano.

A constituição de uma teoria social que fosse capaz de apreender e explicar seus elementos constitutivos, de formular suas leis, etc. necessitava ultrapassar estas duas perspectivas. Os limites destas, mesmo apresentando pontos de referência distintos – um enfatizando o indivíduo e o outro a sociedade –, decorriam de seus fundamentos subjetivos e ideológicos. Mais precisamente argumentava Durkheim,

as teorias que de hábito se opõem ao socialismo não têm natureza diversa e nem são mais merecedoras da qualificação [científica] que lhe recusamos dar. Quando os economistas reivindicam o *laisser-faire*, pedem que se reduza a nada a influência do Estado e que a concorrência seja livre de todo freio, eles não apóiam também suas reivindicações sobre leis cientificamente induzidas.¹⁹

Durkheim encontrou a saída para esse impasse no pensamento alemão de sua época, mais precisamente nos socialistas de cátedra. Estes lhe foram úteis tanto instrumentalizando teoricamente sua crítica aos economistas clássicos, como fornecendo elementos que serviram de base à sua própria teoria sociológica.²⁰ Dentre as contribuições incorporadas por Durkheim, deve-se ressaltar principalmente duas. Por um lado, a recusa da reflexão que se centralizava nos sentimentos e interesses individuais. Diversamente, estes socialistas tinham uma concepção orgânica da sociedade, onde esta era tratada como um verdadeiro

¹⁹ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 37. Durkheim conclui assim: “o individualismo [dos economistas], como o socialismo, é, antes de tudo, uma paixão que se afirma, ainda que ele possa eventualmente demandar à razão motivos para se justificar”. *Ibidem*.

²⁰ Para Lukes, Durkheim ficou impressionado com os “diversos exemplos que descobriu, na Alemanha, da “ciência positiva da moral”. Em primeiro lugar estavam os economistas sociais, os socialistas de cátedra”. LUKES, S. *Émile Durkheim, Su Vida y Su Obra*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1984, p. 89. Paul – Lourent Assoun é mais enfático quando afirma que “a determinação das relações do pensamento sócio-político de Durkheim com a doutrina dos socialistas de cátedra não tem apenas um interesse erudito, relevante para a história das idéias: ela se mostra indispensável à compreensão dos pressupostos teóricos e do sentido ideológico do empreendimento durkheimiano por inteiro. No período decisivo da gênese da **Divisão do Trabalho Social**, a descoberta do *kathedersozialismo* constitui um momento determinante”. ASSOUN, P-L. *Durkheim et Le Socialisme de La Chaise*, op. cit., p. 957.

ser, com uma dinâmica e uma individualidade próprias.²¹ Por outro, a rejeição ao estudo da economia como um fenômeno independente, se auto-explicando. Noutra linha de reflexão, os socialistas de cátedra apresentavam uma concepção diferenciada: a economia era estudada a partir de sua relação com as demais dimensões sociais. Segundo Durkheim, o fato que marcadamente caracterizava esta escola econômica era que ela estabelecia “uma íntima relação entre a economia política e a moral”.²² Assim, esta nova abordagem tornava possível uma outra concepção da economia, à medida que a inseria num contexto mais amplo, permitindo que vários de seus aspectos ganhassem outras explicações e significados.

Estas premissas acima delineadas orientarão a discussão a seguir. Certamente, do seu desenvolvimento poder-se-á ter uma clara noção da reflexão durkheimiana sobre o pensamento econômico.

1.1. Os Limites do Pensamento Econômico

Uma discussão sobre a compreensão que Durkheim tinha do pensamento econômico revela-se problemática, difícil mesmo, à medida que ele nunca elaborou um estudo específico de qualquer fenômeno econômico.²³ Esta ausência não criou oportunidade para uma reflexão com mais vagar em torno dos autores clássicos, dos economistas de sua

²¹ Em 1902, Durkheim confessa que, “pessoalmente, eu devo muito aos alemães. É em parte a esta escola que adquiri o sentido da realidade social, de sua complexidade e de seu desenvolvimento orgânico”. DURKHEIM, E. *Note Sur L’Influence Allemande Dans La Sociologie Française* in **Textes I: Eléments D’une Théorie Sociale**, Paris, Les Editions Minuit, 1975, p. 400. Apesar desta confissão e das várias resenhas escritas anteriormente favoráveis aos alemães, Durkheim negou posteriormente sua dívida para com aquela corrente de pensamento. Ver *Deux Lettres Sur L’Influence Allemande Dans La Sociologie Française (Réponse a Simon Déploige)*, publicadas na **Revue Neo-Scolatique**, em 1907, e *Controverse Sur L’Influence Allemande et La Théorie Morale*, publicada no **L’Année Sociologique**, em 1913. Ibidem, p. 401/407.

²² DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale em Allemagne*, op. cit., p. 268.

²³ Como será mostrado nos próximos capítulos, se a preocupação com os fenômenos econômicos apareciamem suas primeiras reflexões e obras, no momento seguinte, principalmente após **O Suicídio** e o curso sobre o socialismo, ela foi se tornando escassa. Não deixa de ser sintomático, como bem indica a rigorosa pesquisa de Philippe Steiner, constatar-se que Durkheim “não escreve nada de economia propriamente dito e não assina nenhuma resenha na quinta secção do **L’Année Sociologique**, consagrada à sociologia econômica”. STEINER, P. *Le Fait Social Économique chez Durkheim*, op. cit., p. 642.

época, etc.²⁴ Ou seja, ao longo de toda obra durkheimiana, os economistas aparecem *en passant*, de forma episódica, quando não fugaz. (O caso de Adam Smith foi paradigmático: apesar de ser um dos principais contra-pontos **Da Divisão do Trabalho Social**, ele só foi citado duas vezes).

Esta dificuldade é reforçada por outra não menos importante. Ao contrário do curso sobre **O Socialismo** e dos textos *A Ciência Positiva Moral na Alemanha e Organização e Vida Social, Segundo Schaeffle*, onde se sabe que autores Durkheim leu²⁵, o mesmo não pode ser dito em relação aos economistas em geral. Tamanha incerteza gerou avaliações díspares. Aimard diz, por exemplo, que

embora seja praticamente impossível de se determinar quais eram as obras de economia política que compunham sua biblioteca, tendo sido esta dispersa sob a ocupação [nazista], pode-se conjecturar que ele teve um bom conhecimento dos grandes clássicos – Smith, Ricardo, Say – quando da preparação de sua tese sobre a divisão do trabalho social.²⁶

Contudo, Steiner chega a uma conclusão distinta. Segundo ele, em razão da perda de seus arquivos e de sua biblioteca, fica muito difícil de se estabelecer a real relação de Durkheim com a economia política, pois que esse nunca explicitou “a extensão e a profundidade de suas leituras econômicas”.²⁷ Por seu turno, demonstrando uma certa segurança, Lacroix e Landerer afirmam que as referências de Durkheim aos economistas ingleses, por exemplo, “são na maior parte do tempo de segunda mão”.²⁸

²⁴ Em **O Socialismo**, por exemplo, como se verá mais à frente, foi reservado um exíguo espaço para se comentar o pensamento de Sismondi. Este, na presente tese, não é considerado economista em virtude do próprio Durkheim tê-lo definido como socialista.

²⁵ No curso sobre **O Socialismo**, Durkheim fez comentários de obras como **O Capital**, de Marx, **A Utopia**, de Thomas Morus, dentre outros. Dedicava também, como indicado acima, um capítulo ao estudo de Sismondi e sete à obra de Saint-Simon. Na seqüência, segundo Marcel Mauss, seu tio “preparava, para o ano escolar de 1896/1897, um curso sobre Fourier e Proudhon, cujas obras possuía e havia estudado. Ele pensava em dedicar um terceiro ano a Lassale, que então pouco conhecia, a Marx e ao socialismo alemão, o qual já tinha um bom conhecimento”. MAUSS, M. *Introduction* in DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, op. cit., p. 29/30. No entanto, tal projeto foi inviabilizado pois, a partir de 1896, Durkheim passou a dedicar a maior parte dos seus esforços ao *L'Année Sociologique*.

No texto *A Ciência Positiva da Moral na Alemanha*, de 1887, por exemplo, na parte dedicada aos economistas, Durkheim analisou as obras de Schoenberg, Wagner, Schmidler e Schaffle, todos pertencentes ao socialismo de cátedra. Já *Organização e Vida do Corpo Social, Segundo Schaeffle*, de 1886 é uma resenha do livro homônimo do referido autor. Todos os dois textos encontram-se em DURKHEIM, E. **Textes I**, op. cit.

²⁶ AIMARD, G. **Durkheim et La Science Économique**, op. cit., p. 5/6.

²⁷ STEINER, P. *Durkheim, Les Économistes e La Critique de L'Économie Politique* in **Economies et Sociétés**, Série Oeconomie, Histoire de La Pensée Economique, nº 19, 4, Paris, 1994, p. 136.

²⁸ LACROIX, B. e LANDERER, B. *Durkheim, Sismondi et Les Socialistes de La Chaise*, op. cit., p. 164.

Estas dificuldades podem ser contornadas, contudo. Isto porque, no conjunto de sua obra, apesar de raramente discutir de modo específico um autor, Durkheim dispensou aos economistas um tratamento homogêneo. Quando muito, nas vezes que precisou, ele denominava os economistas clássicos e liberais de *economistas políticos* ou *economistas ortodoxos*.

Na verdade, ao que tudo indica, esse tipo de tratamento não foi por acaso. Em geral, antecipando a discussão a seguir, pode-se seguramente afirmar que Durkheim não nutria nenhuma simpatia pelo pensamento econômico. Neste, revela com convicção numa carta a Célestin Bouglé, escrita em 1896, nunca encontrou “resposta às questões que lhe preocupavam”. Na melhor das hipóteses, a leitura dos economistas serviria como aprendizagem de “uma experiência negativa”.²⁹

- A Contribuição dos Economistas.

A rejeição ao pensamento econômico não impediu Durkheim de reconhecer algum mérito dos economistas, dos clássicos em particular. Nestes, ele encontrou subsídio importante para a sua luta de transformar a sociologia numa ciência.

Foram os economistas que, antes doutros, lançaram as bases do que hoje se convencionou chamar de ciências sociais. Até então, a concepção corrente da vida social opunha um obstáculo intransponível para a sua constituição, pois se achava que ela era uma criação consciente dos homens; ou seja, essa realidade não tinha uma existência objetiva. Tal concepção tornava, assim, uma ciência da sociedade inviável e mesmo supérflua, segundo Durkheim, porque “se somos nós que fazemos as sociedades, não temos de nos perguntar o que elas são, mas o que devemos fazer delas”.³⁰

A idéia de que a vida social não é um simples arranjo artificial, mas um fato natural, precedia aos economistas. Ela surge com Aristóteles e reaparece com Condorcet e Montesquieu. Contudo, observava Durkheim, eles deixaram escapar as conseqüências

²⁹ *Lettres D'Émile Durkheim* in DURKHEIM, E. **Textes II: Religion, Morale, Anomie**, Paris, Les Editions de Minuit, 1975, p. 392.

³⁰ DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale. Leçon D'Ouverture* in DURKHEIM, E. **La Science Sociale et L'Action**, op. cit., p.80. Este curso foi ministrado em 1888.

daquela concepção. Noutras palavras: não havia “lugar para uma ciência positiva das sociedades, mas somente para uma arte política”.³¹

Os economistas foram além. Eles compreenderam que a vida social tem uma dinâmica própria e é tão objetiva quanto as leis da física. Ao mesmo tempo, transformaram este axioma no fundamento de sua ciência. Por isso, ressaltava Durkheim, eles podiam explicar que

é tão impossível à concorrência, pouco a pouco, não nivelar os preços e o valor das mercadorias não aumentar quando a população cresce, quanto aos corpos não caírem na vertical e os raios luminosos não se refratarem quando atravessam meios de densidades desiguais. Quanto às leis civis, que elaboram os soberanos ou votam as assembléias, elas não devem senão exprimir, sob uma forma sensível e clara, estas leis naturais; mas não as podem criar, nem modificar. Não se pode, por decreto, estabelecer um valor a um produto que o mesmo não tem....³²

Ora, isto significava dizer que, ao constatar que a vida social tem uma objetividade, é natural, esta não poder ser alvo de ações arbitrárias e idiossincráticas de quem quer que seja. O que implicava e tornava possível, conseqüentemente, a constituição de um conhecimento científico da mesma, já que se revelava a necessidade de se perguntar *o que ela era*.

Era com esse otimismo que Durkheim apresentava a concepção de ciência positiva desenvolvida pelos economistas. Para ele, se os seus princípios fossem estendidos aos fatos sociais, certamente fundar-se-ia a sociologia.

O alcance da contribuição dos economistas, no entanto, ia mais longe. Antes de tudo, ela permitia verificar que todos os fenômenos sociais eram regulados por uma dinâmica natural e que possuíam uma lógica própria. Donde, podia-se vislumbrar que as mais diversas esferas da vida social estavam subordinadas às leis. Tais premissas permitiam revelar o quão inconsistente era a visão dos historiadores de então, já que defendiam que os fenômenos que estudavam eram particulares, caóticos e não eram regidos por causalidade alguma. Elas também se chocavam com as concepções dos metafísicos, pois estes argumentavam que a liberdade humana tornava impossível toda e qualquer previsão

³¹ Ibidem.

³² Ibidem, p. 80/81.

científica. Em síntese, foi somente com os economistas que se pode “reconhecer que os fenômenos sociais são acessíveis à investigação científica”.³³

Por último, Durkheim concluía que, com sua precoce concepção de ciência positiva, os economistas partiram na frente dos demais cientistas sociais. Com antecedência, eles fundaram sua ciência. Não só. A partir dessa, ao perceberem o que “há de vivo e espontâneo nas sociedades” e que “a vida coletiva não podia ser bruscamente instituída por um hábil artifício”, “eles puderam estabelecer uma *teoria da liberdade* sobre uma base mais sólida do que uma hipótese metafísica”.³⁴ (Grifo nosso)

- O Discurso Centrado no Indivíduo.

Contudo, no mesmo curso, sem mais delonga, Durkheim chamava a atenção para o fato de que era necessário não exagerar no mérito conferido aos economistas. Apesar da inovação que haviam introduzido no estudo dos fenômenos sociais, eles não levaram às últimas conseqüências a concepção de ciência positiva que pressupunham fundamentar suas teorias. Paradoxalmente, mesmo afirmando que as leis econômicas eram naturais,

eles tomavam a palavra num sentido que diminuía seu alcance. Com efeito, segundo eles, não há de real na sociedade senão o indivíduo; é dele que tudo emanava e em sua direção tudo retorna. Uma nação é um ser nominal, é uma palavra que serve para designar um agregado mecânico de indivíduos justapostos.... O indivíduo é, portanto, a única realidade tangível que o observador pode atingir, e o único problema que a ciência pode levantar consiste em procurar como deve o indivíduo, dada sua natureza, conduzir-se nas principais circunstâncias da vida econômica.³⁵

Verifica-se aqui que, para Durkheim, a dimensão natural da vida social concebida pelos economistas caía por terra. Isto porque, ao estabelecerem os interesses dos indivíduos como fundamento, eles perdiam de vista toda e qualquer objetividade e só conseguiam visualizar os interesses individuais como móveis. Com isso, a sociedade deixava de ter uma dinâmica própria e não mais se podia considerá-la um ser *sui generis*. Além do que, esta falta de

³³ Ibidem, p. 83.

³⁴ Ibidem, p. 84.

³⁵ Ibidem.

objetividade do objeto, ao mesmo tempo, inviabiliza também a constituição de um conhecimento científico (positivo) sobre o mesmo. Dito de outro modo: ao tomar o indivíduo como principal foco de sua preocupação, a economia política colocou em xeque sua tão propalada e ciosa cientificidade.

Antes de prosseguir, porém, faz-se necessário um parêntese. Cabe lembrar que esta ênfase do indivíduo em detrimento do coletivo não aparecia para Durkheim somente como um problema de ordem científica. Ele também apresentava um componente político-prático que muito o preocupava. A hegemonia liberal, a idolatria do indivíduo, pelo menos na França, era real e tinha sérias e concretas repercussões na vida social.

Na verdade, como brevemente antecipamos, no que tange ao pensamento econômico, a realidade francesa era muito singular, contrastando-se com as dos demais países. Enquanto já dava mostras da falta de vigor na Alemanha e na própria Inglaterra, perdendo muito do seu poder, segundo Durkheim, o liberalismo dos *economistas ortodoxos* mantinha no seu país uma “potente influência”.³⁶ Denominados por Schumpeter como o **Grupo de Paris**, eles

controlavam o *Journal des Économistes*, o novo dicionário, a organização profissional central em Paris, o Collège de France e outras instituições, além da maior parte da publicidade – isto em grau tão elevado que a maioria dos seus oponentes científicos ou políticos começaram a sofrer de um complexo de perseguição.³⁷

Assim, a partir desta posição de força, eles combatiam não só o socialismo, mas também, não sem muito sucesso, “todos os planos de reforma social e interferência estatal de qualquer tipo”.³⁸

Como o socialismo, esta hegemonia liberal, segundo Durkheim, por não se fundamentar em cientificidade alguma, expressava um sintoma: economia desregulamentada. Ela, mesmo não sendo a causa, legitimava este estado de coisa. As conseqüências disso eram extremamente danosas. Como será apresentada no Capítulo II, a

³⁶ DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne* in DURKHEIM, E. *Textes I*, op. cit., p. 268.

³⁷ SCHUMPETER, Joseph A. *História da Análise Econômica*, Parte IV/Parte V, Rio de Janeiro, Centro de Publicações Técnicas da Aliança (Para o Progresso), 1964, p. 114. Do grupo de Paris, “os maiores nomes foram Paul Leroy-Beaulieu, Courcelle-Seneuil, mais uma vez Lavoisier, o infatigável Gustave de Molinari, Yves Guyot, Maurice Block e Léon Say”. *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

apologia que havia em torno do interesse dos indivíduos, por exemplo, era apontado por Durkheim como contribuindo para a ocorrência do suicídio egoísta. Por sua vez, a ausência de regras na economia implicava na deteriorização da divisão de trabalho, nos conflitos de classes, nas crises comerciais e industriais, etc.

Estes fatos produzidos na dinâmica da economia não eram encarados como problema pelos economistas. Na análise de Durkheim, isso ocorria à medida que perdiam de vista a sociedade como um todo. Antes de tudo, suas reflexões dirigiam-se para a satisfação das necessidades do indivíduo, em especial as materiais.

Nesta concepção, portanto, o indivíduo é o fim único das relações econômicas; é por ele e para ele que tudo se faz. Quanto à sociedade, é um ser de razão, uma entidade metafísica que o pensamento pode e deve negligenciar. O que se denomina por esse nome não é senão a colocação em relação de todas as atividades individuais.³⁹

Nesta perspectiva, então, a sociedade não existia só para os indivíduos, mas só existia quando os indivíduos agissem. Ou seja, os laços sociais não ultrapassariam as ações desses, seriam exíguos, estreitos e, porque não dizer, efêmeros. Nesta situação, somente o interesse de cada indivíduo impulsionava a existência da sociedade. Do contrário, caso esta ganhasse uma maior intensidade, segundo Durkheim, os economistas achavam que era “uma ameaça para esta independência individual, que é mais importante do que tudo no mundo”.⁴⁰ A vida social era, assim, reduzida à uma existência unilateral, frágil, que não poderia sobreviver para além do indivíduo.

Durkheim se opunha frontalmente a tal concepção. Para ele, o homem e a sociedade que concebiam os economistas eram “puras imaginações que não correspondiam a nada nas coisas”.⁴¹ Na sua concepção, antes que os indivíduos pudessem usufruir ou buscar alcançar benefícios materiais, era necessário a sociedade existir.⁴² Aliás, como defendia de forma

³⁹ DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 271.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 272.

⁴¹ DURKHEIM, E. *Les Études de Science Sociale* in DURKHEIM, E. *La Science Sociale et L'Action*, op. cit., p. 212. Este texto foi escrito para *Revue Philosophique*, em 1886.

⁴² Este é o fundamento da tese **Da Divisão do Trabalho Social**. Nesta, Durkheim argumenta que, antes de produzir riqueza, a divisão do trabalho tem por principal função gerar o sentimento de solidariedade.

incisiva, “quer se queira ou não, quer sejam um bem ou um mal, as sociedades existem. É no seio das sociedades constituídas que a atividade econômica se manifesta”.⁴³

Mas, porque os economistas clássicos não foram capazes de perceber a sociedade como um efetivo ser? Por que eles só a conceberam como uma consequência? Durkheim avaliava que, como não eram cientistas,⁴⁴ o problema tinha uma causa metodológica.

Especificamente, no caso da apologia ao indivíduo, o erro decorria do processo de abstração que os economistas clássicos utilizaram. De princípio, Durkheim não discordava que era necessário um processo de abstração para se observar um fato em sua pureza. Neste processo, era válido excluir todo e qualquer fato perturbador que turvasse sua natureza de ser. O problema surgia quando, ao invés de isolar uma parte da realidade, a abstração fazia desaparecê-la por inteiro.⁴⁵ Desta maneira rompia-se o vínculo e autonomizava-se as funções econômicas do conjunto da sociedade.

Este recurso à abstração não era algo pontual, restrito a um procedimento eventual que buscava visualizar um certo fenômeno. Ele estava presente em vários outros procedimentos dos economistas. De acordo com Durkheim, eles não somente faziam

abstração de todas as circunstâncias de tempo, de lugar, de país, para imaginar o tipo abstrato do homem em geral, mas neste próprio tipo ideal eles negligenciaram tudo o que não se referia a vida estritamente individual, se bem que, de abstração em abstração, não lhes restou senão um triste retrato do egoísta em si.⁴⁶

Os economistas chegavam assim a uma pálida compreensão da realidade. Todas as dimensões da vida social eram apresentadas sem determinação alguma. Não por acaso,

⁴³ DURKHEIM, E. *Les Études de Science Sociale*, op. cit., p. 208.

⁴⁴ “Se os economistas pararam a meio caminho, foi porque eles estavam mal preparados para estes tipos de estudos. Juristas, homens de negócios ou homens de Estado, para a maior parte deles era estranho a biologia e a psicologia”. DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale*, op. cit., p. 85/86.

⁴⁵ DURKHEIM, E. *La Morale Positive en Allemagne*, op. cit., p. 274.

⁴⁶ DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale*, op. cit., p. 85. Interessante verificar a semelhança entre esta crítica de Durkheim aos economistas clássicos e aquela feita por Marx. Segundo este, “se começássemos pela produção, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegado a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente economia. [...] o último método é manifestamente o método cientificamente correto. [...] **No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas**, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. (Grifo nosso). MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política* in *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 116/117.

poder-se-ia achar que o fenômeno econômico se auto-explicava. No que se refere ao indivíduo, particularmente, este era um ser descontextualizado, fora do tempo e do espaço, bastando-se a si mesmo.

- A Falta de Cientificidade.

Para Durkheim, era a arbitrariedade deste tipo de procedimento que impedia a economia política de ser considerada uma ciência. Aliás, era a demonstração inequívoca de que suas teorias careciam mesmo de cientificidade.

Isto podia ser vislumbrado na própria contribuição com que os economistas haviam acenado para as ciências sociais e não realizaram. A concepção de um conhecimento positivo da sociedade sempre esteve ausente em seus estudos. Esta debilidade, de acordo com Durkheim, decorria do fato da economia política nunca ter deixado de ser, como muitas outras reflexões, “uma ciência abstrata e dedutiva, ocupada não em observar a realidade, mas construir um ideal mais ou menos desejável”.⁴⁷

Aqui, Durkheim mostrava de que problema se tratava: ao procederem por **deduções**, os economistas sucumbiam ao subjetivismo. A realidade em sua dinâmica era, senão desprezada, colocada em segundo plano. No seu lugar, eles punham um modelo - desejável e idealizado – que não se adequava aos fatos. Disto resultava, conseqüentemente, a falaciosa idéia de uma organização econômica que jamais existiu.⁴⁸

A utilização da dedução era, assim, identificada como o que inviabilizava a transformação da economia política em ciência. É por isso que, mesmo constituindo-se numa disciplina com um considerável tempo de existência, ela, até então, permanecia

um estudo híbrido, intermediário entre arte e a ciência; ela está muito menos ocupada em observar a vida industrial e comercial, tal como ela é e tal qual ela foi, em conhecê-la e determinar suas leis, do que reconstruí-la tal como deve ser. Os economistas não têm ainda senão um fraco sentimento de que a realidade econômica se impõe ...⁴⁹

⁴⁷ DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale*, op. cit., p. 85.

⁴⁸ DURKHEIM, E. *Sociologie et Sciences Sociales* in DURKHEIM, E. in *La Science Sociale et L'Action*, op. cit., p. 140. Este texto foi escrito, em 1909, para um livro intitulado *De La Méthode Dans Les Sciences*.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 150/151.

Ou seja, o economista político não se sentia preso ou orientado *pelo* real. Diversamente, a partir de um exercício subjetivo, ele não tinha limite no seu divagar e nas suas especulações. Prevalencia assim a sua imaginação, que construía modelos fictícios sem qualquer respaldo na realidade.

A este subjetivismo, obstáculo a um estudo científico, Durkheim contrapôs a **indução**. Esta operação metodológica ele a apresentou de modo sistematizado no Capítulo II d' **As Regras do Método Sociológico**, mais precisamente em sua primeira parte. Aí, estabelecendo-o como procedimento fundamental de onde os demais derivavam, ele defendeu a necessidade de tratar *o fato social como coisa*. Com esta regra de observação, dois objetivos seriam atingidos. Primeiro, ela fixava a precedência do objeto em relação ao sujeito do conhecimento. Segundo, enfatizava-se que este mesmo objeto tinha uma existência objetiva e, por isso, natural.

Um dos melhores contra-exemplos desta regra de observação encontrava-se claramente na economia. Em vários aspectos – indo da delimitação de um objeto à teorias específicas dos fenômenos econômicos – poder-se-ia verificar a falta de objetividade.

Primeiramente, como fizera antes com Comte e Spencer, Durkheim dirigiu suas críticas a um outro expoente da tradição positiva e que também era economista: Stuart Mill. Este, mesmo vinculado estreitamente àquela tradição filosófica, incorria no erro de não se fixar na dimensão natural da realidade. Tal falha podia ser constatada já na própria definição do objeto da economia política, que era por ele identificado nos fatos sociais que visavam a obtenção de riquezas. Segundo Durkheim,

para que os fatos assim definidos pudessem ser designados como coisa à observação do investigador, seria necessário, pelo menos, que se pudesse indicar qual o sinal que torna possível reconhecer aqueles que satisfazem aquela condição. Ora, no início de uma ciência, não podemos sequer afirmar que tais fatos existem, e muito menos nomeá-los. Em toda a ordem de pesquisas, com efeito, é apenas quando a explicação dos fatos está suficientemente avançada que se pode definir o fim para o qual tendem [...] . Nada, portanto, nos assegura de antemão que haja uma esfera de atividade social em que o desejo de riqueza desempenhe realmente este papel preponderante.⁵⁰

⁵⁰ DURKHEIM, E. *Les Règles de La Méthode Sociologique*, 15^e Édition, Paris, PUF, 1963, p. 24/25.

Stuart Mill errava, assim, no modo de definir o próprio objeto de uma ciência: ao invés de delimitá-lo a partir das características do fenômeno a ser estudado, contentava-se com hipóteses e puras concepções mentais. Esta falta de objetividade, conseqüentemente, inviabilizava todos os estudos que propunha desenvolver. O estudo da produção, por exemplo, começava de imediato pela definição de seus agentes sem, contudo, ser precisado que observação o havia possibilitado chegar a tal determinação. Ao que tudo indicava, aquela definição fora obtida por meios especulativos. O que levava Durkheim a concluir que Stuart Mill

parte da idéia de produção; decompondo-la, ele acha que ela implica logicamente aquelas de forças naturais, de trabalho, de instrumento, ou de capital e trata em seguida, da mesma maneira, estas idéias derivadas.⁵¹

A ausência da regra que exigia tratar o fato social (aqui, econômico) como coisa, a preponderância do caráter ideológico, etc., não eram deslizes exclusivos de Stuart Mill. De modo geral, eles podiam ser encontrados também nas várias teorias e leis formuladas pela economia. Na teoria do valor, por exemplo, que Durkheim considerava “a mais fundamental de todas as teorias econômicas”, as coisas não se passavam de modo muito diferente. Esta teoria não resultava de características identificadas na realidade, da separação e comparação de suas espécies, de um processo indutivo, etc., mas era formulada *a priori*. Isto porque, segundo ele,

o economista contenta-se em recolher, em tomar consciência da idéia que ele faz do valor, quer dizer, de um objeto suscetível de ser trocado; ele acha que ela implica a idéia de útil, do raro, etc., e é com estes produtos de sua análise que ele constrói sua definição.⁵²

No que se referia a lei da oferta e procura, por seu turno, os economistas incorriam no mesmo erro. Ela não era apresentada como uma *lei* na acepção da palavra; ou seja, como um enunciado que representasse uma relação constante e objetiva dos fenômenos daquela maneira denominados. Como outras, ela também parecia mais máximas para orientar as

⁵¹ Ibidem, p. 25.

⁵² Ibidem.

ações dos indivíduos, preceitos práticos para o dia-a-dia desses, etc. . Na verdade, Durkheim avaliava que,

nunca foi estabelecida indutivamente, como expressão da realidade econômica; jamais foi instituída uma experiência, uma comparação metódica, para estabelecer que, *de fato*, é segundo esta lei que as relações econômicas funcionam. Tudo quanto se pôde fazer e tudo quanto se fez foi afirmar que os indivíduos devem proceder assim para orientar bem seus interesses; toda e qualquer maneira de proceder diferente seria prejudicial e implicaria da parte dos que a ela se prestassem uma verdadeira observação lógica.⁵³

Assim, pode-se dizer conclusivamente que, de acordo com a análise de Durkheim, a contribuição dos economistas, através de suas teorias e leis, não se caracterizavam por estudos objetivos, que levavam em consideração o caráter natural de seu objeto. Ao invés de tomarem a observação como procedimento imprescindível para, daí, explicarem o que era a sociedade, como esta havia se formado, quais eram os fatores causais de seus fenômenos principais e secundários, etc., eles buscavam estabelecer modelos ideais, onde tentavam determinar o que ela *deveria ser* e o que *seria melhor* para a mesma. Em síntese, a economia não poderia ser considerada uma ciência.

- A Autonomia do Objeto e da Ciência Econômica.

A crítica que Durkheim fez do tratamento privilegiado conferido pelos economistas ao indivíduo em detrimento do coletivo, bem como da utilização que faziam do **método dedutivo**, o permitiu desenvolver também uma crítica da concepção que preponderava sobre o fenômeno econômico.

Uma destas críticas, já indicada acima, referiu-se a autonomia outorgada pelos economistas aquele fenômeno. Ele, ao ser delimitado, perdia todo o contato e relação com o conjunto da vida social. Na análise de Durkheim, os economistas se assemelhavam a um fisiologista que estudasse o estômago como um organismo completo, deduzindo daí preceitos para a higiene. A utilização destes últimos, seguramente, colocaria em risco o

⁵³ Ibidem, p. 26.

próprio organismo.⁵⁴ Do mesmo modo, a independência do econômico comprometia todas as argumentações, explicações, leis, teorias, etc., formuladas pelos economistas. Não só. Seus prognósticos mostrar-se-iam inexequíveis na realidade.

Esta crítica vinculava-se estreitamente àquela sobre o individualismo. Aliás, esta última lançava luz na compreensão da primeira. Isto porque, ao centralizarem suas reflexões em torno do indivíduo, ao mesmo tempo em que o isolavam da sociedade e concebiam esta como a amálgama de vários daqueles, os economistas identificavam-no não só como fundamento, mas como o próprio fenômeno econômico. Não havia assim, uma diferença qualitativa entre os dois.

Esta unicidade explica por que a crítica de Durkheim à concepção de independência do fenômeno econômico faz-se nos mesmos termos de sua crítica ao individualismo. Segundo ele, à medida que os economistas políticos estudavam esse fato destacando-o de seu meio natural, faziam parecê-lo “flutuar no vazio”, tornando-o algo “abstrato e morto”.⁵⁵ Apesar de social, era impossível verificar qualquer marca ou vínculos deste no fenômeno econômico. Este era tratado como que constituindo um todo independente, que se basta e pode se auto-explicar.⁵⁶

A autonomia concedida ao fenômeno econômico, no entanto, não inviabilizava somente sua explicação. Ela tinha repercussões no próprio modo de compreender a sociedade.

Esta, a partir dos economistas, era impossível de ser pensada no seu conjunto. Pois, se o econômico podia ser tratado de maneira independente, implicava dizer que as demais esferas da vida coletiva também podiam ser assim compreendidas. Não por acaso, chamava a atenção Durkheim, “para os economistas, os fenômenos, morais, jurídicos, econômicos, políticos desenrolam-se paralelamente uns em relação aos outros, quer dizer, sem se tocarem”.⁵⁷ A sociedade, por esta ótica, então, não era compreendida como um ser uno, mas como uma realidade multifacetada, composta de realidades desconexas entre si.

⁵⁴ DURKHEIM, E. *Sociologie et Sciences Sociales*, op. cit., p.151.

⁵⁵ DURKHEIM, E. *Cours de Sciences Sociales*, op.cit., p. 87.

⁵⁶ DURKHEIM, E. *Sociologie et Sciences Sociales*, op. cit., p. 151. Para Durkheim, o máximo a que chegavam os economistas era a uma teoria do materialismo econômico, “que fazia da vida econômica o substrato de toda a vida social”. DURKHEIM, E. *Debat Sur L'Économie Politique et Les Sciences Sociales in Textes I*, op. cit., p. 220.

⁵⁷ DURKHEIM, E. *Cours de Sciences Sociales*, op. cit., p. 87.

Conseqüentemente, ela não podia ser tomada como um todo orgânico articulado, conformando uma lógica e uma história própria.

Esta visão fragmentada fazia com que os economistas tivessem uma certa e singular concepção das ciências sociais. Coerentemente, eles partiam da premissa que não havia uma unidade entre elas, que cada uma constituía um saber unilateral e especializado. Foi por isso que, observava Durkheim, com “cioso cuidado a economia política sempre defendeu sua independência”.⁵⁸ Auto-suficiente assim, ela prescindia, no estudo de seu objeto, das contribuições das outras ciências da sociedade.⁵⁹ Aliás, de modo geral, ela pressupunha que todas essas ciências poderiam se desenvolver sem se conhecerem. Esta independência da economia política das demais ciências sociais, contudo, não decorria somente da autonomia de seu objeto. Este teria também uma *natureza* diversa dos objetos de outras áreas do conhecimento social, o que justificava a intransigente defesa de independência.

Noutra linha de reflexão, Durkheim contestava a concepção dos economistas nos dois planos: tanto no que se referia a heterogeneidade dos objetos das ciências sociais, como a independência entre elas.

Dentre as ocasiões em que criticou aquelas concepções, pode-se citar uma muito simbólica. Esta ocorreu quando, em 1908, na *Société D'Économie Politique*, trincheira do pensamento liberal francês, Durkheim apresentou uma reflexão onde defendeu uma tese estranha ao ambiente em que se encontrava. O objetivo de sua exposição foi o de contestar a concepção de que os fatos de que tratava a economia política fossem de natureza diferentes dos fatos de outras ciências sociais. Como os destas, segundo ele, os fatos econômicos também seriam “coisas de opinião”, ideais valorativos. Mesmo apresentando uma dimensão material, eles não fugiam à regra. Assim, o valor de uma mercadoria não dependeria somente de suas propriedades naturais, mas também da opinião formulada pela sociedade acerca dela. Conseqüentemente, segundo ele, podia se afirmar que

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ “Se os economistas ortodoxos e os moralistas da escola kantiana colocavam a economia política fora da moral, é porque estas duas ciências lhes pareciam estudar dois mundos sem relações entre si. Mas, se não há entre eles outra diferença que aquela da forma em relação ao conteúdo, então é impossível abstrair um do outro”. DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemangne*, op. cit., p. 276.

deste ponto de vista, as relações da ciência econômica com as outras ciências sociais apresentaram-se a nós sob um ângulo diferente. Uns e outros tratam de fenômenos que, considerados pelos menos por este lado, são homogêneos, pois que todos eles são de algum modo, coisas de opinião.⁶⁰

A independência da economia, nestes termos, não existiria. A própria natureza semelhante dos objetos a aproximava de outras ciências.

Mas, não só. Este estreito contato da economia com as outras ciências, decorria igualmente de outro fato: como os demais fenômenos, a economia não bastar-se-ia a si mesma. Era nesta linha de reflexão que Durkheim afirmava: “concebemos que a opinião moral, religiosa, estética possa ter uma influência sobre a opinião econômica, quanto esta sobre aquelas”.⁶¹ A economia, desta forma, nem era autônoma, nem livre de influências, etc., mas seria um fato inserido num todo orgânico, onde seria um fator tanto determinante como determinado. Portanto, o significado do fenômeno econômico não poderia ser encontrado nele em si, seria necessário verificar a ascendência de vários fatores sobre o mesmo, bem como sua função no interior da vida social. Além disso, a partir desta nova interpretação, avaliava Durkheim, poder-se-ia dizer que a economia política perderia “a preponderância que ela se atribuía para se tornar uma ciência social ao lado das outras, em estreita relação de solidariedade com elas, sem que ela possa ter a pretensão de regê-las”.⁶²

Esta nova compreensão da economia, resultante do estabelecimento da relação de seu objeto com os pertencentes à outras ciências e da identificação da homogeneidade entre eles, representava um avanço. Entretanto, Durkheim acreditava que para transformar o estudo da economia numa efetiva ciência era necessário ir mais longe.

A conclusão desta transformação relacionava-se intimamente com seu projeto intelectual de consolidação da sociologia. Para alcançar este objetivo, ele desenvolveu o argumento da necessidade de superar as limitações das ciências sociais de então, em particular a dos economistas. Refutando estes últimos, que com zelo isolavam seu objeto de estudo, Durkheim propunha que

⁶⁰ DURKHEIM, E. *Débat sur L'Économie Politique et Sciences Sociales*, op. cit., p. 220/221.

⁶¹ *Ibidem*, p. 221.

⁶² *Ibidem*.

o sociólogo deverá [...] considerar os fatos econômicos, o Estado, a moral, o direito e a religião como sendo todas funções do organismo social e as estudará como fenômenos que ocorrem no seio de uma sociedade determinada e definida.⁶³

Aqui, parece que se tratava de um procedimento exclusivo ao sociólogo. Mas, nosso autor pressupunha algo mais amplo. Na realidade, ele também defendia que os fatos econômicos deveriam ficar, a partir de então, subsumidos ao conhecimento sociológico. Este, mesmo não se propondo elaborar uma síntese totalizante, teria sempre que produzir um conhecimento global; condição *sine qua non* para se consolidar uma ciência.

Como operar-se-ia tal intento? O projeto durkheimiano avaliava que seria necessário uma reformulação – e porque não dizer reestruturação – dos vários conhecimentos existentes da sociedade, onde a sociologia se converteria numa ciência geral. Assim, as ciências sociais passariam a ser conhecimentos particulares dessa ciência maior. Os ganhos seriam significativos. Na concepção de Durkheim, por exemplo,

tomando-se um *ramo da sociologia*, a ciência econômica será naturalmente arrancada do seu isolamento, ao mesmo tempo em que ela conhecerá mais da idéia do determinismo científico. Por conseguinte, tomando assim um lugar no sistema das ciências sociais, ela não se limitará a mudar de rótulo; ela transformará o espírito que a estimula e os métodos que pratica.⁶⁴ (Grifo nosso)

A ciência econômica, juntamente com as ciências da religião, da moral, do direito, da lingüística e da estética, passaria a compor assim a divisão da sociologia denominada *physiologia social*. Fazendo parte desta grande estrutura cognitiva, ela teria uma dupla vantagem. Por um lado, como ressalta Durkheim, consolidar-se-ia em definitivo numa ciência positiva. Por outro, ao mesmo tempo em que contribuiria para o conhecimento geral, aperfeiçoaria seus diversos estudos específicos.

Em síntese: Durkheim acreditava que tal reestruturação, para a economia, não tratar-se-ia de uma “simples reforma de catalogação”. Antes pelo contrário. Ao modificar

⁶³ DURKHEIM, E. *Les Études de Science Sociale*, op. cit., p. 213. O texto prosseguia com a seguinte conclusão: “De imediato, como já vimos, a economia política perde sua autonomia, pois não se pode estudar uma função social isolando-a completamente das outras”.

⁶⁴ DURKHEIM, E. *Sociologie et Sciences Sociales*, op. cit., p. 151.

simultaneamente método e doutrina,⁶⁵ ela realizaria o ideal de cientificidade tão almejado inicialmente pela economia política.

1.2. O Socialismo Como Sintoma

As reflexões de Durkheim sobre o socialismo, aqui, impõem-se por dois motivos que não são desprezíveis. Por um lado, o socialismo foi um fenômeno importante para o desenvolvimento de sua própria teoria sociológica.⁶⁶ Esta, como bem lembra Mauss, foi muito influenciada pela “questão social”, tema central nos meios políticos e intelectuais franceses de sua época⁶⁷. Ora, quem melhor expressava tal questão era o socialismo que, por meio do movimento operário, reivindicava a limitação de idade para o trabalho infantil, a proibição do trabalho feminino noturno, a jornada de 10 horas, etc. Por outro, estas bandeiras de luta chocavam-se diretamente com a concepção individualista do *laissez-faire*, defendida pelos principais economistas franceses, que abominavam qualquer tipo de intervenção na economia.⁶⁸

Na realidade, quisesse ou não, por mais que seu projeto intelectual não tivesse nada de revolucionário, o socialismo se impunha a Durkheim como um fenômeno relacionado à uma situação instável que vivia sua sociedade. Esta se encontrava atravessada por conflitos

⁶⁵ Enquanto ciência positiva, inserida no interior da sociologia, a economia compreenderia duas áreas de estudo: a morfológica e a fisiológica. Segundo Durkheim, à medida que se inserisse no arcabouço sociológico “o economista, por exemplo, colocar-se-ia do ponto de vista fisiológico. Ele se perguntaria quais são as leis da produção de valores, de sua troca, de sua circulação, do seu consumo. Do ponto de vista morfológico, ao contrário, ele procuraria saber como se agrupam os produtores, os trabalhadores, os comerciantes, os consumidores; ele compararia as corporações de outrora aos sindicatos de hoje, a fábrica com a oficina, e determinaria as leis desses diversos modos de agrupamento. DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale, Leçon D'Ouverture*, op. cit., p. 104.

⁶⁶ Segundo Raymond Aron, “poder-se-ia dizer que ele [Durkheim] concebeu a sociologia como a contrapartida científica do socialismo”. ARON, R. *Sociologie et Socialisme* in *Annales de L'Université de Paris*, nº 1, 1960, p. 3.

⁶⁷ “Sabe-se de quais problemas ele [Durkheim] partiu. Foi desde seus anos de Escola Normal, por vocação, e num meio animado de querer político e moral, de acordo com Jaurès e com seu camarada Hommay (morto em 1886), que ele se consagrou ao estudo da questão social”. MAUSS, M. *Introduction* in Durkheim, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 27.

⁶⁸ Aron enfatiza que, de início, o estudo da questão social por Durkheim “apareceu comandada pelas relações do *individualismo e do socialismo* ou, segundo expressão que empregou mais tarde, do indivíduo e da sociedade”. (Grifo nosso). ARON, R. *Ibidem*.

de grande magnitude, colocando em risco, segundo ele, sua própria existência. Urgia, assim, uma reflexão sobre a situação.⁶⁹

O estudo do socialismo colocava-se também como um instrumento de luta por corações e mentes. Preocupava Durkheim o avanço das idéias socialistas no meio acadêmico. Não porque as pessoas tivessem um posicionamento político, coisa que ele mesmo tinha. O que lhe inquietava era o fato de que aquelas pessoas, que deveriam dedicar-se à ciência, vergavam-se ao mundo das paixões, dos desejos, dos ideais, que não se fundamentavam em conhecimento objetivo algum. O próprio *L'Année Sociologique*, do qual cuidava com zelo, era na sua maioria composta por militantes socialistas.⁷⁰

Isto não significa dizer que ele tivesse, frente ao socialismo, a mesma atitude – de rechaço quase completo – que teve para com a economia política. Sua discordância com as inúmeras formulações e teorias, por um lado, não o impediu ter uma simpatia por várias causas socialistas, por outro. Em algumas ocasiões, ele chegou mesmo a se definir como socialista.⁷¹ Ao que tudo indica, como poderá ser verificado mais à frente, esta identidade resultava de uma avaliação sua, reputada por ele como científica, que as sociedades industriais tendiam naturalmente ao socialismo.

A obra de Durkheim, apesar de seu alvo acadêmico, transcendeu seu objetivo. Nas hostes socialistas sua reflexão repercutiu, sendo objeto de avaliações díspares. Charles Péguy, por exemplo, fez uma severa crítica do livro **O Suicídio**, principalmente à proposta reformista que visava pôr fim ao suicídio egoísta.⁷² A publicação do resumo do curso sobre

⁶⁹ “Durkheim é contemporâneo de movimentos e desordens que levam, na França, à formação de sindicatos e partidos operários. O Programa de Saint-Mandé, as greves gerais de 1898, o episódio de Fort-Chabrol, a votação da lei das 10 horas, o movimento anarcosindicalista, são fatos que o sociólogo não ignora”. DUVIGNAUD, J. **Durkheim (Sa Vie, Son Oeuvre)**, Paris, PUF, 1965, p. 30/31.

⁷⁰ A partir do metucioso levantamento de Christophe Charle, onde buscou verificar a relação dos alunos da Escola Normal com o socialismo, pode-se verificar os seguintes nomes do *L'Année Sociologique*: Hubert Bourgin, Maurice Halbwachs, Robert Hertz, Henri Hubert, Albert Levy, François Simiand. Todos eles, indistintamente, estavam ou vinculados aos partidos operários, ou ao movimento sindical e, até mesmo, envolvidos em projetos de educação socialista. CHARLE, C. *Les Normaliens et le Socialisme* in CANDAR, G. et REBÉRIOUX, M. (direction) **Jaurès et Les Intellectuels**, Les Éditions de l'Atelier/Édition Ouvrières, Paris, 1994, p. 159 a 168.

⁷¹ A biografia escrita por Steves Lukes, particularmente o Capítulo 17, *O Socialismo, O Caso Dreyfus e O Ensino Laico*, por meio de cartas do próprio Durkheim e de depoimentos de seus contemporâneos, confirma tal afirmação. A partir desta fonte bibliográfica Lukes arrisca a traçar um perfil do Durkheim socialista. Segundo ele, “o socialismo de Durkheim era profundamente reformista e revisionista. Opunha-se à agitação que “perturba sem melhorar” e, sobretudo, às mudanças sociais que destroem sem substituir”. LUKES, S. **Émile Durkheim, Su Vida y Su Obra**, op. cit., p. 322.

⁷² *Ibidem*, p. 316.

o socialismo foi bem recebida por Jaurès e Guesde.⁷³ Por seu turno, para não se ir mais longe, Georges Sorel oscilou entre a desconfiança e reconhecimento da importância da obra de Durkheim.⁷⁴

Contudo, o presente tópico não tem por objetivo tratar de modo estrito a concepção durkheimiana do socialismo e seus desdobramentos. Na verdade, a importância de sua reflexão sobre este fenômeno servirá para esclarecer ainda mais como ele compreendia a ciência econômica, bem como avaliava a economia de sua época.

A própria concepção que formulou do socialismo já indicava a situação da economia. De antemão, Durkheim ressaltava que, assim como os economistas clássicos, ele também padecia de cientificidade. Por isto, em todas suas abordagens, considerava que o socialismo

atesta a existência de um mal-estar social e, se não é sua expressão adequada, pode ajudar a compreendê-lo, pois que é dele que resulta. Sob este aspecto, ele é do mais alto interesse. Contudo, deste ponto de vista, pouco importa o valor científico do modo como ele justifica suas formulações. Estas já são unicamente símbolos. É necessário descartar todo este aparelho lógico para atingir a realidade subjacente.⁷⁵

Diferente das concepções usuais, assim, Durkheim recusava definir o socialismo como uma ciência. Antes, o considerava um sintoma; que nem por isso deixava de ser importante, já que era um bom indicador do estado em que se encontrava a sociedade.

Como se verá, tal concepção permitiu Durkheim fazer uma avaliação da economia. O mal-estar que esta provocava decorria da concorrência sem peias, das crises constantes, das incertezas geradas, etc.. Mais do que vantagem, esta situação afetava diretamente a vida dos indivíduos, colocava em risco a própria liberdade defendida pelo liberalismo. Foi em razão desta realidade e reivindicando sua superação que surgiram todas as correntes socialistas.

⁷³ “O curso público [sobre o socialismo] obteve um grande sucesso. A definição do socialismo, que foi publicado de forma resumida, impressionou Guesde e Jaurès, que se disseram de acordo com Durkheim”. MAUSS, M. *Introduction*, op. cit., p. 28.

⁷⁴ Sorel avaliava, segundo Lukes, que o socialismo “tinha em Durkheim um adversário de primeira ordem: as forças da democracia conservadora haviam encontrado nele um ‘teórico que é, ao mesmo tempo, um metafísico de rara sutileza e um investigador perfeitamente armado para a luta’”. LUKES, S. **Émile Durkheim, Su Vida y Su Obra**, op. cit., p. 316. Contudo, Sorel saudou a publicação d’**O Suicídio**. Para ele, faltava-lhe “tratar de um assunto [a moral] muito difícil e que talvez não abordaria se não tivesse encontrado num livro recente de Durkheim teses que são de natureza à consolidar o materialismo histórico”. SOREL, G. **Materiaux D’Une Théorie du Prolétariat**, Paris-Genève, Slatkine, s/d, p. 124.

⁷⁵ DURKHEIM, E. *Socialisme et Science Sociale* in DURKHEIM, E. **La Science Sociale et L’Action**, op. cit., p. 244. Este texto foi escrito em 1897.

Deste modo, apesar do duvidoso valor científico, segundo nosso autor, elas expressavam “sintomas importantes” de como se encontrava a sociedade.⁷⁶

À medida que delineou este quadro, verifica-se que, ao mesmo tempo, Durkheim foi revelando outras características dos economistas. Estes e os socialistas eram apresentados, por exemplo, “como produtos de um mesmo estado social que traduzem”. Não só, “são irmãos inimigos saídos de uma mesma origem”.⁷⁷ Mesmo assim, apesar de expressarem uma realidade histórica em comum, Durkheim ressaltava que tinham propostas diferentes e antagônicas entre si.⁷⁸

Assim, aqui, para melhor dimensionar sua compreensão do pensamento econômico, impõe-se uma apresentação do estudo de Durkheim sobre o fenômeno do socialismo.

- Do Comunismo ao Socialismo

Durkheim nunca escreveu uma obra especificamente voltada para o estudo do socialismo. Nas inúmeras resenhas que elaborou acerca desse, pode-se verificar suas concepções e interpretações das diversas tendências e teorias existentes. Porém, foi no curso sobre o socialismo, ministrado em Bordeaux, em 1896,⁷⁹ onde melhor sistematizou uma reflexão do tema.

De modo geral. Todas às vezes que tratou do socialismo, sempre teve a preocupação de refutar a concepção que se tinha do mesmo. Usualmente, ele era considerado uma ciência. Discordando deste entendimento, Durkheim propôs que, antes de tudo, era necessário um

⁷⁶ “Esta teoria [a de Sismondi] e as teorias similares, se não têm a não ser um valor científico limitado, elas são sintomas importantes. Elas testemunham que, desde esta época [início do século XIX], aspirávamos pela mudança da ordem econômica. Pouco importa o valor, do ponto de vista de um método exato, das razões alegadas para o apoio desta aspiração. Esta última é certamente o fato que merece ser retido, pois ela não poderia ser produzida se sofrimentos não tivessem realmente sido sentidos”. Durkheim, E. **Le Socialisme**, op. cit., p. 107.

⁷⁷ Ibidem, p. 99.

⁷⁸ “...É fácil constatar que, entre as doutrinas econômicas, há as que reivindicam a vinculação das funções comerciais e industriais às funções diretoras e conscientes da sociedade e que se opõem à outras que exigem contrariamente uma difusão [ausência de organização] maior das primeiras”. Ibidem, p. 48/49.

⁷⁹ Posteriormente, o referido curso foi publicado com o título **Le Socialisme**, em 1928, sob a chancela e uma introdução de seu sobrinho Marcel Mauss.

estudo científico sobre esse fenômeno. Somente assim, acreditava, seria possível a compreensão de seu real significado social.⁸⁰

Tomando esta preocupação como referência, Durkheim avaliava que o socialismo não podia ser assim definido [como científico] na medida em que se ocupou “menos com o que é e mais com o que deve ser”. Noutras palavras: ele não era constituído a partir de um processo indutivo, mas sobre desejos e paixões.⁸¹ Por isso, numa de suas principais abordagens, Durkheim considerava que “o socialismo não é uma ciência, uma sociologia em miniatura, é um grito de dor e, por vezes, de cólera, lançado pelos homens que mais vivamente sentem nosso mal-estar coletivo”.⁸² Ou seja, antes de tudo, o socialismo apresentava-se como um *ideal*, uma doutrina, que expressava um estado da sociedade.

Esta consideração preliminar mais a aplicação rigorosa de seu método sociológico permitiram Durkheim refutar também as várias definições que existiam do socialismo, que o concebiam: “uma negação da propriedade”, “uma estreita subordinação do indivíduo à coletividade”, uma busca para “melhorar a condição da classe trabalhadora”. Seguindo procedimentos que julgava científicos, ele buscou definir o socialismo a partir dos seguintes critérios metodológicos: estudá-lo como *fato social*, tratá-lo como *coisa* e explicá-lo com a ajuda de outro *fato social*.

O *fato social* que ajudaria na definição do socialismo era a economia. Para Durkheim, o socialismo expressava esta função social.

Aqui, dentre as vezes que o fez em sua obra, ele explicitou meridianamente uma avaliação da economia. Segundo Durkheim, mesmo as funções econômicas realizando-se no interior da vida social, e havendo uma reciprocidade entre seus estados, elas apresentavam-se como privadas. Noutras palavras:

as funções econômicas têm a particularidade de não manter relações definidas e reguladas com o órgão encarregado de representar o corpo social em seu conjunto e de dirigi-lo, isto é, com o que comumente

⁸⁰ “Todo mundo mesmo tem interesse em que estas discussões [sobre o socialismo] sejam doravante conduzidas, de uma parte e de outra [dos socialistas e de seus críticos], com o mais sangue-frio e sem esta animosidade mútua, que hoje é regra e que lhe rouba todo caráter científico. Pelo menos, este seria um primeiro apaziguamento, cujo serviço, nestas questões, a ciência pode tornar o mais imediatamente prático”. DURKHEIM, E. *Socialisme et Science Sociale*, op. cit., p. 241/242.

⁸¹ Para Durkheim, a principal obra de Marx, **O Capital**, fora elaborado a partir dessas premissas. DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, op. cit., p. 36/37.

⁸² *Ibidem*, p. 37.

chamamos de Estado. Essa ausência de relações pode ser constatada tanto pela maneira como a vida comercial e industrial age sobre o Estado, quanto pela maneira como o Estado age sobre ela.⁸³

Isto significava que, apesar de sua importância na vida moderna, as funções econômicas desenvolviam-se autonomamente.

Dito de outro modo, não há comunicação especial entre o Estado e essa esfera da vida coletiva. Em princípio, **a atividade econômica está fora da consciência social**; ela funciona silenciosamente; os centros conscientes não a sentem, principalmente quando ela segue sua função normal. Do mesmo modo, esses centros não a acionam de uma maneira especial e regular.⁸⁴ (Grifo nosso).

Tal avaliação fazia com que Durkheim chegasse a seguinte conclusão: “...diremos que são difusas as funções econômicas no estado em que elas se encontram, sendo que essa difusão consiste na ausência de organização”.⁸⁵

Para Durkheim, mesmo sem tal compreensão, foi contra essa realidade que se insurgiram e foram elaboradas as doutrinas socialistas. Todas, apesar de suas diversidades teóricas, buscavam de algum modo vincular a economia às funções diretoras e conscientes da sociedade. Por isso, ele chegava a seguinte definição: “chama-se socialismo toda doutrina que reivindique a ligação de todas as funções econômicas, ou de algumas delas, que são atualmente difusas, aos **centros diretores e conscientes da sociedade**”.⁸⁶ (Grifo nosso).

Durkheim acreditava que todos os outros objetivos traçados pelo socialismo só seriam alcançados quando ele fosse compreendido a partir dessa definição.⁸⁷ Noutras

⁸³ Ibidem, p. 47/48. O texto continua assim: “De um lado, o que se passa nas manufaturas, nas fábricas, nas lojas particulares, escapa, em princípio, ao conhecimento do Estado, que não está direta e especialmente informado do que aí se produz”.

⁸⁴ Ibidem, p. 48.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem, p. 49.

⁸⁷ “Uma vez consideradas essas premissas, é claro que o único meio para no mínimo aliviar essa sujeição [dos trabalhadores e da sociedade aos capitalistas], para melhorar esse estado de coisas, é moderar a potência do capital através de outra potência que tenha força igual ou superior, e que, além do mais, possa fazer sentir sua ação em conformidade com os interesse gerais da sociedade”. Ibidem, p. 54.

palavras: a melhoria da condição operária, a melhor distribuição de riqueza, a realização de uma igualdade social, etc., seriam conseqüências e não fundamentos do socialismo.

Esta concepção comum a todas as correntes socialistas lhe parecia pertinente. Na verdade, ao contrário dos economistas, ele considerava que a sociedade necessitava urgentemente desta regulação das funções econômicas. Somente ela seria capaz de atenuar ou eliminar as injustiças sociais. Porém, alertava: esta transformação não poderia ocorrer por meio da destruição do capitalismo. Caso contrário, os objetivos socialistas não seriam alcançados.⁸⁸

Verifica-se, assim, que Durkheim não rejeitava o socialismo como algo irrealizável. Pelo contrário, em suas análises depreende-se que ele lhe aparecia como uma tendência do desenvolvimento da sociedade industrial. Esta, no seu processo de complexificação, exigia a socialização de suas funções. Por conseguinte, o socialismo não poderia ser confundido com o comunismo primitivo, como faziam os economistas liberais.⁸⁹

Opondo-se a este tipo de interpretação, que não era exclusivo dos economistas, mas estava também presente em algumas correntes socialistas, Durkheim preocupou-se em desenvolver uma reflexão que fosse capaz de explicitar as diferenças qualitativas que separavam o comunismo do socialismo. Tal feito ajudaria mais ainda no esclarecimento deste último.

Um aspecto geral, que esclarecia os demais, dizia respeito aos momentos em que surgiram respectivamente as idéias socialistas e comunistas. Estas últimas, por exemplo, manifestaram-se em diversas ocasiões históricas. Assim, elas apareceram pela primeira vez com Platão, ressurgiram séculos depois com Thomas Morus, reapareceram com Campanella e renasceram no século XVIII. Estas manifestações em épocas tão diferentes, revelando uma certa constância, a princípio, poderiam demonstrar um sinal de força e fundamento das idéias comunistas. Contudo, para Durkheim, elas eram a prova inequívoca

⁸⁸ “Seguramente, é necessário que a concorrência seja atenuada, é urgente que uma regulamentação jurídica dos contratos proíba incontestáveis abusos. É necessário que os fracos, notadamente a mulher e a criança, sejam protegidos. Porém, para que tais resultados sejam obtidos, não é necessário subverter a organização econômica atual. Pelo contrário, a destruição do capitalismo, caso fosse realizada, não poderia senão torná-los impossível”. DURKHEIM, E. *Socialisme et Science Sociale*, op. cit., p. 240.

⁸⁹ “[...] A fórmula precedente [a definição dada ao socialismo] impede de confundir, como tantas vezes foi feito, o socialismo atual com o comunismo primitivo. Desta pretensa identidade, os economistas ortodoxos acreditaram poder conclusivamente refutar o socialismo”. DURKHEIM, E. *Sur La Définition du Socialisme* in DURKHEIM, E. *La Science Sociale et L’Action*, op. cit., p. 234. Este texto foi escrito em 1893.

da fragilidade dessas idéias, pois que, antes de tratarem uma dada realidade social, expressavam a visão particular de cada teórico.⁹⁰

No caso do socialismo, as coisas eram diferentes. O próprio termo só surgira no início do século XIX.⁹¹ Isto demonstrava que, ao invés de se vincular à uma sociedade imaginária, ele havia nascido de uma realidade social concreta. Tão concreta, que foi alvo não de um teórico isolado, mas de inúmeros pensadores e correntes que se arvoraram socialistas. Foi no seio de tamanha efervescência, segundo Durkheim, que surgiram concepções e propostas que

por mais utópicas que possam nos parecer, elas não são vistas pelos seus autores como utopias. É que eles pensam sob o impulso não de sua sensibilidade privada, mas das aspirações sociais a exigir uma satisfação eficaz que as simples ficções, por mais sedutoras, não poderiam contentar.⁹²

Estas concepções e propostas confrontadas com as comunistas expressavam bem esta diversidade de origem, segundo Durkheim. Dois exemplos, dentre outros, ilustravam bem esta distinção.

Primeiro, a relação entre economia e Estado. Na análise durkheimiana, o comunismo sempre se caracterizou por não vincular estas duas dimensões da vida social. Antes pelo contrário, ao longo da história ele avaliou que a relação do poder público com a produção de riqueza era danosa à sociedade, corrompendo suas bases. Assim, tanto reivindicou a criação de um mecanismo que se interpusesse entre estas duas dimensões, como condenou a riqueza em si. Já no caso do socialismo, as coisas ocorriam de modo diferente. Em razão do desenvolvimento da sociedade industrial, a dimensão econômica não poderia ser negligenciada; aliás, ela havia assumido uma importante magnitude. Ao invés de separá-la do Estado, para o socialismo, era necessário o estabelecimento de uma

⁹⁰ “Noutros termos, o comunismo não cria coiméias. Os pensadores que ele inspira são solitários, surgem de quando em quando, mas não fazem escola. Suas teorias parecem, portanto, exprimir antes a personalidade de cada teórico do que um estado geral e constante da sociedade”. DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 60.

⁹¹ “Um primeiro fato que, embora não demonstrativo, nos deve pôr de sobreaviso contra a confusão é que a palavra socialismo é absolutamente nova. Foi forjada na Inglaterra, em 1835. Neste ano foi fundada, sob os auspícios de Robert Owen, uma sociedade que adotou o nome um pouco enfático de Associação de Todas as Classes e Todas as Nações. As palavras socialista e socialismo foram pela primeira vez empregadas no decorrer das discussões realizadas nessa ocasião”. *Ibidem*, p. 59.

⁹² *Ibidem*, p. 60/61.

intima relação entre os dois. Nesta situação, a riqueza material só seria condenável à medida que não fosse socializada; ou seja, regulada pela sociedade.⁹³

Segundo, a condenação ao *individualismo*; algo que contribuía para se confundir socialismo e comunismo. Contudo, defendia Durkheim, mesmo neste ponto as concepções eram antípodas. No caso do comunismo, a condenação do individualismo recaía no consumo. Esta concepção baseava-se nas sociedades onde a produção não apresentava muita diferenciação e, por isso, as atividades dos indivíduos eram muito semelhantes. Neste caso, a coletividade não necessitava criar mecanismo de controle de produção. Diversamente, para o socialismo, em virtude da produção diferenciada e o aparecimento de grandes empresas, as funções econômicas deveriam ser socialmente organizadas. Quanto ao consumo privado e a propriedade individual, por não afetarem o conjunto da vida social, prescindiam de qualquer regulação. Esse era o motivo, segundo Durkheim, dos interesses serem tão diferentes:

o comunismo só vê remédio na supressão, tão completa quanto possível, dos interesses econômicos; o socialismo, na socialização dos interesses. Os dois se parecem, portanto, apenas por uma vaga tendência a atribuir à sociedade uma certa preponderância sobre o indivíduo, sem que haja, contudo, nada em comum nas razões pelas quais essa preponderância é reivindicada, nos objetos a respeito de que ela é demandada, nem na maneira pela qual se entende que ela se manifesta.⁹⁴

A partir desta comparação, ao que tudo indica, Durkheim tentava fixar a idéia de que o socialismo era um fenômeno histórico. Por mais que os economistas tentassem negar, ele era o resultado natural do desenvolvimento da sociedade industrial.

Mas, não só. Mesmo sendo um sintoma, o socialismo revelava também que essa sociedade criava as condições para sua realização. Estas condições resultavam de três transformações fundamentais. Primeiro, a ligação das funções econômicas ao Estado tornara-se possível em virtude da sociedade ter passado a atribuir às duas dimensões valores similares. Isto ocorreu, de acordo com Durkheim, porque a indústria e comércio

⁹³ Ibidem, p. 61, 62, 63 e 64.

⁹⁴ Ibidem, p. 69. Durkheim concluía assim: “Em resumo, o comunismo e o socialismo têm de semelhante o fato de se oporem do mesmo modo ao individualismo radical e intransigente. Mas essa não é uma razão para confundi-los, porque eles não deixam de ser opostos entre si”. Ibidem.

havam se tornado engrenagens essenciais à coletividade e o Estado havia perdido seu caráter místico, que o colocava anteriormente acima da sociedade. Segundo, a complexificação e presença desse mesmo Estado nas mais distintas esferas da vida social mostravam que ele era apto também para agir sobre as funções econômicas. Terceiro, em virtude de terem perdido seu caráter doméstico passavam a necessitar da ação da coletividade sobre elas.⁹⁵

Era tendo esta compreensão que Durkheim julgava o comunismo como algo inverossímil. Historicamente, pelo estágio que a sociedade havia alcançado, ele mostrava-se ultrapassado. Na verdade, o comunismo só podia ser pensado

lá onde as funções sociais são comuns a todos, onde a massa social não compreende, por assim dizer, partes diferenciadas. Com efeito, nestas condições, a propriedade é naturalmente coletiva, porque a personalidade coletiva é a única que se desenvolve.⁹⁶

Ora, esta realidade não mais existia. Para Durkheim, o comunismo se apresentava como algo romântico. Isto porque, pelo presente processo de divisão do trabalho, não seria mais possível se restabelecer a propriedade comunal. Esta só seria factível, como bem argumentava, quando não havia distinção entre os indivíduos, pois todos compartilhavam não só as mesmas crenças e valores, como todas as atividades.

O socialismo, diferentemente, mostrava-se contemporâneo. Como indicava Durkheim, constituía-se numa tendência para a qual a sociedade industrial convergia. Assim, longe de ser um retrocesso, ele parecia

implicado na própria natureza das sociedades superiores. Com efeito, sabemos que, quanto mais se avança na história, mais as funções sociais, primitivamente difusas, se organizam e se socializam [...] . Portanto, se as condições fundamentais de que depende o desenvolvimento histórico continuam a evoluir no mesmo sentido, pode-se prever que esta socialização, tornar-se-á cada vez mais completa e que se estenderá pouco a pouco às funções que ainda não atingiu. *Por conseguinte, não se vê em razão de qual privilégio as*

⁹⁵ Ibidem, p. 69, 70 e 71.

⁹⁶ DURKHEIM, E. *Sur La Définition du Socialisme*, op. cit., p. 235. No próprio curso sobre o socialismo Durkheim afirmava: “[...] deve-se admitir que os teóricos do comunismo têm seu pensamento orientado não para o futuro, mas para o passado. São retrógrados. Não reivindicam o aceleração da evolução, seu avanço, mas sim uma volta para trás”. DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 72.

*funções econômicas seriam as únicas em estado de resistir vitoriosamente a este movimento.*⁹⁷ (Grifo nosso)

Isto significava dizer que o socialismo não resultava de um ideal. Antes, ele seria um processo natural da sociedade que, a medida que foi sendo constituída por novas funções e esferas de atividades, necessitava organizá-las e coordená-las. De modo inexorável, as funções econômicas, mesmo que às vezes parecessem autônomas, não escapariam a tal tendência. Neste momento, então, o socialismo realizar-se-ia.

Assim, o socialismo vislumbrado por Durkheim não decorria de nenhuma ruptura ou revolução. Ele resultaria da própria evolução da ordem social existente. Talvez fosse por isso que nutrisse com tanta esperança o advento desta nova forma da sociedade se organizar.⁹⁸

- O Pensamento Econômico Socialista.

Semelhante ao tratamento dispensado aos economistas, Durkheim também nunca desenvolveu uma reflexão sistematizada dos socialistas, particularmente de suas respectivas teorias econômicas. Como já se antecipou, seu desejo era elaborar uma história do socialismo.

a) As Origens do Socialismo.

No entanto, esta história nunca foi por ele desenvolvida. No curso sobre o socialismo, encontra-se somente um esboço geral de suas origens, um breve comentário sobre Sismondi e um longo estudo da obra de Saint-Simon. A atenção dispensada a este

⁹⁷ DURKHEIM, E. *Sur La Définition du Socialisme*, op. cit., p. 235.

⁹⁸ Numa carta a Xavier Léon, data de 30 de Março de 1915, Durkheim confessava: “nossa salvação está no socialismo despojado de todos os modismos passados, ou em um novo socialismo que recupere a tradição francesa. Vejo muito claramente o que poderia isto ser”. *Lettres D’Émile Durkheim* in DURKHEIM, E. *Textes II*, op. cit., p. 478.

último partia da seguinte avaliação: “todo o essencial da doutrina socialista se encontra na filosofia saint-simoniana”.⁹⁹

i – Os Rudimentos do Socialismo

Inicialmente, na continuidade de seu estudo, Durkheim voltou suas atenções para o século XVIII, em razão de identificar, já naquele momento, as condições para o aparecimento do socialismo. No caso da França, por exemplo, três fatores contribuíram de forma decisiva para que isto acontecesse: primeiro, “a grande indústria estava em via de desenvolvimento”; segundo, “a importância atribuída à vida econômica” já estava suficientemente estabelecida, a ponto de se ter tornado “matéria de uma ciência” e terceiro, o Estado havia laicizado-se e a “centralização da sociedade francesa estava concluída”.¹⁰⁰

Contudo, de imediato, tais condições não resultaram no aparecimento de um pensamento socialista genuíno. Segundo Durkheim, apesar de se preocuparem com a realidade social, principalmente com os menos favorecidos, os teóricos do século XVIII estavam mais próximos do comunismo. De um lado, quase não diferindo das utopias de Platão, Morus e Campanella, encontravam-se Morelly, Mably e Rousseau. De outro, expressando alguns aspectos do socialismo, encontravam-se Linguet, Necker e Graslin. Apesar destes traços diferentes, havia algo em comum entre os dois grupos: em ambos a realidade econômica não se encontrava nos centros de suas respectivas reflexões.

Mably e Morelly¹⁰¹, como os utopistas que lhes antecederam, basearam suas exposições num quadro puramente imaginário. Não por acaso, o tom passadista, em contraposição à realidade em que viviam, preponderava. Face ao presente que degradava o ser humano, que corrompia sua boa natureza, opunham um perfeito e longínquo mundo.

⁹⁹ DURKHEIM, E. *Socialisme et Science Sociale*, op. cit., p. 237.

¹⁰⁰ DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, op. cit., p. 73. Aqui, cabe esclarecer o que era *grande indústria* para Durkheim. Enquanto para Marx ela só passou a existir quando da introdução do sistema de maquinaria na produção, Durkheim já a identificava na manufatura. Além desta alerta, uma outra observação faz-se necessária: se em **O Socialismo** é dito que o aparecimento da grande indústria ocorreu no século XVIII, em **Da Divisão do Trabalho Social** indica-se o século XVII. Segundo Durkheim, no Livro III, ao discutir *A divisão anômica do trabalho*, “no século XVII começa a terceira fase desta história da classe operária: a chegada da grande indústria”. DURKHEIM, E. **De La Division Du Travail Social**, op. cit., p. 346.

¹⁰¹ A existência de Morelly é um tanto quanto nebulosa, pois não há certeza de quem ele foi. Segundo Jean-Christian Petitfils, A. Lichtenberger, autor no qual Durkheim baseou seus comentários sobre o socialismo no século XVIII, levanta a hipótese de que Morelly foi na verdade duas pessoas. PETITFILS, J-C. **Les Socialismes Utopiques**, Paris, PUF, 1977, p. 31.

Para Durkheim, tal posicionamento destes autores decorria do fato de partirem, não de uma questão de economia política, mas de uma questão moral, a qual era abstrata, independente de toda condição de tempo e lugar. Assim sendo, o remédio que apresentavam para solucionar os problemas sociais era

aquele que propuseram os comunistas de todos os tempos. A causa do mal é o egoísmo; o que sustenta o egoísmo é o interesse particular; o interesse particular não pode desaparecer senão com a propriedade privada, portanto, é esta que deve ser abolida.¹⁰²

Ou seja, não se levava em conta a especificidade da sociedade, de como esta se compunha, como estava estruturada, quais seus fatores essenciais e secundários, etc.. Nem muito menos sua temporalidade. A mesma proposta era aplicável nas mais distintas sociedades e nas mais variadas épocas.

Esta visão mostrava o quanto Mably e Morelly não eram capazes de dar conta das transformações que começavam a ocorrer na realidade social. É por isso que eles passavam ao largo dos primeiros movimentos e problemas provocados pela economia. Não só. Enquanto o socialismo viria a colocar como principal foco de suas preocupações a organização e a centralização da economia, as doutrinas daqueles visavam suprimir sua importância no interior da vida social. Aliás, eles atribuíam às atividades econômicas em si a origem de todo o envilecimento da alma humana. Onde, segundo Durkheim, para enfrentarem problemas presentes, tenderem a adotar soluções retrógradas, baseadas em “formas primitivas de civilização”.¹⁰³

Estas características também podiam ser detectadas no pensamento de Rousseau, o que inviabilizava enquadrá-lo como socialista. Na verdade, sua doutrina nada mais era do que uma versão modificada das de Mably e Morelly. Como estes, “ele também tomou seus modelos nas repúblicas antigas, cuja organização lhe parece ser a mais perfeita que já tenha existido”.¹⁰⁴

¹⁰² DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 74/75.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 75 e 76. Durkheim conclui: “assim, ao que lhes parece, a reforma que eles reclamam está bem longe de consistir na instituição de formas sociais novas, em harmonia com as novas condições da existência coletiva, é ao passado longínquo que eles tomam emprestada integralmente a idéia. Por conseguinte, como Platão, como Morus e Campanella, eles mesmos estimam que a idéia não é quase susceptível de ser realizada”. *Ibidem*.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 76.

Esta interpretação que Durkheim fazia de Rousseau, no entanto, não é consensual. Petitfils desenvolve um argumento antípoda: não só o filósofo genebrino foi socialista, como também pouco a pouco foi tendendo a uma posição de caráter reformista. Nas primeiras obras, como no **Discurso Sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade Entre os Homens** e no **Discurso Sobre as Ciências e as Artes**, o caráter passadista e romântico é notório: “o Rousseau revoltado e anarquista das obras iniciais volta-se totalmente para o mito da sociedade primitiva, perfeita e feliz”.¹⁰⁵ Ao invés de enaltecer, ele denunciava “as desvantagens das ciências e das técnicas, das artes e do progresso em geral”.¹⁰⁶ Contudo, à medida que tinha consciência de que a história não podia retroceder, sua crítica enredava-se num impasse, que o levou a fazer concessões. Estas tomaram corpo na defesa de reformas: “reforma moral n’A **Nova Heloisa**, reforma dos princípios educativos em **Emílio**, reforma da sociedade em **O Contrato Social**”.¹⁰⁷ Foi nestas circunstâncias que voltou “as costas à comunidade de bens para se tornar o defensor da propriedade individual”.¹⁰⁸

Durkheim não estava alheio a isto, no entanto. Ele tinha clareza de que Rousseau não levava às últimas conseqüências as idéias de Morelly; que ao invés de condenar a propriedade privada, defendia sua subordinação ao bem público. O problema encontrava-se noutro plano. Para Durkheim,

sabe-se ... o que ele [Rousseau] pensa do comércio e da indústria, como das artes. Ele não os julga diferentes de Platão. Também como este último, longe de querer organizá-los e socializá-los, ele procura expurgá-los da sociedade ou, pelo menos, restringi-los o possível em um lugar.¹⁰⁹

A dimensão econômica não era arrostada como uma realidade que aos poucos se impunha no interior da vida social; ela era deixada em segundo plano. Rousseau nem mesmo intuiu de modo prospectivo, caso ela viesse a ser importante no cotidiano das pessoas, quais seriam seus desdobramentos. O único sentimento que tinha era negá-la por completo. Tal

¹⁰⁵ PETITFILS, J.-C. **Les Socialismes Utopiques**, Ibidem, p. 25.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 25 e 26.

¹⁰⁹ DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, op. cit., p. 77.

desconsideração fazia com que sua teoria não pudesse “ser chamada senão de comunismo moderno”.¹¹⁰

Porém, de algum modo já pressentindo as mudanças que começavam a tomar corpo, este comunismo manifestava-se de uma forma diferente do anterior. Durkheim ressaltava duas novas características que expressavam esta diferença. A primeira, é que este comunismo nada tinha de esporádico. Antes pelo contrário, como nos três autores acima citados, havia uma recorrente e sistemática preocupação com o estado de natureza, com os perigos do luxo e da civilização, com as vantagens da igualdade, etc. A segunda, é que este comunismo não formulava soluções hipotéticas, mas atacava a própria propriedade privada. Esta era apresentada como desprovida de toda base racional, que ela não estava em conformidade com a natureza das coisas e que, por isso, sua abolição era um direito. Em síntese: estas duas características advertiam que, “desta vez, estas teorias particulares não [eram] construções individuais, mas [respondiam] a alguma aspiração nova que se mostrou na alma da sociedade”.¹¹¹

O desejo de justiça social que emanava desta vertente do comunismo do século XVIII, na avaliação de Durkheim, antecipava um dos problemas que o socialismo buscava resolver. Na verdade, segundo ele, isto decorria do fato de que este comunismo encontrava-se sob determinadas influências e novas condições. Dentre elas, ressaltava-se um forte sentimento coletivo que condenava as desigualdades sociais, principalmente porque “não estavam fundamentadas no direito.”¹¹² Ou seja, não havia nenhuma norma ou regra que justificasse a situação adversa de parte considerável da sociedade.

Contudo, apesar da originalidade, este sentimento, que o comunismo expressava, não estava relacionado com a dimensão econômica da sociedade. Para Durkheim, não era

atacado, por exemplo, a situação do pequeno negociante ou do pequeno produtor frente ao grande comerciante e do grande fabricante, ou a relação do operário com o empregador. Tomou-se simplesmente os ricos em geral e não se traduziu ... senão por

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem, p. 79/80.

¹¹² “Por reação contra isto que existia, a própria consciência pública chegava a declarar injusta toda espécie de desigualdade. Suponha que, à luz desta idéia, alguns teóricos consideraram aquelas relações econômicas que mais evidentemente os escandalizam e toda uma série de reivindicações – propriamente socialistas – não podia deixar de aparecer.” Ibidem, p. 85/86.

generalidades abstratas e dissertações filosóficas sobre os perigos sociais da riqueza e sobre sua imoralidade.¹¹³

A indignação da consciência pública, assim, por mais que dissesse respeito aos fatos da realidade cotidiana das pessoas, não estava relacionada com a ordem econômica. Esta não era ainda vista como central, mas estranha à vida social.

Então, o que provocava este sentimento de indignação? Durkheim explicava que o sentimento contra as desigualdades sociais no século XVIII nascia da falta de regulação jurídica. Isto porque esta realidade era inusitada se comparada às sociedades anteriores. No caso da feudal, por exemplo, as diferenças sociais tinham amparos legais: a condição do servo estava delineada quer no direito positivo, quer na forma consuetudinária. Na sociedade que surgia, algo que parecia paradoxal, o direito passou gradativamente a regular e a garantir somente a igualdade jurídica-política, deixando de lado as diferenças – que viriam a ser econômicas – entre os indivíduos.

No entanto, ocorreram exceções ainda no século XVIII. Alguns autores chegaram a expressar uma linguagem próxima do que seria o socialismo, onde de alguma maneira relacionavam justiça social com realidade econômica. Este foi o caso de Linguet. Desconhecido no século XIX¹¹⁴, ele caracterizou-se por seu espírito original e independente, algo constatado no confronto de suas idéias com as visões dos economistas, dos enciclopedistas e dos advogados.

Ao contrário das usuais discussões sobre a riqueza, ele desenvolveu uma detalhada reflexão sobre as características que iam tomando conta do trabalhador. De acordo com Durkheim, Linguet descreveu “muito amplamente qual era, no seu tempo, a condição do trabalhador que não tem senão seus braços para viver e, como fará mais tarde Karl Marx, vê nele o sucessor do escravo da Antigüidade e do servo da Idade Média”.¹¹⁵ A riqueza, assim,

¹¹³ Ibidem, p. 86.

¹¹⁴ Apesar desta opinião de Durkheim, Marx, em *O Capital*, Livro I, cita o referido pensador cinco vezes, transcrevendo trechos de sua obra.

¹¹⁵ Ibidem, p. 87. Jean-Christian Pettitfils imputa a Morelly esta capacidade de ter antecipado Marx. Diz ele: “Muito antes de Marx, Morelly explica o desenvolvimento da história pelas rivalidades, tensões, lutas de classes, o que justifica o interesse continuado que os historiadores soviéticos manifestaram por ele”. PETITFILS, J-C. *Les Socialismes Utopiques*, Ibidem, p. 33. Contudo, a observação de Durkheim não deixa de ser pertinente. Como veremos em seguida, ao traçar o paralelo com Marx, ele visava mostrar como Linguet percebeu que o trabalhador moderno não é somente uma repetição do passado, mas também traz consigo uma nova característica: sua existência tem um fundamento especificamente econômico.

não era vista abstratamente, mas a partir de sua fonte, o trabalhador. Este, mesmo sendo a origem da abundância, não tinha acesso ao que produzia.

Esta situação, porém, baseava-se sobre condições completamente desconhecidas por escravos e servos. Estes, bem ou mal, tinham de algum modo sua sobrevivência assegurada. Já o trabalhador que despontava no século XVIII, para Linguet, era frágil, pois não possuía nem os meios para exercer sua atividade, nem os meios para sobreviver. Na compreensão de Durkheim, ao ter esta visão, ele se contrapunha frontalmente aos economistas, que faziam apologia da liberdade e da superioridade deste novo tipo de trabalhador. Diversamente, ele percebia que este trabalhador, à medida que necessitava de um salário, apresentava-se como um ser que não tinha independência alguma; no lugar de uma coação física, religiosa, etc., colocava-se agora uma econômica, mais eficaz, pois ameaçava o seu estômago.¹¹⁶

Assim, para Durkheim, por ter antecipadamente revelado a natureza do trabalho assalariado, aquele comunista fez história. E esta revelação se fez acompanhada do questionamento de um dos paradigmas da sociedade moderna, a liberdade pessoal. Ao contrário do culto e da defesa teórica feita pelos iluministas, Linguet identificava em tal liberdade um desconhecido, mas eficaz instrumento de dominação. Era por meio dela que se estabelecia uma nova relação social (salarial), onde, de livre e espontânea vontade, um dos participantes adjudicava seu ser a um outro. Por isto, na visão de Linguet, podia se afirmar que sua conquista por parte dos servos teria sido nefasta. Não só: ela era a origem de todo mal que assolava a sociedade moderna e, conseqüentemente, das convulsões sociais vindouras.¹¹⁷

Muito rapidamente, Durkheim cita ainda dois outros autores comunistas do século XVIII, Necker e Graslin.

O primeiro, Necker, mesmo mais moderado do que Linguet, descrevia “a situação econômica de seu tempo também sob cores muito sombrias”¹¹⁸; particularmente aquela referente ao povo, que ele definia como a parte da nação nascida sem propriedade. Mais

¹¹⁶ Nas palavras de Durkheim, respondendo aos economistas, Linguet argumentava que, para poder ser verdadeiramente livre, “seria necessário que, a fim de poder tornar-se imprescindível, a mão-de-obra pudesse permanecer algum tempo sem trabalhar. Mas ela é obrigada a ceder porque é obrigada a comer, pois se ela chega a resistir, sua adversidade, que é inevitável, cresce e reforça sua dependência precisamente porque o desemprego a torna necessitada.” DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p 87.

¹¹⁷ Ibidem, p. 88.

¹¹⁸ Ibidem, p. 88/89.

numerosa, esta porção da população se mantinha vendendo o seu trabalho e, em contrapartida, recebendo irrisórios salários dos proprietários. O poder destes decorria dos seguintes aspectos: seu reduzido número em comparação aos trabalhadores, a intensa concorrência entre estes últimos por emprego e a profunda desigualdade entre os dois segmentos. Contudo, esta realidade sempre existira. Segundo Necker, a novidade do mundo moderno era aprofundar e agravar aquela realidade a partir de duas circunstâncias até então desconhecidas. Por um lado, a propriedade tendia gradativamente a se concentrar nas mãos de poucos, fazendo com que os proprietários tivessem um poder cada vez mais imperioso sobre aqueles de quem compravam o trabalho. Por outro, o acúmulo e a perenidade da riqueza produzida na sociedade tornavam redundantes os novos trabalhos dos operários, o que enfraquecia suas pretensões para melhorarem de vida. Em razão disso, o contrato de trabalho era um trato de força e de coação sobre a fraqueza do trabalhador.¹¹⁹

No caso de Graslin, de acordo com a apresentação de Durkheim, sua reflexão era menos rebuscada. A preocupação que tinha com a economia expressava-se numa teoria sobre fundos de salários. Na verdade, sua discussão girava em torno da distribuição – injusta – da renda entre os vários setores que compunham a sociedade. Um destes setores, que tomava para si parte da massa do trabalho sem ter contribuído com nada, era formado por proprietários de terras, de rendas, etc. Um outro setor, que recebia salários (sic) superiores aos seus trabalhos e aos frutos por ele produzidos, era constituído pelos empresários das manufaturas, do comércio, etc. Toda esta apropriação indevida fazia-se às expensas do operariado, ao qual cabia uma ínfima parte da riqueza que ele próprio criara. A situação deste último deteriorava-se ainda mais com a invenção da máquina, que, além de ser prescindível¹²⁰, tendia a diminuir a quantidade necessária do trabalho manual.

Enfim, segundo Durkheim, podia-se ver em Linguet, Necker e Graslin uma linguagem completamente diferente da que existia até então. Ao invés de discutirem abstratamente sobre ricos e pobres, tratavam de relacionar a situação do trabalhador com a organização econômica, antecipando, assim, algo que seria objeto de preocupação dos socialistas.

¹¹⁹ Ibidem, p. 89/90.

¹²⁰ Segundo o resumo de Durkheim, Graslin justificava tal compreensão do seguinte modo: se uma dada mercadoria é vendida por um valor irrisório, mas é vantajoso para quem produz e para quem compra, então a introdução de uma máquina seria algo pernicioso. Ibidem, p. 90.

No entanto, apesar desta antevisão, estes comunistas ficaram a meio caminho do pensamento socialista. Durkheim afirmava que isto podia ser constatado nas conclusões conservadoras que aqueles pensadores deduziam de suas críticas. Necker e Linguet, por exemplo,

insistem sobre a necessidade de manter por todos os meios possíveis a ordem social atual e se contentam em indicar algumas medidas para torná-la um pouco mais tolerável. Seguramente, um comunismo absolutamente igualitário não os seduz, pois compreendem que é irrealizável. Ora, afastada esta solução, eles não vêem outra que a manutenção do *status quo* com algumas melhorias de detalhe.¹²¹

Assim, se não era feita apologia de um passado longínquo, que nunca existira, como tradicionalmente faziam as correntes comunistas, também não se conseguia romper com o presente, mas reforçá-lo. O devir de uma nova sociabilidade, como defenderiam os socialistas, estava fora de cogitação.

Durkheim concluía esta parte do seu estudo desenvolvendo uma explicação para o fato de que, mesmo apresentando condições, o século XVIII não foi capaz de gerar genuínas doutrinas socialistas no seu interior.

Que condições eram estas e por que elas não permitiram o florescimento de tais doutrinas?

Durkheim apontava como uma das condições a aspiração por uma ordem social mais justa, fato já aludido acima. A outra, o desenvolvimento da idéia de que o Estado era quem garantiria os direitos. A primeira condição gerou como efeito

fazer admitir como evidente que o lugar dos indivíduos no corpo político devia ser exclusivamente determinado pelo seu valor pessoal, por conseguinte fazer rejeitar como injusto as desigualdades estabelecidas pela tradição.¹²²

A segunda teve como consequência

¹²¹ *Ibidem*, p. 90/91.

¹²² *Ibidem*, p. 93.

que as reformas que eram assim julgadas como necessárias foram consideradas como realizáveis, porque o Estado foi concebido como instrumento natural de sua realização.¹²³

Estes dois movimentos ocorreram concomitantemente e solidários entre si, remetendo um ao outro: por um lado, à medida que crescia e ganhava uma importância até então desconhecida, o Estado aparecia como uma instância acima dos interesses particulares “de todas as classes e de todas as procedências”; por outro, à medida que se forjava o valor da universalidade, os indivíduos apareciam como possuidores de direitos e iguais em relação aquele mesmo Estado.

Como se verifica, tais condições eram essencialmente políticas, despidas e independentes, pela ótica de Durkheim, de toda e qualquer dimensão econômica. Esta nem tinha importância nem capacidade para influir na formação do mundo moderno. Quando muito, ela tinha de ser vista como apêndice daquelas.¹²⁴ Ou seja, por esta interpretação, o econômico encontrava-se num plano secundário na dinâmica da vida social.

Assim, na sua análise, Durkheim não concebia uma relação de reciprocidade entre a política e a economia. Se por um lado, os ideais de liberdade e igualdade dos indivíduos e o crescimento e autonomia do Estado foram pré-requisitos para o advento do desenvolvimento econômico. Por outro, o desmoronamento da produção agrário-feudal, o crescimento dos centros urbanos e a expansão do comércio não eram admitidos como fatores que influenciaram nas mudanças dos valores e das instituições políticas. Unilateralmente, priorizava-se um pólo em detrimento doutro.

Apesar de questionável, esta análise era coerente e fundamentava a tese que explicava o aparecimento do genuíno socialismo. Como foi mostrado mais acima, o socialismo deveria ser compreendido, não como uma ciência ou uma sociologia em miniatura, mas como um sintoma das condições econômicas. Ora, de acordo com Durkheim, tais condições inexistiam no século XVIII. No máximo, o que apareceram foram caricaturas ou pré-figurações do que viria ser o socialismo. Este se esboçava, na verdade, a partir de uma causa que era alheia à sua natureza: a política.

¹²³ Ibidem.

¹²⁴ “... Todas as reformas de ordem econômica... no século XVIII apresentaram-se como apêndices de teorias políticas”. Ibidem, p. 94.

Frente a tal interpretação, cabe a pergunta: o que possibilitou o pleno desabrochar da economia e, como consequência, do socialismo? Para Durkheim, a resposta era a Revolução Francesa. Primeiro, porque ela teria sido o evento que, de certa maneira, realizou o ideal de justiça social e consolidou o Estado moderno. Segundo, como corolário, ela eliminou todos os entraves e garantiu um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico. Contudo, à medida que este desenvolvimento ia se realizando, a tão almejada igualdade entre os indivíduos revelava-se fictícia, pelo menos do ponto de vista material. Urgia completá-la. Foi justamente, neste ponto, que o socialismo teria surgido, tendo como principal objetivo preencher aquela lacuna. Dito de outro modo: o socialismo seria um dos rebentos da Revolução.¹²⁵

ii- Sismondi, O Início do Socialismo

A entrada do século XIX trouxe consigo todas as condições que permitiram o aparecimento de genuínas teorias socialistas. Isto porque, de acordo com a perspectiva durkheimiana, as transformações políticas tinham criado uma situação favorável para o pleno desenvolvimento da economia.

Um dos primeiros autores que expressou esta nova realidade foi Sismonde de Sismondi. O conteúdo e o objetivo de sua obra, desenvolvida nas primeiras décadas do século XIX, fizeram com que fosse considerado um pensador socialista. Para Marx e Engels, por exemplo, seu socialismo tinha o mérito de ter analisado “objetivamente as contradições das relações modernas de produção. Pôs a nu as apologias hipócritas dos

¹²⁵ Esta visão de Durkheim pode ser apreendida na seguinte passagem: “Mas a conclusão que se extrai do que precede não é puramente negativa. Se relacionamos um a outro estes dois fatores: o primeiro, que os fatores do socialismo que nós encontramos no século XVIII são também aqueles que determinaram os eventos revolucionários; o segundo, que o socialismo resultou do dia seguinte da revolução. Se os relacionamos, digo, é no direito de crer que o que faltava ao século XVIII para poder dar nascimento a um socialismo propriamente dito era precisamente que a revolução foi enfim e para sempre um fato concluído, mas era necessário, para que estes fatores pudessem produzir suas consequências sociais e socialistas, que eles tivessem produzido previamente suas consequências políticas. Em outros termos: não seriam as transformações políticas da época revolucionária que motivaram na ordem econômica, por extensão, idéias e tendências das quais elas próprias eram resultados? Não seriam as mudanças promovidas na organização social que, uma vez realizadas, reclamaram outras que, em parte, derivam aliás das mesmas causas que as tinham propriamente engendradas? O socialismo, deste duplo ponto de vista, não teria saído diretamente da Revolução? ... Sem dúvida, o socialismo não se encontra por isso justificado. Mas a descendência histórica nos parece incontestável.” Ibidem, p. 95/96. Aqui, é interessante relembrar o que foi dito mais acima: também a IIIª República, com a qual Durkheim se identificava, se arvorou em completar a obra da Revolução Francesa.

economistas.”¹²⁶ Entretanto, este socialismo tinha uma concepção romântica da realidade à medida que buscava “restabelecer os antigos meios de produção e troca, e com eles as antigas relações de propriedade e a antiga sociedade.”¹²⁷ Já Durkheim considerava Sismondi socialista em razão dele ter elaborado uma reflexão que, ao criticar os economistas clássicos, expressava o estado em que se encontrava a economia e propunha seu controle. Como todo socialismo, no entanto, ele não poderia ser considerado uma ciência, mas um sintoma da realidade.¹²⁸

O processo de elaboração da obra de Sismondi revela como ela pode ser considerada um sintoma. Num primeiro momento, ele convergia com a tradição clássica da economia. Como Jean-Baptiste Say, que em 1803, com o livro **Tratado de Economia Política**, introduziu na França as teorias de Adam Smith, Sismondi escreveu, no mesmo ano, **Riqueza Comercial**, que seguia de perto o espírito que havia inspirado **Riqueza das Nações**. Num momento subsequente, a partir de seu conhecimento das condições de vida dos trabalhadores ingleses, dos efeitos da revolução industrial e do desenvolvimento econômico sobre aqueles¹²⁹, ele foi pouco a pouco formulando uma outra concepção sobre a economia. Ao invés de uma reverência ao espetáculo econômico, sua obra passou a expressar um mal-estar gerado nesta dimensão da vida social.

Sismondi, como mostra Durkheim, não desconhecia que o regime econômico moderno havia promovido um desenvolvimento jamais visto. Ao mesmo tempo, não o desaprovava em si. Para ele, o problema se punha em razão da prosperidade aparente não ter representado uma real prosperidade, pois a felicidade do progresso não havia sido extensiva aos operários e aos assalariados em geral. O conjunto destes trabalhadores, face ao processo de concentração do comércio e da indústria, das constantes falências, das novas invenções, etc., mantinha “o espírito num estado de perpétua inquietude”, o que o impedia

¹²⁶ ENGELS, F. e MARX, K. **O Manifesto Comunista**, 2ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978, p. 116.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ “... Se esta teoria [de Sismondi] e as teorias similares não têm senão um valor científico limitado, elas são sintomas importantes. Elas testemunham que, desde esta época, aspira-se mudar a ordem econômica. Pouco importa, aos olhos de um método exato, as razões alegadas ao apoio desta aspiração. Esta é certa e eis o fato que merece ser retido; pois ela não poderia produzir-se se os sofrimentos não tivessem sido realmente sentidos. Menos se considere estas doutrinas como construções científicas, mais se é obrigado admitir que elas têm um fundamento na realidade.” DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, op. cit., p. 107/108.

¹²⁹ Bernard Lacroix e Béatrice Landerer chamam atenção para o fato de que Sismondi, “antes de Engels, ressaltou a miséria das classes laboriosas”. LACROIX, B. e LANDERER, B. *Durkheim, Sismondi et les socialistes de la chaire*, op. cit., p. 183.

de “gozar verdadeiramente de uma fortuna sem estabilidade”.¹³⁰ Não só. O ganho como consumidor, conseqüência do desenvolvimento industrial apontado pelos economistas clássicos, não era extensivo também aquele segmento social, embora ele fosse maioria. Isto porque, em troca do seu trabalho, lhe era conferido unicamente meios de subsistência.

Para Durkheim, a novidade dessa reflexão encontrava-se na contraposição e desmistificação da economia política clássica. Diferente desta, que só identificava a indústria moderna produzindo abundância, Sismondi a apontava como sendo igualmente fonte de miséria. Este aparente paradoxo era explicado a partir de duas proposições centrais. Na primeira, ele defendia que o bem-estar coletivo depende de um equilíbrio exato entre a produção e o consumo; ou seja, nem a produção pode gerar bens para além do necessário, nem o consumo pode estar aquém da produção. Deve haver, assim, uma harmoniosa relação entre estes dois termos. Produzir para além do necessário, por exemplo, faz com que o bem criado seja visto como algo inútil e que, por isso, não seja considerado uma riqueza.¹³¹

Ocorre que, e aqui se encontra a segunda proposição formulada por Sismondi, o regime industrial moderno rompe o equilíbrio entre produção e consumo, não deixando que ele se estabeleça mais de maneira regular. O recorrente é sempre a produção estar para além do consumo.

Os economistas clássicos acreditavam que o contínuo crescimento da produtividade e, conseqüentemente, da abundância, geradas pela indústria moderna, criavam de modo automático um consumo correspondente. A produção poderia multiplicar-se indefinidamente, pois sempre encontraria uma procura que a absorveria. O crescimento da produção seria sempre acompanhado do aumento da fruição. *Par contre*, Sismondi defendia que não se pode imputar às necessidades humanas uma elasticidade que ela não possui. Elas não podem ser concebidas como sempre crescentes e insaciáveis. Chegado a um determinado ponto, há uma saturação e, se o consumidor teve sua renda elevada, a tendência será ele procurar novos bens para consumir. Doutro modo, a continuidade e a

¹³⁰ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 100/101.

¹³¹ Para Sismondi, segundo Durkheim, “... após estes dois fundos [produção e consumo] estarem preenchidos, tudo o que se produz além é inútil e deixa de ter valor”. *Ibidem*, p. 102.

expansão da produção gerarão bens supérfluos, sem qualquer reconhecimento social.¹³² Conseqüentemente, instaura-se uma crise, cuja superação e restabelecimento do equilíbrio entre produção e consumo demandará tempo, sendo precedida de perdas, rearranjos, etc.

Assim, a partir destas duas proposições, Durkheim ressaltava a inovação de Sismondi, pois que ele trazia consigo uma compreensão da economia diversa da dos pensadores clássicos¹³³. Ao contrário destes, o socialista genebrino defendia que o equilíbrio e a harmonia entre produção e consumo não se estabelecia automaticamente. Havia, isto sim, um desequilíbrio crônico.

Qual a origem de tal instabilidade? A explicação de Sismondi, com a qual Durkheim convergia¹³⁴, baseava-se nas dimensões do mercado. Anteriormente, quando este não ultrapassava os muros da cidade, cada produtor sabia quais necessidades deveria satisfazer e, por isso, a quantidade que deveria produzir. Deste modo, havia um freio que limitava a produção. Contudo, na sociedade atual,

não se pode mais verificar exatamente a extensão da demanda em relação a qual é necessário responder. O industrial e o agricultor crêem ter diante de si espaços infinitos e que tendem, por conseguinte, a se expandir. Estas perspectivas sem termos despertam ambições sem limites, e é para satisfazer os apetites assim excitados que se produz mais do que se pode. Aliás, mesmo para estar simplesmente seguro

¹³² “Assim, se faz necessário que todos os produtos excedentes se compensem, se troquem e se elevem numa mesma relação com o consumo correspondente. Eles não se servem mais mutuamente de desaguadouros uns dos outros, a partir do momento em que eles cresceram além de certo ponto. Mas eles tendem, ao contrário, a se repulsar e se rechaçar...”. Ibidem, 103.

¹³³ Ibidem, p. 104. O próprio Sismondi fazia questão de enfatizar a diferença que o separava dos economistas clássicos. Dizia ele: “Entre os novos princípios de economia política que procurei estabelecer nesta obra, há um que chocou mais que outros as opiniões estabelecidas e que, contudo, me pareceu mais importante admitilo que qualquer outro, pois que ele explicou as crises violentas pelas quais a indústria não cessou de passar pelos últimos dez anos [de 1818 a 1827] e o meio de preveni-las. Eu procurei provar que o aumento da produção de todos os objetos de nossas necessidades e de nossos desejos não é um bem senão à medida que ele é seguido de um consumo correspondente; que, ao mesmo tempo, a economia sobre todos os meios de produzir só é uma vantagem social se cada um daqueles que contribuem para a produção continue a retirar desta uma renda igual aquela que retirava antes que esta economia foi introduzida: o que ele não pode fazer senão vendendo mais de seus produtos.

Eu concluí que o aumento da produção, num determinado Estado, poderia ser um bem ou um mal, segundo as circunstâncias, enquanto que todos os outros escritores de economia política o viam como sendo constantemente um bem”. (Grifo nosso). SISMONTI, J-C. L. *Sismonde de. Nouveaux Principes D'économie Politique* (ou *De la richesse dans ses rapports avec la population*), Paris, Calmann-Lévy, 1971, p. 321.

¹³⁴ Como se verá no capítulo seguinte, os argumentos de Sismondi serão seguido de perto por Durkheim, que os utiliza em **Da Divisão do Trabalho Social**.

para guardar as posições adquiridas, se é obrigado freqüentemente fazer esforços para as estender.¹³⁵

Os horizontes diluíram-se de tal modo que o produtor foi perdendo a noção para quem e para aonde destinará sua produção, bem como a origem dos seus eventuais concorrentes. De uma hora para outra, estes últimos podem tomar de assalto sua posição privilegiada. Acossado por tamanha incerteza, “para prevenir a invasão, toma a frente e promove a própria invasão; ataca para não ter que se defender. Aumenta seus produtos para impedir que alguma superprodução possa se tornar ameaçadora”.¹³⁶ Por mais racional que possa parecer esta ação - algo extensivo a todos os produtores -, ela carece de base e precipita a sociedade numa incerteza.

Implícito nesta análise era colocado o problema da relação indivíduo/sociedade. Ela mostrava que, pela dinâmica do mercado e pelas concepções que defendiam os economistas clássicos, os interesses individuais prevaleciam sobre os interesses comuns. Esta prevalência implicava, na visão de Sismondi, não o bem-estar, mas a ruína da sociedade. Isto porque “a produção de riqueza, quando ela é como hoje, sem regra e sem medida, ocasiona a penúria e a miséria no lugar da abundância”.¹³⁷

Contudo, este modo de se organizar da sociedade não produzia mazelas para todos que a compunham. Quer para o bem, quer para o mal, o setor mais afetado era a classe trabalhadora. Esta, para Sismondi, não era beneficiada pelos frutos do progresso industrial. Antes pelo contrário, quanto mais ele avançava, mais distante os trabalhadores ficavam das classes abastadas.¹³⁸ Mas, não só. Também em momentos de crise, eram eles que arcavam com o ônus maior; escassez ou superprodução, indistintamente, colocava-os numa situação adversa.¹³⁹

¹³⁵ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 105.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 106.

¹³⁸ “Assim o progresso da indústria, o progresso da produção comparada com a população, tende a aumentar a desigualdade entre os homens”. SISMOUDI, J-C. L. *Sismonde de. Nouveaux Principes D'économie Politique*, op. cit., p. 106.

¹³⁹ A partir destas condições que estruturavam a vida social, Sismondi tinha a seguinte opinião do crescimento econômico: “Se a nação inteira trabalhasse como o fazem só os operários; se, por conseqüência, ela produzisse dez vezes mais de alimento, de habitação, de roupa que cada um deles não pode consumir, significaria que a parte de cada um seria melhor? Muito pelo contrário. Cada operário teria que se vender como dez e comprar somente como um: cada operário venderia muito mal e se encontraria em pior estado para comprar; e a transformação da nação em uma grande manufatura de operários produtivos, constantemente ocupados, longe de gerar riqueza, causaria uma miséria universal.” *Ibidem*, p. 105.

A crítica de tal situação e a busca de sua solução era o que permitia Durkheim definir Sismondi como socialista. Segundo este, era necessário regras, normas, que superassem os nocivos efeitos da economia desregulada. Para levar a cabo esta tarefa, ele identificava o Estado como instrumento essencial. Uma das tarefas desse, enquanto representante do interesse público, seria sempre conter e subordinar os interesses particulares ao bem geral da sociedade.¹⁴⁰

Havia duas outras tarefas que, bem mais que a anterior, colocavam em rota de colisão o socialista com os economistas clássicos. Na primeira, ele enfatizava a necessidade do poder público formar e distribuir a renda, pois esta é que levaria bem-estar e prosperidade para todas as classes. Na outra, reivindicava uma ação estatal com vistas a atenuar as injustiças sociais do livre mercado e, conseqüentemente, ajudar os mais pobres. Segundo o próprio Sismondi, por exemplo,

a instituição de um dia de repouso por semana, diminuindo os poderes produtivos dos pobres, lhes reservou uma parte nos prazeres que eles criaram para a sociedade... Num mesmo espírito, o legislador pode conceder ainda ao pobre outras garantias contra a concorrência universal.¹⁴¹

Assim, o dogma de que a própria dinâmica do mercado dividia automaticamente a riqueza, de que por si só promovia a justiça social, caía por terra. No seu lugar, colocava-se a concepção que defendia a necessidade de uma agente que, de uma posição exterior, regularia o mercado e promoveria uma repartição eqüitativa da riqueza.

Apesar da origem socialista, estas formulações teóricas exerceram alguma influência sobre Durkheim. Como este procederia nos seus estudos, em Sismondi a economia perdia sua autonomia e sua imperiosidade sobre as demais esferas da realidade. Assim, não bastando a si mesma, a economia deveria ser inserida e pensada dentro de um contexto mais amplo, a sociedade. A partir destas premissas gerais, pode-se ainda constatar

¹⁴⁰ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 106.

¹⁴¹ SISMONDI, J-C. L. *Sismonde de. Nouveaux Principes D'économie Politique*, op. cit., p. 106. Respondendo às críticas que Say lhe havia endereçado, Sismondi diz: "o Senhor Say me reprova... por invocar a intervenção do poder social, pois que, e eu concordo com ele, raramente aquele poder se misturou com a administração da riqueza sem fazer mal; mas, ainda é necessário que ele intervenha para destruir, pelo menos, todo o mal que fez. Ora, o legislador que instituiu a propriedade, que regula a divisão das heranças, que protege os monopólios de mais de um gênero, que resiste à força permitindo o requerimento, não permaneceu neutro. É para modificar isto que criou, que eu reivindico-lhe que ainda aja." *Ibidem*, p. 372.

influências específicas. A defesa que o socialista fazia da regulação da atividade econômica e sua compreensão das necessidades humanas, por exemplo, aparecem e fundamentam certas teses que se encontram em **O Suicídio**.¹⁴² Além disso, eles convergiam na recusa de hipostasiar o progresso; este nem sempre podia ser tomado como fator de bem-estar. O processo de industrialização, no século XIX, era a prova inequívoca desta interpretação.¹⁴³

iii – A Contribuição de Saint-Simon.

Por fim, Durkheim desenvolveu um longo estudo de um autor contemporâneo de Sismondi, no caso Saint-Simon. O lugar de destaque que o sociólogo francês conferiu a este último em seu curso, embora almejasse tratar de outros autores posteriormente, buscava expressar tanto sua importância dentro do pensamento socialista, como sua contribuição para uma compreensão científica da realidade social, em particular do seu aspecto econômico.

Sobre estes dois aspectos não há unanimidade. No seu estudo sobre o socialismo utópico francês, Jacqueline Russ faz duas indagações e dá as seguintes respostas: “Saint-Simon chegou a ser socialista? É pouco provável. Foi ele um inspirador do socialismo? É mais do que provável.”¹⁴⁴ Isto porque, para esta autora, sua doutrina pode ser definida como uma *filosofia do trabalho* e sua preocupação nas últimas obras com os mais pobres é que teria influenciado o movimento socialista. Já para Marx e Engels, Saint-Simon poderia ser considerado um socialista. Contudo, eles o definiam como utópico. Dentre os aspectos que faziam sua doutrina uma utopia, destacava-se sua busca de constituir “uma nova ciência social, novas leis sociais”¹⁴⁵, que criariam as condições para a emancipação do

¹⁴² No capítulo *O suicídio anômico*, de **O Suicídio**, estas duas concepções de Sismondi são facilmente verificáveis.

¹⁴³ Esta compreensão do progresso pode ser verificada no capítulo *Os progressos da divisão do trabalho*, do livro **Da Divisão do Trabalho Social**. Aí, Durkheim desenvolve reflexão oposta a dos economistas, que relacionavam estreitamente a felicidade com o progresso. Todavia, aqui, cabe levar em consideração a observação de Philippe Steiner. Segundo este, como **Da Divisão do Trabalho Social** precede ao curso sobre o socialismo, e como antes de sua elaboração e no interior dela mesma não há nenhuma referência a Sismondi, seria um tanto forçado imputar alguma influência deste sobre aquela obra. STEINER, P. *Durkheim, les économistes et la critique de l'économie politique*, op. cit., p. 138.

¹⁴⁴ RUSS, J. **Pour Connaître Le Socialisme Utopique Français**, Paris, Bordas, 1977, p. 100.

¹⁴⁵ ENGELS, F. e MARX, K. **O Manifesto Comunista**, op. cit., p. 121.

proletariado. Ou seja, por mais paradoxal que possa parecer, a fragilidade da teoria saint-simoniana era identificada na sua pretensão de cientificidade.

Ora, para Durkheim, apesar da diversidade de assuntos que tratava, das várias direções em que apontavam as reflexões, o mérito de Saint-Simon em relação à tradição socialista encontrava-se justamente no fato de fundamentar seus estudos da sociedade européia sobre uma base científica. Assim, a definição desta sociedade como industrial, bem como a compreensão que tinha da importância do fator econômico no interior de tal formação social, resultava de uma sistemática reflexão baseada em métodos que visavam a obtenção de um conhecimento objetivo.¹⁴⁶

Esta forma de proceder de Saint-Simon não era por acaso. Tendo uma apurada noção histórica da época em que vivia, ele compreendeu a importância do conhecimento científico para a nova sociedade. Isto porque, segundo ele, toda e qualquer sociedade fundamenta-se a partir de um sistema de idéias; são estas que dão unidade e possibilitam a sociabilidade.¹⁴⁷ Neste sentido, detectou na religião o princípio que alicerçara a sociedade feudal. Diferentemente, o ideal que passou a estruturar a sociedade industrial foi a ciência. Esta mudou a forma do homem se posicionar frente à natureza, bem como exigia que a própria sociedade assim fosse tratada. Do contrário, perduraria a crise em que estava mergulhada a Europa.¹⁴⁸

Saint-Simon se propôs a assumir esta tarefa. Durkheim mostra que ele partia da constatação de que o conhecimento científico encontrava-se limitado ao estudo dos fenômenos naturais, por isso não conseguia tornar-se hegemônico no campo das idéias. Urgia, assim, completar o sistema das ciências “fundando uma nova ciência, a ciência do homem e da sociedade”.¹⁴⁹ Só assim seria possível superar inteiramente o antigo sistema de

¹⁴⁶ PRADES, José A. *Durkheim*, 3^e édition, Paris, PUF, p. 73.

¹⁴⁷ “Com efeito, a idéia de onde parte Saint-Simon e que domina toda sua doutrina, é que um sistema social não é senão a aplicação de um sistema de idéias.” DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 118.

¹⁴⁸ “Coube a Saint-Simon a honra de ter estabelecido a fórmula [da aplicação da ciência no estudo da sociedade]. Foi a fé que ele tinha na onipotência da ciência que inspirou sua concepção. Partindo da idéia de que a perturbação que atingia as sociedades européias resultava, antes de tudo, do seu estado de desorganização intelectual, entregou-se à tarefa de pôr termo a isso, substituindo o sistema de idéias sobre o qual repousava o antigo regime, e que a Revolução Francesa arruinara definitivamente, por um sistema novo que estivesse em harmonia com a nova ordem das coisas; e ele considerou como evidente que só às ciências, fonte de toda a verdade, poderiam ser pedidos os elementos.” DURKHEIM, E. *La Sociologie en France au XIX^e Siècle* in DURKHEIM, E. *La Science Sociale et L’Action*, op. cit., p. 115. Este texto foi escrito em 1900.

¹⁴⁹ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 124.

idéias, mais especificamente a influência que o pensamento teológico ainda mantinha sobre a vida social.

Este novo ramo do conhecimento, no entanto, não seria erigido do nada. Ele teria como fundamentos os princípios metodológicos que já orientavam as ciências naturais. Segundo Durkheim, Saint-Simon defendia tal procedimento à medida que tinha como premissa que, como todos os outros fenômenos, o homem faz parte da natureza. Portanto,

não há dois mundos dentro do mundo, um que se revela da observação científica e outro que dela escapa. Porém, o universo é uno e, por isso, o mesmo método deve servir para explorar todas suas partes.¹⁵⁰

O método em comum, assim, pressupunha que a ciência da sociedade não divergia das outras ciências quanto à natureza do conhecimento que produzia: como as demais, também ela era positiva. Com isto, seriam eliminados todos os aspectos místicos, especulativos, que turvavam a compreensão do fenômeno social, substituindo-os por um conhecimento objetivo, produto da apreensão racional do objeto estudado.

Apesar deste aspecto que assemelhava as ciências, Durkheim ressalta que Saint-Simon teve clareza da especificidade do objeto da nova ciência, que ele denominou de fisiologia social. Como faria o próprio Durkheim, ele defendeu que o ser social não era “uma simples agregação de indivíduos, uma simples soma, mas uma realidade *sui generis* que tem uma existência distinta e uma natureza que lhe é própria”.¹⁵¹ A sociedade, deste modo, não podia ser confundida ou reduzida ao plano de outros fenômenos. A ciência que a estudaria teria que envidar esforços no sentido de apreender seus fundamentos, seus elementos estruturantes, bem como sua dinâmica.

Todo este esforço intelectual, do ponto de vista de Saint-Simon, resultou numa compreensão da vida social. Antes de Comte, como enfatiza Durkheim, ele pretendeu ter descoberto a principal lei que rege a sociedade: o progresso. Tal lei mostrava, então, que a história do homem não ocorria de forma aleatória, mas dentro de uma determinada lógica

¹⁵⁰ Ibidem, p. 125/126.

¹⁵¹ Ibidem, p. 127.

que não poderia ser cancelada.¹⁵² Assim, ações que não estivessem em conformidade com a mesma seriam arbitrárias e infecundas. Isto não implicava numa atitude passiva do ser humano, onde ele não pudesse intervir na realidade, tirando assim proveito do seu conhecimento. Era justamente o contrário o que aconteceria. A facilitação racional do progresso só seria possível se as condições limitadoras da intervenção fossem conhecidas. O que significava, finalmente, a superação de um processo histórico que sempre tinha ocorrido às cegas.

Esta ampla concepção teórica formulada por Saint-Simon, na opinião de Durkheim, podia ser considerada como o maior acontecimento na história da filosofia do século XIX¹⁵³, pois a partir dele nasceu a filosofia positiva. Esta avaliação se sustentava na convicção de que esta filosofia foi a fonte de onde brotou: a sociologia positiva¹⁵⁴, a renovação da ciência histórica e as diversas formas de socialismo.¹⁵⁵

Segundo Durkheim, esta influência que exerceu nas várias correntes socialistas decorreu do fato da própria análise de Saint-Simon, sobre a sociedade moderna, ter redundado numa visão socialista. Todo o desenvolvimento histórico, analisado a partir de sua teoria, levou-o a mostrar que, na transição da sociedade militar (feudal) para a sociedade industrial, o fator econômico passou a ser vital no cotidiano de cada um.¹⁵⁶ À medida que constatou tal transformação, ele pôs em relevo a necessidade de uma reorganização da sociedade européia.

Durkheim sustenta que esta reflexão de Saint-Simon sobre o sistema industrial foi a que, pela primeira vez, destacou a importância da produção no seio da sociedade moderna, chamando a atenção para sua centralidade na vida das pessoas. Não só. Além de ter revelado a importância da dimensão econômica, sua reflexão mostrou que a indústria

¹⁵² Segundo Durkheim, verifica-se na concepção histórica saint-simoniana que “a lei do progresso nos domina com uma necessidade absoluta. Nós nos subordinamos à ela, nós não a fazemos. Nós somos os instrumentos, não os autores.” Ibidem, p. 128.

¹⁵³ Ibidem, p. 131.

¹⁵⁴ Segundo Durkheim, “uma das grandes novidades que a filosofia positiva trouxe consigo foi a sociologia positiva, a qual, como se diz, representou a integração da ciência social no círculo das ciências naturais.” Ibidem, p. 132.

¹⁵⁵ Ibidem, 219.

¹⁵⁶ Para Saint-Simon, de acordo com Durkheim, “a única ordem de interesses que possa agora ter este papel [de concentrar a atenção dos homens] é aquela dos interesses econômicos.” Ibidem, p. 162.

tornou possível a aplicação prática do conhecimento científico; aliás, fez ver o quanto a ciência havia se convertido em algo fundamental no mundo moderno.¹⁵⁷

Que fatores contribuíram para a ascensão da indústria sobre a vida social? Saint-Simon respondia esta indagação a partir da teoria histórica por ele formulada.

Segundo ele, os primórdios da sociedade industrial remontariam ao século XII. Até este momento, persistiu uma sociedade fundada em dois poderes: o poder temporal, controlado pelo militarismo dos senhores feudais e o poder espiritual, dominado pela religiosidade do clero. Nesta sociedade prevalecia o belicismo, pois, em virtude da sua limitada capacidade produtiva, somente guerras de conquista conseguiam contornar a escassez material; também predominava a religião, que tinha um controle quase absoluto sobre a educação. Estes dois poderes foram abalados em fins do século XI e início do seguinte. Neste momento, as comunas foram conquistando sua independência¹⁵⁸, onde pouco a pouco se constituíram segmentos sociais livres de obrigações para com os antigos senhores; ali, artesãos e comerciantes afirmaram-se como principais classes. Concomitantemente, a partir da invasão árabe, o conhecimento positivo, ou seja, científico, foi ocupando um espaço cada vez maior na vida intelectual.

Assim, ao contrário da visão iluminista, a Idade Média não podia ser vista *per se* como idade das trevas.¹⁵⁹ Nela foram sendo tecidos os fundamentos do mundo moderno. Por um lado, a produção, e por conseqüência o comércio, foi crescendo e tendo cada vez mais influência. Por outro, a introdução gradativa do conhecimento científico na educação comum, o surgimento das academias de sábios, do sistema de impressão, da teoria de Copérnico, etc., foram minando a autoridade teológica. Tais transformações fizeram emergir duas novas forças: a indústria e a ciência. Paulatinamente, tudo foi caindo sob a dependência delas; da atividade militar à atividade política, por exemplo, nada tendia a escapar às suas influências.¹⁶⁰

¹⁵⁷ Ibidem, p. 137.

¹⁵⁸ SAINT-SIMON, C-H. *Textes Choisis*, Paris, Éditions Sociales, 1969, p. 143.

¹⁵⁹ A partir de Saint-Simon, Durkheim afirma: “É por ter desconhecido a importância deste trabalho subterrâneo que se apresenta tão freqüentemente a Idade Média como uma época sombria, onde reinou uma verdadeira noite intelectual e que nada, por conseguinte, a liga ao período das luzes que lhe sucedeu. Na realidade, foi a Idade Média que preparou os tempos modernos.”¹⁵⁹ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 140.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 143/144.

Estas duas forças, no entanto, não se estabeleceram sem oposição. Até o século XVIII tiveram que lutar contra o militarismo feudal e a religiosidade da Igreja. O ponto culminante deste embate, expressando os interesses da indústria e da ciência, foi a Revolução Francesa. Esta, mesmo tendo buscado suprimir os fundamentos do *Ancien Régime*, não foi capaz de estabelecer novas instituições, instrumentos e mecanismos que correspondessem à nova sociedade. Neste sentido, não obstante sua grandiosidade, ela havia sido eminentemente destrutiva. Segundo Durkheim, Saint-Simon imputava esta limitação da ação revolucionária ao fato dela ter sido comandada por literatos e legisladores, que eram muito mais ligados ao passado e nada compreendiam da dinâmica que a indústria impunham à sociabilidade.¹⁶¹

Mesmo com situação tão adversa, Saint-Simon defendia que a tendência era a forma industrial se estender para o conjunto da vida social. O que significava dizer que, para que a sociedade estivesse de acordo consigo mesma, era necessário ela se tornar plenamente industrial. Ele considerava procedente este diagnóstico, segundo Durkheim, à medida que avaliava já serem os interesses econômicos os únicos que moviam os indivíduos. Mas não só. Neste sistema, que ia tomando seus contornos definitivos, parecia que tendencialmente não haveria “mais nada de social senão a atividade econômica”.¹⁶² A própria sociedade industrial, na sua visão, só compreendia aqueles que “participavam ativamente da vida econômica”.¹⁶³

Esta percepção era que o levava a crer que não havia mais espaço para os valores da feudalidade e da teologia. Tais valores correspondiam a uma sociabilidade onde a produção e o conhecimento eram aspectos de segunda ordem. Por seu turno, a sociabilidade industrial pressupunha e exigia novas visões, aspirações e atitudes, pois que se caracterizava essencialmente como “um sistema de funções econômicas, uma vasta associação de produtores”.¹⁶⁴

¹⁶¹ Ibidem, p. 152/153. Esta incapacidade de comando por parte dos industriais perdurou, pelo menos, até o início do século XIX. Ainda em 1823, segundo Saint-Simon, “a classe industrial constituía, no interior da organização social, a última de todas”. SAINT-SIMON, C-H. *Textes Choisis*, op. cit., p. 124. Mais à frente, ele dirigia-se do seguinte modo aos industriais: “nós vos faremos observar... que a produção de um escrito, que proclame os princípios e as opiniões do partido industrial, é para vós o único meio que existe de constituir solidamente um partido político.” Ibidem, p. 132.

¹⁶² DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p.162.

¹⁶³ Ibidem, p. 163.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 168.

Esta compreensão da realidade, onde o econômico ganhava relevo, aparentemente aproximava Saint-Simon dos economistas. Primeiro, em virtude dos economistas também atribuírem ao econômico papel central na vida social. Segundo, por que tanto Saint-Simon como os economistas defendiam que era necessária uma nova configuração social que correspondesse e criasse condições para o pleno desenvolvimento da economia. Contudo, Durkheim mostrou que em nenhuma das duas situações havia esta proximidade.

No que se refere ao primeiro aspecto, Durkheim foi muito preciso na diferenciação de como os economistas e Saint-Simon contextualizam a economia na sociedade. A princípio, ele pondera que, tanto para os primeiros como para o segundo, a vida social é feita com a vida industrial. No entanto, ele ponderava que

ao verem nesta última [a vida industrial] somente a combinação de interesses particulares, os discípulos de Smith e de Say lhe retiram do mesmo modo todo caráter social, se bem que eles chegam a esta estranha consequência que não há nada na sociedade que seja social. Pois eles retiram dela todo o antigo conteúdo - a saber: a paixão da glória nacional, o respeito das crenças comuns, etc. - e colocam no lugar somente coisas e sentimentos de ordem privada.¹⁶⁵

Aqui, de certo modo, Durkheim repete sua crítica mais acima referida. Para ele, era inaceitável a posição dos economistas que compreendiam a sociedade como a justaposição de interesses individuais, retirando dela toda e qualquer organicidade. A atividade econômica era apresentada como uma dimensão absoluta, sem possuir algum conteúdo ou relação com o social. Algo estranho a Saint-Simon, que ia numa direção oposta. Para Durkheim,

mais consequente com seu princípio, Saint-Simon, após ter estabelecido que a única manifestação normal da atividade social é doravante a atividade econômica, conclui que esta é uma coisa social, ou antes que ela é *a coisa social*, pois que não há mais outra possível e que ela tem de ser tratada como tal. É necessário que ela tenha um caráter coletivo, a menos que não haja mais nada que tenha este caráter, isto é, a menos que não haja nada de comum entre os homens.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ Ibidem, p 168/169.

Ou seja, para que se tornasse central na vida das pessoas, a economia tinha que ter uma natureza social, e não particular. Dito de outro modo: as relações econômicas eram tomadas como o espaço onde se realizava o processo de sociabilidade. O que levava Durkheim afirmar que, nesta concepção, encontrava-se um ideal socialista.¹⁶⁷

Apesar desta distância que os separava no primeiro aspecto, no que se referia ao segundo, havia, pelo menos em princípio, uma convergência entre Saint-Simon e os economistas. Estes e ele condenavam as antigas instituições e normas sociais que controlavam e não deixavam a sociedade industrial se desenvolver na sua plenitude. De acordo com Durkheim, diagnóstico com o qual ele concordava, Saint-Simon identificava três grandes problemas que obstaculizavam a indústria: 1) esta tinha sido, até então, colocada sob a dependência de poderes que a ultrapassavam; 2) estes poderes regrediam irremediavelmente e 3) esta situação era doentia e a causa das constantes crises.¹⁶⁸

Dentre os poderes que tolhiam a indústria, destacava-se o Estado. Neste ponto, a convergência era fácil de ser percebida, pois que, os economistas e Saint-Simon, condenavam sua intervenção na sociedade. As duas concepções aventavam que não só era possível, mas desejável, a vida social prescindir de qualquer organização estatal. No pensamento do socialista, segundo o balanço de Durkheim, podia ser verificado sucessivamente,

de início, que o governo propriamente dito devia ser reduzido a um papel subalterno de polícia, depois, que os órgãos reguladores da nova sociedade deviam exercer suas ações segundo um modo totalmente diferente daqueles empregados em todos os tempos pelos governos. Donde resulta que, na sociedade industrial, a ação governamental, se ela não é nula, é reduzida ao mínimo e tendendo a nada.¹⁶⁹

O outro lado, por seu turno, era ainda mais contundente, pois

sabe-se que, com efeito, em todos os tempos, os economistas ortodoxos também professaram que a ordem social era espontânea e que, por consequência, a ação governamental era normalmente inútil. Também eles querem reduzir o governo ao papel de polícia, com a esperança que este mesmo papel tornar-se-á pouco a pouco inútil. E

¹⁶⁷ A partir de Saint-Simon, Durkheim afirmava que a “sociedade só pode se tornar industrial se a indústria se socializa. Eis como o industrialismo conduz logicamente ao socialismo”. *Ibidem*, p. 169.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 228.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 180.

esta coincidência entre os dois sistemas não é o resultado de um acidente fortuito: ela decorre do fato de que um e outro repousam sobre o mesmo princípio, a saber: o industrialismo.¹⁷⁰

De modo cético, Durkheim mostrava que, nas duas perspectivas, a recusa à presença do Estado nascia da crença que a própria indústria geraria seus mecanismos de funcionamento. Nada exterior à sua natureza econômica era admitido. Quando muito, tolerava-se um Estado com funções mínimas, que velasse e fosse guardião da ordem.¹⁷¹

Porém, Durkheim deixava bem claro que, mesmo neste aspecto, havia uma diferença que não podia ser ignorada. Na própria citação anterior, é possível se depreender que a ausência do Estado, para Saint-Simon, seria fruto de um processo, e não algo que ocorreria sem mediação. A imediatidade era uma característica típica dos economistas, para quem a sociedade era desde então “susceptível desta harmonia espontânea, sem que [fosse] necessário assentá-la previamente sobre novas bases.”¹⁷² Já Saint-Simon, segundo o sociólogo francês, compreendia que a supressão de toda ação coerciva devia “resultar necessariamente da transformação completa da ordem social que ele [reivindicava], mas não [podia] vir senão em seguida.”¹⁷³

Em síntese, mesmo sendo filhos da mesma época, da mesma sociedade industrial, havia uma distância que separava Saint-Simon dos economistas e não podia ser superada. Tanto a forma de contextualizar a economia na sociedade como a crítica às instituições que a envolviam, ocorriam por caminhos diversos.

Entretanto, do ponto de vista de Durkheim, havia uma diferença que estava assentada sobre uma questão de princípio e que, de certo modo, orientava as distinções que acabaram de ser mencionadas. Para ele,

a diferença é que Saint-Simon e todos os socialistas concluem que, sendo a matéria única da vida comum, eles [os interesses econômicos] devem ser organizados socialmente, enquanto que os economistas recusam submetê-los a alguma ação coletiva e crêem que eles podem

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 181.

¹⁷¹ Esta visão crítica de Durkheim sobre o Estado mínimo, ao que tudo indica, parece mostrar o quanto ele estava sintonizado nos debates do movimento operário. Na mesma época, com objetivo semelhante, Lassalle formulou a expressão *État-veilleur nuit*. GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, 5ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984, p. 148/149.

¹⁷² DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, op. cit., p.183.

¹⁷³ *Ibidem*.

ser ordenados e harmonizados desde de agora sem outra reorganização prévia.¹⁷⁴

Esta distinção, que Durkheim estabelecia, estava em sintonia com sua crítica – tratada mais acima – à concepção de autonomia que a economia política reivindicava para seu objeto. O que significa dizer que a posição de Durkheim convergia com a visão dos socialistas: a economia, em momento algum, podia ser tomada como uma instância autônoma, bastando-se a si mesma. Como qualquer realidade humana, ela devia estar inserida e subordinada aos costumes, às regras e, conseqüentemente, à dinâmica da vida social.

Durkheim considerava que esta concepção dos socialistas, em particular a de Saint-Simon, encontrava-se num patamar para além da dos economistas. Enquanto estes apresentavam reflexões traspassadas de aporias, os primeiros desenvolviam reflexões teóricas mais pertinentes, das quais prospectavam determinadas configurações futuras da sociedade. Portanto, para ele,

se considerarmos como estabelecida a proposição fundamental sobre a qual repousam estas duas doutrinas, as teses socialistas e saint-simonianas se impõem logicamente. Se os interesses econômicos têm a supremacia que se lhes atribui; se são a eles, por conseqüência, que se reduzem os fins humanos, o único fim que se pode propor à Sociedade é de organizar a indústria de maneira a lhe fazer obter o máximo de rendimento possível e, em seguida, o único meio para os indivíduos ligarem-se a ela é o de repartir os produtos assim obtidos de tal modo que o mundo, de alto a baixo da escala, tenha o suficiente ou, melhor ainda, receba o mais possível.¹⁷⁵

Durkheim mostrava, aqui, que a concepção regulacionista da economia formulada por Saint-Simon, bem como pelos socialistas em geral, trazia consigo uma concepção da vida social. Esta deveria ser pensada não como uma junção caótica e anárquica de indivíduos, mas que tem uma lógica na sua dinâmica de funcionar e, por isso, pode ser planejada. Ao mesmo tempo, apontava soluções para a chamada questão social.

Assim, como se verá neste mesmo capítulo, Saint-Simon antecipava-se aos socialistas de cátedra alemães. Como estes, ele articulava a economia aos vários aspectos da vida social. Dentre eles, destacava-se a moral. Era da relação com esta última, visão

¹⁷⁴ Ibidem, p. 222.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 223.

compartilhada por Durkheim, que podia se originar uma efetiva e eficaz forma de regular a economia. Porém, segundo ele, no final do século XIX, esta vinculação entre economia e moral ainda estava para ser feita!¹⁷⁶

Como Saint-Simon concebia este processo de regulação da economia, fazendo com que a mesma funcionasse a contento e racionalmente, bem como fosse pródiga materialmente com o conjunto da sociedade? Por meio de alguns instrumentos. A organização política, que ele achava em decadência, seria substituída por três câmaras – a de invenção, a de exame e a de execução -, as quais seriam compostas essencialmente de genuínos representantes da sociedade industrial. Empresários e cientistas comporiam esta representação, baseada, não mais na força, mas nas suas respectivas capacidades de agir racionalmente sobre o mundo.¹⁷⁷ Um outro instrumento, que ele propunha, seria a religião. Descartando os tradicionais fundamentos teológicos, a *religião da humanidade* seria erigida a partir do conhecimento científico. Além disto, como nas grandes religiões monoteístas, nela preponderariam os preceitos morais em detrimento da ritualística.¹⁷⁸ Entre estes preceitos, a filantropia desempenharia papel central. Isto porque tal valor, ao mesmo tempo em que aplacaria o egoísmo e os desejos sem limites, possibilitaria uma melhor distribuição das riquezas produzidas, principalmente entre o proletariado.

Em princípio, Durkheim não discordava que a regulação da economia deveria ocorrer via moral. Segundo ele, era fácil compreender que,

numa organização social qualquer, por mais habilmente ordenada que seja, as funções econômicas não podem se desenvolver harmoniosamente e se manter num estado de equilíbrio a não ser se

¹⁷⁶ “Esta [a ciência]... tem muito a aprender deste duplo movimento que exprime dois aspectos diferentes de nosso estado atual, uns tomam as coisas sob um aspecto moral, os outros sob um aspecto econômico... Nossa conclusão, portanto, é que se se quer dar um passo à frente de todas estas teorias práticas, que não avançaram muito desde o começo do século, é necessário sujeitar-se, por método, a ter em conta estas tendências diferentes e procurar uni-las. Foi o que Saint-Simon tentou; é sua empresa que é necessário retomar.” Ibidem, p. 266/267.

¹⁷⁷ “Eles não são chamados a um tal papel porque têm o poder para fazer exercer suas vontades, mas porque sabem mais que outros, e suas funções, por conseguinte, não consistem dizer o que eles querem, mas o que sabem. Eles não ditam ordens, eles declaram somente o que é conforme a natureza das coisas”. Ibidem, p. 178.

¹⁷⁸ “A doutrina da moral será considerada pelos novos cristãos como a mais importante; o culto e o dogma serão considerados por eles como acessórios, tendo por função principal fixar sobre a moral a atenção dos fiéis de todas as classes”. SAINT-SIMON, C-H. *Textes Choisis*, op. cit., p. 179.

elas estão subordinadas às forças morais que as ultrapassem, as contêm e as regulem.¹⁷⁹

Como nas formações sociais precedentes, a industrial não podia também prescindir de elementos morais que forjassem e orientassem a sociabilidade. Ou seja, seriam eles, e somente eles, que podiam exercer uma ascendência e enquadrar as relações sociais – majoritariamente – econômicas; tal como concebido por Saint-Simon.

Esta convergência, no entanto, não impediu que Durkheim formulasse uma crítica num ponto particular da concepção de regulação do socialista, mas não menos essencial. O problema se revelava quando era verificado de onde ele extraía a moral que seria capaz de normatizar a economia. De antemão, esta origem punha em dúvida, não só seu poder de sanção, mas sua própria possibilidade de existência. Durkheim explicava a razão de tamanha impotência do seguinte modo:

o que colocou em xeque o saint-simonismo, foi que Saint-Simon e seus discípulos quiseram tirar o mais do menos, o superior do inferior, a regra moral da matéria econômica. O que é impossível.¹⁸⁰

Por que? Primeiro, porque a proposta de Saint-Simon era, na verdade, uma paradoxal tautologia. Se a moral que deveria regular a economia nascia da própria economia, então a economia regeria a economia, o que era um contra-senso. Na compreensão de Durkheim, a economia só podia ser controlada por regras, normas, etc., fundadas numa moral de natureza diversa. Segundo, porque, no interior da vida social, a moral teria uma extensão muito maior que a economia. Esta seria uma dentre muitas dimensões, as quais, em geral, estão subordinadas àquela; daí a improcedência da derivação levada a efeito por Saint-Simon. Portanto, concluía Durkheim,

o problema deve se colocar assim: procurar por meio da ciência quais são os freios morais que podem regulamentar a vida econômica e, por esta regulamentação, conter o egoísmo e, por consequência, satisfazer as necessidades.¹⁸¹

¹⁷⁹ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 223.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 267.

¹⁸¹ *Ibidem*.

b) Crítica à Teoria de Marx.

Em toda esta discussão anterior, pôde-se apreender meridianamente qual era a compreensão de Durkheim sobre o pensamento econômico dos socialistas, dos primeiros passos aos sistemas mais desenvolvidos. Apesar da atualidade que muitas vezes percebia naqueles autores, particularmente em Sismondi e Saint-Simon, estes se encontravam um tanto quanto distantes dele. Autores socialistas mais próximos ou contemporâneos, vinculados ao movimento operário, quase não são mencionados na sua longa obra. Seguramente, pode-se afirmar que a exceção seja Marx. Mesmo assim, este só é citado pontualmente, comentado a partir de obras de terceiros, nunca objeto de estudo específico.

Malgrado este aspecto, e da dificuldade de saber o que Durkheim leu efetivamente sobre economia, como mais atrás mencionado, é possível asseverar que ele teve contato direto com o pensamento de Marx. Por meio de Mauss, tem-se a informação que ele o leu quando de sua estadia em Leipzig.¹⁸² Em sua própria obra, há indicações de seu conhecimento do **Manifesto** e de algumas coisas d' **O Capital**.

Como rapidamente já se indicou acima, Durkheim era um crítico de Marx. No entanto, sua discordância não decorria do fato de achá-lo comunista. Pelo contrário, como muitos outros, ele o considerava um socialista. De acordo com ele, as diferenças entre Marx e Thomas Morus, por exemplo, não eram de graus ou simples nuances, mas da distância que separava o socialismo do comunismo.¹⁸³

Contudo, como toda teoria socialista, a de Marx também não podia ser tomada como ciência. Isto porque sua teoria não era fundamentada em dados objetivos. Dentre as evidências de tal falta, Durkheim citava como problema o desprezo de suas reflexões pela realidade constituída, ou seja, que não nasciam de um passado concreto, e, em contrapartida, a valorização e aspiração de um futuro incerto. Disto ainda decorria a pretensão de se construir uma teoria geral da sociedade, que, paradoxalmente, servisse para

¹⁸² "Durkheim conhecia bem o socialismo em suas próprias fontes: Saint-Simon, Schaeffle, Karl Marx, cujas obras um amigo finlandês, Neiglick, ensinou-o a estudar durante uma estada em Leipzig". MAUSS, M. *Introduction*, op. cit., p. 29. No que se refere a Marx, em particular, Cuvillier defende a idéia que Durkheim o conheceu muito tardiamente. Segundo ele, isto fica evidente na resenha que Durkheim escreveu do livro de Labriola, **Ensaio Sobre a Concepção Materialista da História**, em 1897. CUVILLIER, A. *Durkheim et Marx*, op. cit., p. 76.

¹⁸³ DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, op. cit., p. 59.

explicar o passado, o presente e o futuro da sociedade. Baseando-se em tais observações era que, para ele, não se devia chamar a teoria de Marx de socialismo científico.¹⁸⁴

Esta falta de cientificidade podia ser verificada na principal obra de Marx, **O Capital**. Todas as teorias aí desenvolvidas, por menores que fossem, careciam de observações, de comparações estatísticas, históricas e etnográficas. Segundo Durkheim,

estes estudos, Marx não só tinha deixado de fazê-los, mas eles estão ainda por serem feitos na sua maior parte. Não é que falte, neste livro, pontos de vista filosóficos muitos sugestivos. Contudo, é necessário não confundir belas e fecundas intuições com leis definidas e metodicamente demonstradas. A obra do cientista não é aquela do filósofo.¹⁸⁵

O Capital, assim, não podia ser considerado uma obra científica, nem seu autor um cientista. Melhor era considerar Marx um filósofo. Nesta condição, ele não produzia um conhecimento positivo, mas especulações de ordem metafísicas. Faltavam-lhe provas que atestassem a validade de suas reflexões teóricas.

Tomando o livro de Gaston Richard como referência, essa debilidade das teorias marxianas, segundo Durkheim, era detectável na *lei da acumulação capitalista*, que estabelecia que havia uma tendência histórica dos capitais se concentrarem cada vez mais nas mãos de poucos. Dois aspectos revelavam sua fragilidade.

Primeiro, tal lei fora obtida por meio da observação de um caso único. A história da acumulação progressiva de capitais formulada por Marx, na verdade, era a história econômica da Inglaterra. Nada mais absurdo, à medida que “não se pode imaginar uma comparação com base mais estreita e, sobretudo, com a extrema generalidade da lei induzida”.¹⁸⁶ Efetivamente, não havia ocorrido comparação alguma, comprometendo assim a produção de um conhecimento positivo. Em seu lugar, preponderara um procedimento dedutivo – especulativo, que arbitrariamente estendeu uma experiência específica para outros países.

¹⁸⁴ DURKHEIM, E. *Socialisme et Science Sociale*, op. cit., p. 242/243. Este texto é uma resenha do livro de Gaston Richard, intitulado **Le Socialisme et Science Sociale**, publicado na *Revue Philosophique*. Nela, principalmente no que se referia às críticas direcionadas a Marx, Durkheim convergia com o autor.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 243.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 239. Durkheim concluía assim: “Não se pode ler o futuro da Europa unicamente no passado da Inglaterra”.

O segundo aspecto que evidenciava a fragilidade da lei marxiana sobre acumulação capitalista era sua imprecisão. Ela mostrava-se contraditória, na interpretação de Durkheim, quando afirmava que o capital tendia a concentrar-se nas mãos de poucos. Conseqüentemente a mais-valia declinaria. Isto porque,

como os trabalhadores não podem reaver todo o produto de seu trabalho, o excedente que lhes escapa não pode ter por consumidores senão os próprios capitalistas. Portanto, os mercados diminuiriam necessariamente se realmente os detentores da fortuna pública se tornassem cada vez menos numerosos.¹⁸⁷

Neste caso, o capitalismo colocaria em xeque sua própria existência. Para Durkheim, nada mais ilógico. Além do que, ao contrário da sua falta de comprovação, a estatística confirmava as induções do desenvolvimento histórico: “o número de proprietários vai sempre crescendo”.¹⁸⁸

Esta falta de cientificidade numa obra do porte d’**O Capital**, como já foi indicado, decorria do fato de Marx, antes de ser cientista, ser considerado por Durkheim um filósofo. Mas, que concepção filosófica era esta que colocara em xeque um esforço teórico de tamanha envergadura? Ao que tudo indica, a origem do problema encontrava-se no *materialismo histórico*.

Esta interpretação pode ser verificada na resenha que ele fez do livro de Antonio Labriola, **Ensaio Sobre a Concepção Materialista da História**. Neste livro, escrito originalmente para a comemoração do cinquentenário do **Manifesto Comunista**, o professor da Universidade de Roma, teve como objetivo combater as usuais interpretações mecanicistas do *Prefácio à Crítica da Economia Política* e o preconceito que havia em relação ao sentido marxista do termo materialista. Foi sobre este último ponto que se voltaram as atenções de Durkheim.

De modo geral, Durkheim estava de acordo com a análise marxiana de que os homens produzem as representações que orientam suas ações, mas não sabem ou não têm consciência de suas determinações sociais. Por conseguinte, ele compartilhava também com

¹⁸⁷ Ibidem, p. 240.

¹⁸⁸ Ibidem.

a concepção de que a história é obra dos homens, mas não é resultado de uma escolha consciente desses. Tal convergência levava-o a afirmar que:

nós avaliamos fecunda esta idéia de que a vida social deve se explicar, não pela concepção que fazem aqueles que nela participam, mas por causas profundas que escapam a consciência: pensamos também que estas causas devem ser procuradas principalmente na maneira como estão agrupados os indivíduos associados.¹⁸⁹

Além de contribuir para a consolidação das ciências sociais, em particular da história e da sociologia, esta concepção fazia com que as representações coletivas ganhassem inteligibilidade à medida que elas não mais se auto-explicavam e pressupunham ter uma causa fora delas. Ele acreditava que, só assim, essas representações deixariam de “flutuar no vazio” e de ser um “absoluto irrepresentável”.

O que permitiu Marx ter chegado a esta compreensão? Aqui, iniciava a divergência de Durkheim. Labriola explicava que fora em virtude da emergência do movimento socialista.

Durkheim, por seu lado, argumentava que chegara também à mesma compreensão sem, no entanto, ter tido qualquer conhecimento de Marx, nem ter sofrido nenhuma influência desse. Assim, o movimento socialista não podia ser identificado como a causa efetiva. Esta era, na realidade, “uma conseqüência lógica de todo movimento histórico e psicológico dos últimos cinquenta anos”.¹⁹⁰ Como Marx, muitos outros se beneficiaram com esta determinada conjuntura social. Quanto ao movimento socialista, ele “pôde utilizar a idéia em seu proveito, mas ele não a produziu e, sobretudo, não lhe deu origem”.¹⁹¹

Porém, a divergência não parava por aí. Ela também se explicitava no fator que era apontado como a causa das representações e dos fenômenos sociais.

Parecia duvidoso identificar o *econômico* como sendo este fator. Durkheim argumentava que esta determinação estabelecida pelo marxismo baseava-se em dados insuficientes, que não tinham comprovação histórica alguma. Noutra direção, ele defendia que

¹⁸⁹ DURKHEIM, E. *La Conception Matérialiste de L' Histoire.*, op. cit., p. 250.

¹⁹⁰ *Ibidem.*

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 251.

sociólogos e historiadores tendem mais e mais a convergirem nesta afirmação comum de que a religião é o mais primitivo de todos os fenômenos sociais. É dela que derivavam, por transformações sucessivas, todas as outras manifestações da atividade coletiva, direito, moral, arte, ciência, formas políticas, etc. No princípio, tudo é religioso. Ora, nós não conhecemos nenhum meio de reduzir a religião à economia, nem nenhuma tentativa para operar realmente tal redução. Ninguém ainda mostrou sob quais influências econômicas o naturismo, originou-se do totemismo, por conseguinte de quais modificações na técnica ele tornou-se, aqui, o monoteísmo abstrato de Javé, lá, o politeísmo greco-romano, e duvidamos que algum dia se consiga uma empreitada parecida. Em geral, é incontestável que, originalmente, o fator econômico é rudimentar, enquanto que a vida religiosa é, ao contrário, luxuriante e conquistadora. Portanto, como ela poderia ser sua resultante e não será, pelo contrário, que a economia dependa da religião mais do que a segunda da primeira?¹⁹²

Historicamente, deste modo, não havia indícios de ser o fato econômico a causa primeira dos demais fenômenos sociais. Ao que tudo indicava, parecia ser ele um elemento secundário e derivado. Ou seja, em vez de determinante, ele se apresentava como um fator determinado por um outro.

Esta crítica a Marx era semelhante àquela dirigida aos economistas clássicos. Tal qual estes, seu pensamento padecia de um determinismo econômico. O que implicava, quisesse ou não, numa visão unilateral da vida social. Em síntese, a partir do *materialismo histórico* seria impossível ascender a um conhecimento científico da sociedade.

1.3. A Contribuição do Socialismo de Cátedra

Porém, se a teoria deste pensador alemão nunca seduziu Durkheim, o mesmo não pode ser dito de um grupo de intelectuais da mesma nacionalidade, que se destacaram a partir de meados da segunda metade do século XIX. Tais intelectuais eram fortemente influenciados pela escola historicista, mais precisamente por sua segunda geração.¹⁹³

¹⁹² Ibidem, p. 253.

¹⁹³ O historicismo alemão surgiu no começo do século XIX, pelas mãos de Savigny, no campo jurídico, e de List, na economia. Nos anos 70 do mesmo século, ele foi retomado Roscher, Hildebrand e Knies. A principal característica do historicismo alemão foi a crítica ao universalismo abstrato do Iluminismo.

Formado por economistas, juristas e moralistas, este grupo desenvolveu trabalhos no intuito de constituir uma *ciência positiva da moral*.¹⁹⁴

Esta influência que Durkheim sofreu dos alemães, não foi algo isolado. Afora o fator específico que determinou sua viagem aquele país, ao longo do século XIX, muitos intelectuais franceses visitaram ou foram alunos em suas universidades.¹⁹⁵ Esta peregrinação, por paradoxal que pareça, recrudescer com a derrota francesa na guerra de 1870-1871. A incógnita que se buscava decifrar era: saber como um país recém construído tornara-se uma potência política, econômica e científica. Em todas estas áreas, a Alemanha havia ou ultrapassado ou igualado-se à Inglaterra e à França. Para o soerguimento desta última, a IIIª República colocou como uma de suas tarefas primordiais o desvendamento de tal enigma; em particular, chamava atenção o modo como o país vizinho tinha enfrentado a questão da educação.¹⁹⁶

Os artigos que havia escrito até 1885, onde a importância do estudo científico da sociedade era associada à formação dos professores secundários, credenciaram Durkheim a ser um dos que levaram a efeito esta tarefa. Louis Liard, então diretor do ensino superior francês, lhe incumbiu da missão “de investigar sobre os métodos e o conteúdo do ensino filosófico e sobre o estado das ciências sociais na Alemanha”.¹⁹⁷ Para realizar esta tarefa, ele mergulhou no mundo acadêmico alemão. Mesmo fazendo ponderações críticas acerca do ecletismo das pesquisas, do excesso de dedicação dos estudantes para a feitura dos exames, da ausência de uma clara distinção entre pesquisa e ensino, isto não o impediu de admirar o espírito que fundamentava e movia a universidade daquele país. Ao contrário da França, ali ela se mostrava uma instituição viva e em sintonia com o projeto nacional. Nesta realidade, segundo pesquisa de Lepenies, Durkheim ficava “esmagado pelo sentimento que

¹⁹⁴ Este desejo é definido pelo próprio Durkheim, em artigo que escreve, em 1887, logo depois de seu retorno da Alemanha, o qual ele intitulou *La science positive de la morale en Allemagne*.

¹⁹⁵ “No século XIX, um francês culto não podia quase escapar à influência da música, da filosofia e da literatura alemãs”. LEPENIES, W. *Les Trois Cultures*, op. cit., p. 70.

¹⁹⁶ “Após as derrotas de 1870-1871, de certa maneira, as reações afetivas dos franceses modificaram-se, mas a Alemanha continuava, se bem que por razões diferentes, a atraí-los. A fim de ver alcançado o ardente desejo de reconquistar a Alsácia-Lorena e voltar a fazer da França a potência de outrora, era recomendado penetrar na escola de seu adversário. Tinha sido o mestre de escola prussiano que vencera em Sedan, e se a França havia perdido a guerra, era, dentre outros fatores, porque a influência alemã ainda não tinha sido bastante forte nos seus estabelecimentos de ensino secundário”. *Ibidem*, p. 70.

¹⁹⁷ FILLOUX, J-C. *Introduction*, op. cit., p. 17. Segundo Paul-Laurent Assoun, outros três intelectuais tiveram incumbência semelhante: Seignobos, Lucien Herr e Camille Jullian. ASSOUN, P-L. *Durkheim et Le Socialisme de La Chaise*, op. cit., p. 962.

movia professores e estudantes para um mesmo fim, mesmo se eles sempre parecessem não ter a perfeita consciência deste objetivo”.¹⁹⁸

Além deste estudo pormenorizado das universidades alemãs, nesta viagem, Durkheim estreitou seus conhecimentos e contatos com Wilhelm Wundt e os socialistas de cátedra, em particular com Albert Schaeffle e Gustav Schmoller. De Wundt, ele conheceu de perto sua psicologia experimental, que assim tendia a ser reconhecida como ciência. Dele também, teve acesso imediato ao seu livro, **A Moral**, onde procurava sistematizar as inúmeras tentativas que existiam, na Alemanha, de estabelecer uma ciência da moral.¹⁹⁹

Quanto ao socialismo de cátedra, Durkheim aprofundou seu contato com uma reflexão econômica inusual, pois que também envidava esforços no sentido de produzir uma ciência da moral. É por isso que o mesmo não pode ser enquadrado simplesmente como uma corrente socialista, similar as anteriormente citadas. Além deste, dois outros motivos não permitem tal enquadramento. Primeiramente, esta corrente de pensamento, como ela mesma foi definida, desenvolveu-se tão única e exclusivamente intramuros universitários. Segundo, por consequência, os autores que formavam esta tendência teórica não tinham nenhuma relação com o movimento operário; antes pelo contrário, alguns estavam estreitamente ligados ao recém-formado Estado alemão.²⁰⁰

A produção teórica destes professores denominados de socialistas impactou Durkheim. Por um lado, eles faziam uma crítica de toda economia política até então produzida, em particular da clássica. Ao mesmo tempo, eles forjavam concepções e reflexões que propunham tratar cientificamente a sociedade, por outro.

A crítica aos economistas clássicos, por parte dos socialistas de cátedra, colocou Durkheim frente à uma maneira completamente nova de abordar o fenômeno econômico. Ela rompia com os cânones a muito estabelecido e que, de alguma maneira, já conferiam status de ciência ao corpo de teorias formulado por Adam Smith e David Ricardo. Com este espírito, Schoenberg, por exemplo, definia o seu objeto do seguinte modo:

¹⁹⁸ LEPENIES, W. *Les Trois Cultures*, op. cit., p. 71.

¹⁹⁹ DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 267. Este texto de Durkheim foi publicado em 1887, enquanto o livro de Wundt foi publicado no ano anterior, em 1886.

²⁰⁰ “As cadeiras de Schmoller e de Wagner, depois de Karl Bücher (1847-1930), em Halle, Estrasburgo ou Berlim, preenchem, no terreno da propaganda, o papel de uma nova forma de socialismo de Estado, que a política bismarkiana parece ilustrar prática e simultaneamente. De fato, o *Verein für Sozialpolitik*, fundado por Schmoller, se quer também rigorosamente científico e radicalmente pragmático. Seu fundador será naturalmente membro do Conselho de Estado da Prússia”. ASSOUN, P-L. *Durkheim et Le Socialisme de La Chaise*, op. cit., p. 964.

a economia social (*die Volkswirtschaft*) não consiste simplesmente numa sociedade de produção. Antes de tudo, o que importa não é saber como se pode produzir o máximo possível, mas como os homens vivem, até que ponto a atividade econômica realiza os fins morais da vida, os postulados de justiça, de humanidade, de moralidade, que se impõem à toda sociedade humana.²⁰¹

Nesta perspectiva, como objeto, a economia ganhava novos contornos. Ela deixava de ser reduzida ao simples aspecto material, ou seja, produtivo. Este era compreendido como algo subsumido a fatores mais amplos, que transcendiam a riqueza em si. Assim, a economia passava a ser tratada a partir das dimensões ética e moral. A priorização destas dimensões fazia com que, conseqüentemente, prevalecessem os interesses dos seres humanos em geral.

Esta nova concepção da economia podia ser vista em todos os representantes do socialismo de cátedra. No seu livro **Política Social e Economia Política (questões fundamentais)**, Schmoller dedicou um capítulo à *justiça na economia*, algo inimaginável nos clássicos. A certa altura, ele afirma:

existe igualmente um grande número de economistas que não querem se ocupar desta questão [da justiça na economia], e isto tanto quanto eles permanecem mais alheios aos estudos filosóficos e mais confinados em questões especiais e que, apesar de certas concessões para com as novas tendências, eles sempre se arrastam na velha rotina da dogmática inglesa e alemã clássica, a qual não conhece outras categorias senão a oferta e a procura.²⁰²

Esta preocupação com a justiça não podia ser vista somente como uma simples tomada de consciência das diferenças sociais. Ela também colocava em xeque categorias chaves que sustentavam o edifício teórico clássico. Pois, um fator exógeno era posto no interior da realidade econômica que, até então, acreditava-se absoluta. Isto permitia, por exemplo, questionar a efetiva capacidade do mercado de, por si só, promover o bem-estar e a

²⁰¹ SCHOENBERG, G. F. *Handbuch der Politischen Oekonomie apud DURKHEIM, E. La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 270.

²⁰² SCHMOLLER, G. *Política Social e Economia Política (questões fundamentais)*, Paris, V. Giard & E. Briere, 1902, p. 242.

felicidade de todos. Abria ainda, por conseguinte, os horizontes para a possibilidade e necessidade de agir sobre o mesmo.²⁰³

A economia, assim, era colocada de ponta-cabeça. Com este novo veio interpretativo, naturalmente, foram reveladas e delineadas outras características do fenômeno econômico, o que fez com que este passasse a ser visto de uma outra maneira.

No entanto, havia uma questão central que atraía a atenção de Durkheim, pois colocava estes pensadores alemães a uma distância abissal dos economistas clássicos. Enquanto estes, como foi mostrado no início do presente capítulo, desenvolviam suas reflexões e teorias sobre a economia tomando como ponto de partida o indivíduo atomizado, egoísta, os primeiros tratavam do mesmo objeto tomando como referência à sociedade. Segundo Wagner:

é do ponto de vista social, “socialista”, e não mais individualista que se estudará doravante a vida econômica, os problemas econômicos. O “socialismo” e o “comunismo” tomam o lugar do “individualismo” e do “liberalismo”. Infelizmente, o socialismo radical, teórica e praticamente, tende a cair no excesso contrário, como freqüentemente se produz na outra visão. Mas, estes exageros não nos autorizam a desconhecer o que há de justo e legítimo no socialismo econômico...²⁰⁴

Dentre outros aspectos, esta mudança de foco revela a proximidade que havia entre os socialistas de cátedra e Durkheim. Como este, eles, além de rechaçarem o radicalismo, também compreendiam o socialismo como um sintoma e que, por isso, tinha sua razão de ser. Para chegarem a este diagnóstico, eles tiveram de deixar de compreender a economia como um fenômeno de ordem privada, que só vinculava os indivíduos a partir de seus interesses particulares e utilitários. A partir de então, era proposto tratá-la como um fenômeno social igual a qualquer outro.

Ora, ao nivelar a economia aos demais aspectos da vida social, aqueles pensadores alemães eram levados a retirá-la do isolamento que até então lhe era imposto. Partia-se assim da premissa de que ela não podia se auto-explicar. Para revelar sua essência, era

²⁰³ É neste sentido que Schumpeter chama a atenção para a seguinte característica deste socialista de cátedra: “notamos que o próprio Schmoller e a maioria de seus discípulos lançaram-se na luta pela reforma social, procurando fazer preponderar os seus julgamentos éticos pessoais com o máximo de rigor”. SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica**, op. cit., p. 78.

²⁰⁴ WAGNER, A. **Les Fondements de L'économie Politique**, Paris, V. Giard & E. Briere, 1904, p. 7/8.

necessário relacioná-la com a política, a cultura, a moral, etc. Ou seja, esta forma de compreender a economia passou a pressupor um conhecimento totalizante. Isto explica porque Schumpeter, em sua **História da Análise Econômica**, define os membros desta corrente de pensamento, não como economistas, mas como “sociologistas (*sic*) historicamente orientados, no sentido mais amplo do termo sociológico”.²⁰⁵

Tal avaliação não é totalmente descabida. O próprio Durkheim, nos seus primeiros passos para consolidar a sociologia como ciência, se amparou muito mais nos socialistas de cátedra do que em Comte, apesar de muito dever a este. O motivo para preterir-lo decorria do fato de que, principalmente em razão da última parte de sua obra e pela vulgarização de seu conjunto por seus epígonos, ele não era aceito no mundo acadêmico francês.²⁰⁶ Sua utilização poria em perigo a credibilidade de seu projeto. Diversamente, na hipótese de Philippe Steiner, os alemães davam a Durkheim uma efetiva “possibilidade de tomada de posição no campo da ciência social que não [podia] lhe oferecer Comte”.²⁰⁷

A exeqüibilidade desta tomada de posição, no entanto, não derivava somente do aspecto ainda imaculado dos trabalhos dos socialistas de cátedra. Até porque, à época, eles eram quase desconhecidos em solo francês, o que não permitia formar juízo algum deles. Ela era possível, principalmente, em virtude daqueles trabalhos criarem as bases para um estudo científico da sociedade.

Ao que parece, o livro de Albert Schaeffle, **Organização e Vida do Corpo Social**, estava imbuído deste propósito. É o que se pode inferir da zelosa apresentação que Durkheim fez dele, em seu *Curso de Ciências Sociais*, proferido em Bordeaux, em 1888. Inicialmente, ele destacava a concepção orgânica que Schaeffler havia elaborado da vida social, contrapondo-a a visão de que ela era composta de uma simples coleção de indivíduos. Em seguida, ressaltava seu pormenorizado estudo de cada parte que compõe a sociedade. O que lhe possibilitou: distinguir e classificar a multiplicidade de relações que nos liga uns aos outros; mostrar de que maneira as unidades sociais se coordenam entre si e formam os grupos mais complexos; por fim, como as ações e reações entre estes grupos geram as idéias que dão a unidade da sociedade. As únicas ressalvas referiam-se à crença desmedida do autor no poder da inteligência na evolução da humanidade e ao ecletismo de

²⁰⁵ SCHUMPETER, Joseph A., op. cit., p. 79.

²⁰⁶ LEPENIES, W. op. cit., p. 39.

²⁰⁷ STEINER, P. *Durkheim, les économistes et la critique de l'économie politique*, op. cit., p. 142.

sua doutrina. Estes deslizes, no entanto, não impediram Durkheim chegar a seguinte conclusão: “todo seu livro é inteiramente orientado por um método propriamente científico e constitui um verdadeiro tratado de sociologia positiva”.²⁰⁸

O que permite afirmar que, do ponto de vista durkheimiano, o socialismo de cátedra teceu os fundamentos para uma compreensão científica da sociedade. Ou seja, sua produção teórica não pode ser definida como econômica *stricto sensu*. No máximo, ela seria uma teoria social da economia.

Isto explica porque estes fundamentos não eram somente reconhecidos por Durkheim. Ele incorporou também procedimentos, idéias e conceitos presentes naquela corrente de pensamento. O método indutivo, tão fortemente defendido n’**As Regras do Método Sociológico** como condição *sine que non* para a cientificidade de qualquer estudo, por exemplo, já se encontrava nos trabalhos dos alemães. Indistintamente, eles o aplicavam tanto na realidade material propriamente dita, como no estudo da moral.²⁰⁹ Outro exemplo que pode ser citado, a partir de Schmoller, decorre da redefinição que ele estabeleceu do conceito clássico de divisão do trabalho. Isto lhe permitiu formular uma concepção ética-social do trabalho e, como consequência, determinar uma estreita relação entre divisão do trabalho e solidariedade.²¹⁰ Como bem se sabe, esta relação foi transformada em tese central **Da Divisão do Trabalho Social**.

Enfim, pode-se seguramente afirmar que a dívida de Durkheim para com os socialistas de cátedra não é nada desprezível.

- A Economia Como Função Social

Oposto do que foi visto mais acima, o referencial dos socialistas de cátedra nunca foi o individualismo, o interesse privado, como defendiam os economistas clássicos. Como se antecipou, o foco de seus interesses sempre se estabeleceu sobre a vida coletiva. A

²⁰⁸ DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale. Leçon D’Ouverture*, op. cit., p. 98.

²⁰⁹ Segundo Durkheim, “com efeito, a escola alemã é um protesto contra o emprego da dedução nas ciências morais e um esforço para criar para elas um método verdadeiramente indutivo”. DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 335.

²¹⁰ SCHMOLLER, G. op. cit., p. 48/49/50. É fato, que Comte relacionou, no Curso de Filosofia Positiva, divisão de trabalho e solidariedade. Contudo, ele não desenvolveu e aprofundou o tema como Schmoller.

centralização de seus estudos neste ponto, de certa maneira, os levou gradativamente a relacionar o fenômeno econômico com a moral. Este procedimento, segundo Durkheim, explicava porque principiou com eles, e não com os moralistas, a construção de uma ciência da moral.²¹¹

Para chegarem a este ponto, eles desenvolveram toda uma sistemática, onde se destacam aspectos com os quais Durkheim mais convergiu do que divergiu.

Antes de tudo, os socialistas de cátedra chamavam a atenção pela arraigada convicção que tinham da necessidade de produzir um conhecimento positivo das condições em que as pessoas viviam. Ao mesmo tempo, conseqüentemente, eles nutriam um certo desprezo pelas concepções abstratas, especulativas, etc. Isto era claro, segundo Durkheim, à medida que “em lugar de partir da natureza do homem para deduzir a ciência, como o faziam os economistas ortodoxos, a escola alemã [esforçou-se] na observação dos fatos econômicos tal como se apresentam na realidade”.²¹² Com isso, eliminavam-se as recorrentes e nebulosas situações míticas ou hipotéticas, referenciais até então utilizados nos estudos econômicos.

Entretanto, este modo de proceder não era dirigido exclusivamente para o pensamento econômico hegemônico. O pensamento socialista também apresentava problemas semelhantes, que necessitavam ser superados.

Esta percepção era possível, na opinião de Durkheim, porque um pensador como Schaeffle tinha “um forte sentimento da realidade e da complexidade das coisas para atribuir mais do que um valor lógico a uma simples construção do espírito”.²¹³ A teoria do valor trabalho formulada por Marx, por exemplo, podia ser apontada como uma construção desta natureza. Nela, só era levada em consideração a quantidade do trabalho socialmente necessário na produção da mercadoria, deixando-se de lado sua utilidade, aspecto fundamental no dia a dia das pessoas. Este procedimento arbitrário, que desdenhava da realidade, criava uma teoria destituída de validade. Gerava também, segundo Schaeffle, as

²¹¹ “... Não foi dos moralistas propriamente ditos que nasceram estas idéias novas, mas dos juristas e, sobretudo, dos economistas. Foi da economia política que partiu todo o movimento”. DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 268.

²¹² DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale. Leçon D'Ouverture*, op. cit., p. 98.

²¹³ DURKHEIM, E. *Les Études de Science Sociale*, op. cit., p. 209/210.

principais contradições do socialismo. O futuro deste, sua realização, dependia da eliminação desta teoria; do contrário, ele nunca passaria de uma utopia.²¹⁴

Foi fundado neste sentimento da realidade que aqueles socialistas desenvolveram uma reflexão sobre a relação entre indivíduo e sociedade, a qual divergia diametralmente das concepções dos economistas clássicos.

Um aspecto que Durkheim destacava, neste sentido, era o modo como eles desmistificavam o dogma do individualismo ferrenhamente defendido pelos economistas. Para estes, o interesse particular era o único móbil das ações dos indivíduos; o egoísmo um sentimento supremo. Donde concluírem que a disputa encarniçada entre cada um fundava a dinâmica da sociedade. De modo diverso, os socialistas de cátedra mostravam que outros valores existiam e que, como ultrapassavam as vontades particulares, garantiam a própria sociabilidade humana. Era o caso de um sentimento como a solidariedade, capaz de revelar que a vida coletiva não decorria de uma combinação artificial e momentânea de interesses individuais. Estes, na verdade, só podiam nascer e subsistir em sua plenitude no interior da vida social.²¹⁵

Assim, esta perspectiva recusava colocar os indivíduos fora da sociedade, pois ela, mesmo sendo composta por eles, lhes garantia a unidade. Porém, ela não podia ser confundida com outra dimensão, ela era *sui generis*. Por conseguinte, ela devia ser tomada como um ser verdadeiro, que tem sua natureza e uma personalidade própria.²¹⁶

Tal visão tinha como alvo desqualificar a compreensão dos economistas, que acreditavam que o interesse coletivo nada mais era do que o interesse pessoal do indivíduo; o altruísmo senão um egoísmo disfarçado. Segundo Durkheim, noutra direção, os socialistas de cátedra defendiam que os interesses dos indivíduos e aqueles da sociedade

²¹⁴ “Como nós já dissemos, é indispensável que o socialismo saiba e possa modificar completamente sua tese fundamental do valor dos bens, deduzida da soma do trabalho socialmente necessário à produção. Nós pensamos que isto não é impossível, e não pararemos mais de defender. Mas, tal como ela foi formulada até aqui, **esta teoria faz do socialismo uma utopia**”. (Grifo nosso). SCHAEFFLE, A. E. **La Quintessence du Socialisme**, Paris, Édouard Cornély & C^{ie} Éditeurs, s/d, p. 76.

²¹⁵ Segundo Durkheim, Schaeffle enfatizava, por exemplo, que o “individualismo selvagem não está na natureza. O homem real, o homem verdadeiramente homem, é parte integrante de uma sociedade que ele quer como se quer a si mesmo, porque ele não pode retirar-se dela sem decadência”. DURKHEIM, E. *Organisation et Vie du Corps Social Selon Schaeffle* in **Textes I**, op. cit., p. 370. Este artigo foi escrito em 1885.

²¹⁶ Durkheim ressaltava que, distinguindo-se dos economistas clássicos, Wagner e Schmoller defendiam que expressões da língua corrente, como “a consciência social, o espírito coletivo, o corpo da nação, não têm um simples valor verbal, mas exprimem fatos eminentemente concretos”. DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 272.

estavam longe de sempre coincidirem. Como eles não consideravam a sociedade como uma simples soma aritmética dos cidadãos, defendiam que ela possuía “em cada ordem de funções, seus próprios fins, que ultrapassavam infinitamente aqueles dos indivíduos e não eram da mesma espécie.”²¹⁷

Contudo, esta concepção não pressupunha uma relação unilateral entre a sociedade e os indivíduos; como se estes últimos não participassem da construção daquela. Antes pelo contrário. Durkheim mostra que, para Schaeffle,

o espírito coletivo não é senão um composto, no qual os espíritos individuais são os elementos. Porém, estes não são justapostos mecanicamente e fechados uns em relação aos outros. Perpetuamente em relação para troca de símbolos, eles se penetram mutuamente; eles se agrupam segundo suas afinidades naturais, se coordenam e se sistematizam. Assim se forma um ser psicológico absolutamente novo e sem igual no mundo. A consciência da qual ele é dotado é infinitamente mais intensa e mais vasta que todas aquelas que vibram nele. Pois ela é ‘uma consciência das consciências’.²¹⁸

Ou seja, para esta concepção teórica, apesar de nem sempre os interesses da sociedade coincidirem com os dos indivíduos, mesmo assim, isto ocorria devido ao intercâmbio entre ambos. A sociedade, deste modo, apesar de sua dimensão *sui generis*, da sua existência objetiva, não era tomada como independente das ações dos indivíduos.

A formulação deste modo de compreender a relação entre indivíduos e sociedade se fez em sintonia com os estudos que os socialistas de cátedra elaboraram sobre a economia. Inovadores na avaliação de Durkheim²¹⁹, estes estudos partiam e priorizavam o ponto de vista social.

Tomando esta premissa como referencial, eles tratavam a economia como uma função do ser social. Era este que, tendo necessidades próprias, dentre elas as materiais, instituiu e organizava, para satisfazê-lo, a atividade econômica. Esta, assim, não pertencia nem a um indivíduo, nem à maioria dos cidadãos, mas à nação no seu conjunto. Tal

²¹⁷ Ibidem, p. 274.

²¹⁸ DURKHEIM, E. *Organisation et Vie du Corps Social Selon Schaeffle*, op. cit., p. 370. É interessante notar o quanto o conceito durkheimiano de *consciência coletiva* se aproximava desta visão de Schaeffle.

²¹⁹ Durkheim defendia o seguinte: “se queremos ver o que se tornaram as questões econômicas quando examinadas do ponto de vista da sociedade, antes que do ponto de vista do indivíduo, não temos que senão ler a brochura de Schaeffle sobre **A Quintessência do Socialismo**”. DURKHEIM, E. *Les Études de Science Sociale*, op. cit., p. 208.

concepção, segundo Durkheim, podia ser definida pela palavra *Volkswirtschaft*, a qual os “economistas nunca perceberam o sentido e que, contudo, [resumia e caracterizava] esta filosofia econômica”.²²⁰

Mas isto só foi possível, antes de tudo, à medida que a economia passou a ser relacionada com outros fatores e dimensões sociais. O que permitia verificar, não só seu poder de influência, mas também as determinações que ela sofria.

Para Durkheim, o grande mérito dos socialistas de cátedra foi justamente terem tido a capacidade de vincular a economia com a moral. Apesar de não perderem de vista as suas distinções, eles tiveram clareza de que as duas mantinham entre si um comércio contínuo, sem solução de continuidade. Algo inviável nos economistas ortodoxos. Aliás, na opinião do sociólogo, todas as vezes que estes economistas relacionaram economia e moral, eles, ou falharam, ou estabeleceram ligações unilaterais ou fictícias entre elas.²²¹

Portanto, diferente do que até então preponderara no pensamento econômico, a economia política passou a ser compreendida como incapaz de produzir naturalmente suas conseqüências morais, sem que não fosse necessária a ação de um fator externo. Ou seja, não mais era convincente a idéia dela bastar-se a si mesma, como que trazendo consigo todos os elementos indispensáveis à sociedade. Na realidade, de acordo com a reflexão dos socialistas de cátedra, a economia nem sempre está em sintonia ou harmonia com a moral, muito pelo contrário. A Revolução Industrial era a prova inequívoca disso: o progresso do processo produtivo - com a conseqüente elevação da produtividade - não havia coincidido com aquele do plano da moral. Daí porque, conforme Durkheim, eles avaliarem que, como a moral era o que havia de melhor no mundo, ela deveria “exercer sobre a economia política uma influência reguladora”.²²² Só assim seria possível superar o estado de caos em que se encontrava a economia.

²²⁰ DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 272/273.

²²¹ Sem declinar os nomes dos economistas, Durkheim os dividiu nas seguintes vertentes: “os economistas ortodoxos entenderam de três maneiras as relações entre a moral e a economia política. Para uns, o conceito de moral limita-se àquele de útil, as duas ciências não são distintas, mas a segunda absorve a primeira. Para outros, elas são independentes, mas paralelas. Elas se desenvolvem lado a lado e emprestam um apoio mútuo. E a teoria dos felizes otimistas, que só percebem em todo mundo social concordância perfeita e harmonia providencial. Toda grande verdade moral corresponderia a uma verdade econômica e é tudo ou mais se, logicamente, em questão de detalhe, admite-se como uma ação à distância das primeiras sobre as segundas”. *Ibidem*, p. 268/269.

²²² *Ibidem*, p. 270. Durkheim conclui assim: “o problema da economia política é ético por natureza; o fim que ela realiza é moral”.

Economia e moral, a partir de então, deveriam ser não só vinculadas, mas também vistas nas suas várias relações e interpenetrações. O que tornava questionável tratá-las à parte e independente uma da outra. A inteligibilidade de tal abordagem, no entanto, os socialistas de cátedra não a encontravam em simples exemplos do cotidiano; algo fácil de ser encontrado. Eles a provavam mostrando que estas duas ordens de fatos, ainda que distintas, eram da mesma natureza.²²³ Só assim, e somente assim, era possível conceber como plausível uma ação coativa da moral sobre a economia.

Durkheim avaliava como um avanço e estava de acordo que era necessário vincular economia e moral. Dentre os aspectos que imputava serem os mais positivos, ele destacava o seu desdobramento prático na sociedade. Pois, segundo ele, como demonstraram que o fim da economia política era análogo ao da moral, a partir daqueles teóricos alemães,

uma não é mais encerrada na esfera sempre estreita dos interesses individuais, enquanto a outra tem aberta diante dela as perspectivas quase indefinidas do ideal impessoal. Mas todas duas procuram igualmente saber, ainda que por pontos de vistas diferentes, como as sociedades podem viver e se desenvolver.²²⁴

Ora, esta visão abria novos horizontes para vida social. Por um lado, punha por terra o dogma da mão invisível, de que a economia caminhava às cegas. Por outro, de modo efetivo, permitia vislumbrar a possibilidade de intervir e direcionar o desenvolvimento econômico em prol da sociedade.

Neste ponto, era onde nascia a concepção socialista dos professores alemães.

Segundo Durkheim, eles se inclinavam nessa direção em razão de seus estudos lhes terem indicado que, em todas as sociedades conhecidas, os fenômenos econômicos ultrapassavam a esfera de ação do indivíduo; que eles constituíam uma função, não doméstica, mas social. Isto implicava, por conseguinte, que a sociedade não podia se “desinteressar e abandonar por inteiro aquela função, sem reserva e sem controle, à livre

²²³ Durkheim enfatizava que “esta demonstração foi empreendida pelos senhores Wagner e Schmoller: o primeiro, no seu manual de economia política e o segundo, na brochura que tem por título **Sobre Algumas Questões Fundamentais do Direito e da Economia Social**”. Ibidem, p. 271.

²²⁴ Ibidem, p. 273.

iniciativa de particulares”.²²⁵ A economia devia, assim, ser subordinada e regulada pela sociedade. Noutras palavras: era necessário fazer coincidir o objetivo da economia com sua função. Eis em que consistia o socialismo daquela corrente de pensamento.

Esta concepção de socialismo era difusa por toda extensão do movimento intelectual dos alemães, não havendo assim nenhum programa que a sistematizasse.

Contudo, em 1888, numa concisa carta que endereçou a Durkheim, onde respondia às críticas que recebera dos economistas liberais parisienses ao seu livro **A Quintessência do Socialismo**, Schaeffle buscou esclarecer o público francês suas concepções sobre o socialismo. Desenvolvida na forma de onze tópicos, a referida missiva foi intitulada *O Programa Econômico do Senhor Schaeffle*. Dentre as teses que aí defendeu, pode-se resumidamente destacar as seguintes idéias chave: primeiro, o autor enfatizava que seu breve estudo se contrapunha, antes de tudo, à teoria do valor, presente tanto em Marx, como em Rodbertus^{*}; segundo, não visando exclusivamente o interesse particular do trabalhador, reivindicava a união, legalmente obrigatória, de todos os ramos industriais na forma de corporações; terceiro, como consequência do ponto anterior, defendia a substituição da idéia de revolução pela de evolução, como forma de chegar ao socialismo; quarta, defendia uma economia social positiva, onde o Estado exerceria uma influência, mas sem centralizá-la e quinta, recusava a idéia de coletivismo anárquico, pois o considerava de um individualismo feroz.²²⁶

Há um aspecto que, no entanto, não pode ser deixado de mencionar, pois fundamentava toda esta concepção socialista de Schaeffle. Segundo este, seu socialismo era essencialmente autoritário. Com anuência, Durkheim explicou a razão desta definição aparentemente estranha. Um dos motivos era porque as forças industriais teriam que ser agrupadas em tornos de centros de ação, os quais regulariam a competição. Cada um destes

²²⁵ DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale. Leçon D'Ouverture*, op. cit., p. 98/99. Neste curso, esta concepção de socialismo Durkheim a retirava dos estudos de Wagner e Schmoller. Contudo, ela também aparecia em Schaeffle. Nas palavras de Durkheim, em seu livro **Organização e Vida do Corpo Social**, ele defendia que era necessário “entregar à nação os instrumentos de trabalho, fazer da vida econômica uma função social e submetê-la à uma direção coletiva consciente”. DURKHEIM, E. *Organisation et Vie du Corps Social Selon Schaeffle*, op. cit., p. 361.

^{*} Johann Karl Rodbertus (1805 – 1875), foi economista e político alemão, defensor do “socialismo de Estado” prussiano.

²²⁶ SCHAEFFLE, A. *Lettre apud DURKHEIM, E. Le Programme Économique de M. Schaeffle in Textes I*, op. cit., p. 380-383. A apresentação e a referida carta foram publicadas, em 1888, na **Revue D'Économie Politique**.

centros, que estabeleceriam coordenações e subordinações entre si, constituía o que Schaeffle chamava de autoridade. A segunda razão era porque, com aquela denominação, ele se diferenciava do socialismo marxista. Neste, além de ser baseado na democracia igualitária, não se admitia a existência daqueles centros, que desempenhariam na sociedade o papel dos centros nervosos no organismo. Para Durkheim, portanto, havia “um abismo entre estas duas concepções econômicas”.²²⁷

A partir desta sinótica apresentação, pode-se perceber a proximidade de Durkheim em relação ao socialismo de cátedra. A crítica aos economistas clássicos e a compreensão do fenômeno econômico eram muito semelhantes dos dois lados. Não só. Havia uma profunda similitude nas suas concepções sobre o socialismo.

- Os Limites do Socialismo de Cátedra

Esta convergência não era absoluta, havia pontos que distanciavam Durkheim dos socialistas de cátedra. Como já foi mencionado acima, havia divergências no âmbito metodológico. Mas, não só. Em conseqüências daquelas discordâncias, o sociólogo questionava, principalmente, os meios concebidos pelos alemães para que se pudesse alcançar o socialismo.

Uma crítica que ele dirigia aos socialistas de cátedra, em particular a Wagner e Schmoller, era a crença de ambos na capacidade dos legisladores de levarem a efeito as transformações que a sociedade exigia; principalmente, as que conduziriam ao socialismo.

Na avaliação de Durkheim, este problema revelava-se nas preocupações práticas daqueles socialistas, levando-os a tirar conseqüências nada científicas das reflexões que haviam feito da economia e da sociedade. Isto porque, por considerarem os fenômenos morais mais móveis que outros, já que sempre mudaram ao longo da história, eles achavam que os mesmos poderiam “ser transformados à vontade pelo legislador”. Tal crença nascia do fato de que, como os fenômenos morais não têm sua origem “na natureza das coisas

²²⁷ DURKHEIM, E. *Le Programme Économique de M. Schaeffle*, op. cit., p. 379.

materiais, mas na consciência do homem, os socialistas de cátedra os viram como combinações artificiais, que a vontade humana pode desfazer ou refazer, já que as fez”.²²⁸

Nada mais era ilusório e arbitrário que esta visão, segundo Durkheim. Este enfatizava, em contrapartida, que os fenômenos morais são tão naturais como os demais; ou seja, elas apresentam também uma natureza objetiva. Sua maior mobilidade não decorria da vontade ou do querer de ninguém, muito menos dos legisladores. Na verdade, ela nasce da dinâmica e das relações da vida coletiva. Noutras palavras: as regras morais que organizam e regulam a vida social, se nem sempre estão em sintonia com essa, são produto dela.

Ao esquecerem estes aspectos, que de algum modo já haviam alcançado, os socialistas de cátedra acabaram paradoxalmente retomando uma visão de Rousseau que tanto combatiam: de que as funções superiores da sociedade não são nada mais “que arranjos artificiais, sem relação com a natureza das coisas”. Donde, na opinião de Durkheim, a confiança exagerada que nutriam pela ação legislativa, a qual revelava o caráter autoritário de parte daquela corrente de pensamento, algo que acabava por desacreditar suas doutrinas.²²⁹

Todavia, esta não era uma visão unânime entre aqueles alemães. Apesar de concordar que a moral organizava e regulava a sociedade, Schaeffle não aceitava a “plasticidade excessiva” que era atribuída a ela por aqueles socialistas. Para ele, as leis dos fenômenos morais seriam tão objetivas quanto às dos fenômenos naturais. Esta diferença, Durkheim a precisou nas seguintes palavras: “para Wagner e Schmoller, a sociedade permanecia, pelo menos em parte, uma máquina que se move de fora”. Neste caso, as formas e regras de funcionamento da vida social eram pensadas nascendo de um impulso exterior, e não de sua própria dinâmica interna. O que tornava possível admitir que as mudanças ocorreriam do mesmo modo. Já em Schaeffle, a sociedade

torna-se verdadeiramente um ser vivo, que se move de dentro. O legislador não inventa as leis, ele não pode senão constatá-las e formulá-las com clareza. Elas se fazem dia-a-dia nas relações cotidianas à medida que nós sentimos a necessidade, elas exprimem as condições de nossa adaptação mútua.²³⁰

²²⁸ DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 281.

²²⁹ *Ibidem*, p. 281/282.

²³⁰ *Ibidem*, p. 283/284.

Aqui, havia uma completa inversão com a qual Durkheim estava de acordo. As leis, as ações dos legisladores, etc., eram compreendidas como decorrentes e não como causas da vida social. Dito de outro modo: defendia-se que não era a sociedade que se moldava às leis, mas estas que deveriam seguir e expressar o modo de ser daquela. Do contrário, a sociedade seria um ser artificial e, por conseguinte, inviável de existir.

Esta posição de Schaeffle não impediu que ele também fosse alvo de críticas por parte de Durkheim, como bem já foram mencionadas acima. Uma das críticas dirigiu-se ao seu ecletismo, que resultava de sua tentativa de conciliar teorias sociológicas antípodas: a que subordinava a sociedade ao indivíduo com a que submetia o indivíduo à sociedade.²³¹ A outra crítica era voltada contra a sua exacerbada valorização do poder da inteligência e da razão. Desta debilidade nasceu o questionamento de Durkheim sobre a sua concepção de chegada ao socialismo.

Para Schaeffle, como visto logo acima, a sociedade era um organismo vivo, que se movia a partir de dentro. O problema era o que ele achava que impulsionava esta vitalidade interna. A resposta se encontrava na capacidade de reflexão de cada indivíduo. Para ele, de acordo com a crítica de Durkheim, “o que suscitou todas as grandes instituições da moral foi... a consciência [reflexiva dos indivíduos] dos fins aos quais elas devem servir”.²³² A organização social que daí se originava, conseqüentemente, nada mais era do que a representação consciente dos fins elaborada pelos indivíduos.

Para Durkheim, esta concepção da vida social apresentava dois senões. Por um lado, ela não percebia que a reflexão - junção da razão e inteligência - podia produzir máquinas artificiais, não organismos vivos, como no caso da sociedade. Por outro, paradoxalmente, semelhante às concepções de Wagner e Schmoller, mas por outra via, ela acabava também atribuindo às instituições sociais uma maleabilidade sem-par. É por isso que Schaeffle, concluía o sociólogo, só reconhecia “como verdadeiramente natural um único grupo social, a família, porque ela [devia] sua origem a um fato fisiológico”.²³³ Logo, todas os outros grupos eram destituídos de uma existência objetiva.

Ora, se os grupos sociais nasciam das reflexões dos indivíduos, então, estas mesmas reflexões poderiam aperfeiçoá-los, substituí-los e transformá-los. Elas também, como corolário, poderiam conduzir ao socialismo. Este nasceria à medida que os indivíduos chegassem a compreender que as instituições que regulavam suas vidas necessitavam ser mudadas. Durkheim era cético quanto a este poder da reflexão. Isto porque, segundo ele, “a maior parte das inteligências

²³¹ DURKHEIM, E. *Organisation et Vie du Corps Social Selon Schaeffle*, op. cit., p. 375.

²³² DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 282/283.

²³³ *Ibidem*.

não pode abranger senão um restrito horizonte”.²³⁴ Faltam-lhes capacidades de apreender e compreender o todo social.

Assim, o socialismo de Schaeffle era resultado de um voluntarismo, que é sempre inócuo e impotente.

Toda esta apresentação, ao longo do presente capítulo, buscou esclarecer qual era a compreensão de Durkheim sobre o pensamento econômico. Para isto, como foi antecipado no início, tentou-se contornar o seguinte obstáculo: saber o que ele leu sobre o assunto, já que não desenvolveu nenhum estudo específico do mesmo, só citou ou tratou a maioria dos economistas *en passant* e sua biblioteca se desfez quando da invasão nazista. Apesar das dificuldades, pôde-se ter, de modo aproximado, a noção de como ele compreendia aquele pensamento, quer na sua fonte clássica, quer nos críticos desta, no caso os socialistas. No geral, é possível afirmar conclusivamente que, enquanto de modo indireto rechaçou quase por completo as teorias de Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, houve uma aproximação em relação a pensadores como Sismondi, Saint-Simon e, principalmente, aos socialistas de cátedra alemães. Contudo, o conjunto do pensamento socialista não deixou de ser alvo de suas críticas; mesmo sendo um sintoma e refletindo um mal-estar da sociedade, segundo ele, todas as correntes e matizes socialistas não foram capazes de indicar soluções pertinentes e viáveis.

Neste ponto, necessariamente, colocam-se duas questões: em face da limitação do pensamento econômico existente, qual era o de Durkheim? Ele chegou a elaborar algum?

²³⁴ DURKHEIM, E. *Organisation et Vie du Corps Social Selon Schaeffle*, op. cit., p. 377. Durkheim concluiu do seguinte modo: “não somente Schaeffle não responde a estas objeções [à razão], mas ele passa ao lado sem parecer vê-las. Isto porque ele tem uma fé robusta na razão e no futuro da humanidade! Assim, nada perturba a calma e a serenidade de suas análises. Não se sente mesmo seus temores, estas vagas inquietudes tão familiares em nosso tempo. Este otimismo faz-se raro hoje, mesmo em nós. Nós começamos a sentir que tudo não é claro e que a razão não cura todos os males.”

Capítulo II

A Economia Sob a Perspectiva de Durkheim: Concepção e Diagnóstico

Como foi mencionado na Introdução e, de certa maneira, reforçado na discussão do capítulo anterior, Durkheim não desenvolveu nenhum estudo específico sobre qualquer aspecto da economia. Quer nas suas principais obras, quer nas secundárias, quer nas publicadas em vida, quer nas póstumas, ela só foi tratada pontualmente, quando não como pano de fundo; apesar dele não desconhecer sua importância na sociedade moderna.²³⁵ Assim, pode-se afirmar que ele nunca sistematizou uma reflexão sobre esta dimensão da vida social.

Na ausência desta sistematização, como consequência, torna-se um trabalho hercúleo encontrar nos livros e textos durkheimianos uma definição precisa do que neles pode ser entendido como um fenômeno econômico. Há ali uma gama de aspectos, de dimensões e de relações, que são citadas como econômicas dependendo do contexto e das circunstâncias. Por isso, é questionável o argumento de Armand Cuvillier de que Durkheim, ao contrário de Marx, reduzia o econômico ao plano da produção e da circulação.²³⁶ Se isto fosse verdade, como ficaria sua tese - em **Da Divisão do Trabalho Social** - de que a principal função da divisão do trabalho é criar o sentimento de solidariedade?

Na verdade, ao longo de suas obras, o fenômeno econômico foi identificado em vários níveis: no processo produtivo, na troca de serviços, na condição operária, na relação dos trabalhadores com seus empregadores, no tamanho e funcionamento do mercado, no preço das mercadorias, no consumo, na concorrência intercapitalista, no setor financeiro, etc. Como pode ser constatado em seus estudos, Durkheim não teve preocupação e, ao que parece, não achou importante diferenciar estes aspectos entre si, tratando-os indistintamente sob a denominação de econômico. Além do que, de modo coerente, não estabeleceu entre eles nenhum tipo de hierarquia.

Esta indeterminação do fenômeno econômico explicita-se também na definição de sua natureza. Muitas vezes, Durkheim o tratou como algo puramente material, que tinha

²³⁵ “É que estas últimas [as questões políticas] são aquelas que se reportam diretamente ou indiretamente à forma de governo. As questões sociais, ao contrário, são aquelas que nascem do estado econômico da sociedade moderna; o que as suscitou foi que as funções industriais tomaram uma importância e um desenvolvimento que não permitem deixá-las no estado de desorganização em que se encontram. E estas questões são chamadas sociais e merecem sê-las, ainda que, de início, elas pareçam não ter senão um objeto especial e restrito precisamente porque, como mostrou Saint-Simon, **as relações econômicas tornaram-se a matéria, ou única ou, em todo caso, principal da vida social**”. (Grifo nosso). DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 175.

²³⁶ CUVILLIER, A. *Durkheim et Marx*, op. cit., p. 96.

uma base física. Contudo, ele também o compreendeu como algo imaterial, apresentando uma essência valorativa. Esta oscilação²³⁷ constata-se claramente quando de suas discussões acerca da relação do econômico com outros fatores da vida social; em certos momentos o econômico foi tomado como derivado, noutros como determinante.

Mesmo não tendo sistematizado um estudo sobre o fenômeno econômico, nem muito menos precisado o que entendia sobre o mesmo, isto não impediu Durkheim de fazer avaliações sobre o estado em que se encontrava a economia. Nelas, ele tentou mostrar as causas geradoras de determinadas situações, em geral nocivas para a sociedade, bem como prospectar suas conseqüências futuras. Tudo isto foi feito, algo impensável para um ferrenho defensor da neutralidade científica, sem muita preocupação de distanciamento ou neutralidade por parte do sociólogo. Tanto assim, que ele chegou até mesmo a defender a necessidade da adoção de algumas medidas para contornar certos estados mórbidos da vida econômica.

Estes aspectos servirão de referencial na discussão a seguir. Apesar das dificuldades apontadas, ao seu término poder-se-á obter uma compreensão meridiana do pensamento econômico de Durkheim.

2.1. A Concepção do Fenômeno Econômico

- Suas Características

Numa primeira aproximação, tomando como referência o que foi discutido mais acima, é necessário não esquecer que, no pensamento de Durkheim, qualquer definição do fenômeno econômico não pode estar desconectada da vida social. Como visto, uma de suas principais críticas dirigidas aos economistas foi em razão destes tratarem seu objeto de estudo, no caso o econômico, como absoluto e, por isso, autônomo de quaisquer outros

²³⁷ Tal oscilação foi expressa em vários estudos, quer priorizando um pólo em detrimento do outro, quer tentando mostrar a presença das duas concepções em Durkheim. Cuvillier, por exemplo, afirma que, em Durkheim, “o econômico é quase que puramente material”. Ibidem, p.96. Já para Philippe Steiner, até 1900, Durkheim tratava os fatos econômicos tendo uma maior plasticidade e uma organização menos definida, o que fazia deles menos resistentes às transformações. Todavia, “mais tarde, Durkheim reduz a especificidade dos fatos econômicos, estabelecendo uma relação entre a economia e a opinião”. STEINER, P. *Le fait social économique chez Durkheim*, op. cit., p. 643.

fatores. Ao contrário do que eles defendiam, Durkheim recusava reduzir a sociedade a “um vasto aparelho de produção e de troca.”²³⁸ Diversamente, ele enfatizava que a sociedade era algo superior e que englobava aquelas dimensões.

Esta compreensão totalizante implicava tirar o fenômeno econômico de sua posição excêntrica e colocá-lo no interior da vida social. Era no interior desta que, segundo Durkheim, ele surgia, ganhava corpo e desempenhava funções que não diziam respeito a si próprio. Antes de tudo, suas funções eram “funções sociais por excelência”.²³⁹

Esta caracterização do econômico foi estabelecida em oposição aos economistas. Estes só concebiam as funções deste fenômeno como funções privadas, que não diziam respeito à sociedade. Para eles, elas existiam e eram dinâmicas à medida que realizavam os interesses particulares dos indivíduos. Em Durkheim, elas, como outras, eram inseridas e desempenhavam determinadas funções no interior do ser social. Como e com as outras, nas suas relações mútuas, elas contribuíam para a existência do organismo daquele ser. Assim, com tais atributos, o fenômeno econômico era transformado e caracterizado como um *meio*.²⁴⁰

Contudo, esta caracterização não era a única possível. No *Curso de Ciências Sociais*, Durkheim defendeu que cada área do conhecimento social podia ser examinada sob dois pontos de vista: fisiológico e morfológico. No caso da economia, a caracterização anterior seria estabelecida a partir de estudos fisiológicos. Já nos estudos morfológicos, o fenômeno econômico deveria ser identificado nos agrupamentos dos produtores, dos trabalhadores, dos comerciantes, dos consumidores, nos sindicatos, nas corporações, nas fábricas, nas oficinas, etc.²⁴¹ Aqui, tratava-se das estruturas e formas que assumia o fenômeno econômico; lá, era estudado seus processos e atividades vitais.

Não obstante estas duas caracterizações apontarem para aspectos diferentes, elas, de certa maneira, não careciam de rigor.

²³⁸ DURKHEIM, E. *L'Individualisme et Les Intellectuels* in *La Science Sociale et L'Action*, op. cit., p. 262. Este artigo foi escrito em 1898. Na referida passagem, além dos economistas, Durkheim criticava também o utilitarismo de Spencer.

²³⁹ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 97.

²⁴⁰ “As funções econômicas não existem por si mesmas; não passam de meio com vistas a um fim; são um órgão da vida social.” DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, 3^e édition, Paris, Quadriage/PUF, 1997, p. 55. Baseadas em cursos que Durkheim proferiu em Bordeaux, estas lições foram escritas entre novembro de 1898 a junho de 1900, mas publicadas somente em 1950.

²⁴¹ DURKHEIM, E. *Cours de Science Sociale*, op. cit., p. 103/104.

Mesmo assim, havia ocasiões em que Durkheim não tinha tanta precisão. Em obras como **Da Divisão do Trabalho Social** e **O Suicídio**, por exemplo, o termo econômico foi utilizado das mais diversas formas, para os mais diferentes aspectos.

Na sua tese de doutorado, embora o tema fosse estreitamente ligado ao pensamento clássico e a economia estivesse presente quase todo tempo como pano de fundo, em nenhum momento ele teve a preocupação em definir o que podia ser compreendido por econômico. Talvez isto fosse desculpável, poder-se-ia argumentar, em virtude do mesmo não ser especificamente o seu objeto de estudo. Porém, o problema ocorria em virtude de Durkheim, além de citá-las de modo recorrente, defender que as funções econômicas tinham se transformado nas mais importantes do mundo moderno.²⁴²

Em **O Suicídio**, as coisas ocorreram do mesmo modo. Particularmente no quinto capítulo, *O Suicídio Anômico*, foi descrito como vida econômica os setores financeiro, industrial e comercial, o funcionamento do mercado, as condições de consumo, o bem-estar material da sociedade, etc. Todos estes setores e dimensões, à medida que estavam desregulados, afetavam fortemente a vida social, em particular as taxas de suicídio.

Entretanto, mesmo existindo uma tendência ao nivelamento de todos estes aspectos, havia um que era mais ressaltado do que os demais: a **indústria**. Esta expressava o declínio das funções militares, administrativas, religiosas, que preponderavam na Idade Média. Na verdade, era a prova inequívoca do peso que passara a ter as funções econômicas no final do século XIX. A constatação desta realidade levou Durkheim a afirmar que “não sem razão, podemos dizer que nossas sociedades são ou tendem a ser essencialmente industriais”.²⁴³ Noutras palavras: a **indústria** era vista, não como uma instância determinante, algo avesso ao sociólogo, mas a função econômica mais destacada dentre outras.

Apesar dessa diversidade, da miríade de características, talvez fosse possível, se não definir de modo preciso, pelo menos estabelecer uma noção genérica: em Durkheim, o fenômeno econômico era identificado nos aspectos relacionados à *riqueza* da sociedade.

²⁴² Segundo ele, “hoje em particular, o que produz a gravidade excepcional deste estado, até o presente desconhecido, é o desenvolvimento que tomaram, depois de aproximadamente dois séculos, as **funções econômicas**. Enquanto que outrora elas desempenhavam somente um papel secundário, agora assumiram o lugar principal”. (Grifo nosso). DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. IV. Em *Lições de Sociologia*, Durkheim enfatizava que, dentre as funções sociais, “hoje as funções econômicas são as mais desenvolvidas”. DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 67.

²⁴³ *Ibidem*.

Esta noção ele a retirava dos economistas, que não deixaram de ser alvo de suas críticas, pois que os mesmos concebiam o referido fenômeno como algo puramente material.²⁴⁴ Em síntese, ao que tudo indica, o que gravitasse em torno da *riqueza* – produção, circulação, consumo, financiamento, etc. – poderia ser considerado como uma dimensão econômica.

- A natureza do Fenômeno Econômico

A primeira vista, tomando como base à discussão acima, poder-se-ia ser levado a crer que, em Durkheim, o econômico foi concebido exclusivamente como um fenômeno de natureza puramente material. De fato, em seus textos e livros tal fenômeno foi vinculado continuamente à indústria, ao comércio, ao mercado, ao consumo, etc.

Esta compreensão não era estabelecida somente por via indireta. Em alguns momentos, Durkheim a expressou claramente. Em **As Regras do Método Sociológico**, obra basilar na sua produção teórica, ele fez a seguinte observação numa nota de rodapé:

em nossa **Divisão do Trabalho**, erramos por fortemente apresentar a densidade material como a expressão exata da densidade dinâmica. Todavia, a substituição da segunda pela primeira é absolutamente legítima para tudo que concerne aos efeitos econômicos daquela.²⁴⁵

Com esta observação, o autor desejava dizer que nem sempre a densidade material pode servir de mensuração à evolução da densidade dinâmica. No entanto, os efeitos econômicos manifestam a densidade dinâmica, a que efetivamente possibilita a sociabilidade, de modo material. Noutras palavras: a economia podia ser considerada como uma dimensão da densidade material.

Ainda numa página anterior d'**As Regras**, quando descrevia as características da densidade dinâmica, Durkheim enfatizou tanto a dimensão material do econômico quanto seus efeitos em si. As relações econômicas, por exemplo, foram apresentadas como algo que a coletividade pudesse prescindir delas. Isto porque, segundo ele, em geral, “elas

²⁴⁴ DURKHEIM, E. *Débat Sur L'économie Politique et Les Sciences Sociales* in **Textes I**, op. cit., p. 219/220. O texto publicado com este título, na verdade, é a ata de um evento promovido pela Société D'économie Politique, em 1908, do qual Durkheim participou e debateu com economistas. Na ocasião, o presidente da referida sociedade era o ultraliberal Paul Leroy-Beaulieu, que fez o balanço final do debate, cujo conteúdo foi crítico em relação às concepções durkheimianas.

²⁴⁵ DURKHEIM, E. *Les Règles de la Méthode Sociologique*, op. cit., pp. 113/114.

deixam os homens fora uns dos outros”.²⁴⁶ Primeiro, em razão de nem todos participarem delas. Segundo, porquanto elas seriam de natureza material, não tendo por isso capacidade de vincular os indivíduos entre si; isto é, elas não eram portadoras de qualquer dispositivo ou poder capaz de promover a coesão entre eles.

Esta concepção material do fenômeno econômico não pode ser tomada como absoluta, não havendo espaço para se vislumbrar uma compreensão diferente. Muito pelo contrário. Há na obra de Durkheim não poucos elementos que indicam que o econômico é um fenômeno que apresenta também aspectos morais, ideais, etc.

Já no livro **Da Divisão Do Trabalho Social**, por exemplo, bem antes do que argumenta Philippe Steiner, Durkheim desenvolveu uma reflexão oposta àquilo que ele próprio denominou de concepção materialista dos economistas.

A tese que defendeu nesta obra, embora reconhecesse no seu início a contribuição de Adam Smith²⁴⁷, questionou a renomada concepção da divisão do trabalho formulada por este economista clássico. Segundo Smith, “a divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas de trabalho. A diferenciação das ocupações e empregos parece haver-se efetuado em decorrência dessa vantagem”.²⁴⁸ O fundamento e o elemento motor da divisão do trabalho, assim, eram de naturezas essencialmente materiais; os objetivos precípuos eram aumentar a produtividade e prover a sociedade de um maior número de riquezas.

Durkheim elaborou uma concepção completamente diferente. De antemão, para ele, a dimensão material da divisão do trabalho era secundária. Sua verdadeira função era “criar entre duas ou mais pessoas um sentimento de solidariedade”.²⁴⁹ Neste sentido, antes de tudo, ela tinha de garantir a coesão entre as partes divididas e, por conseqüência, a própria existência da sociedade; sem esta, de nada valeria a riqueza. Noutras palavras: os

²⁴⁶ *Ibidem*, p. 113.

²⁴⁷ No primeiro parágrafo da *Introdução*, Durkheim diz: “ainda que a divisão do trabalho não date de ontem, foi somente no final do último século que as sociedades começaram a tomar consciência desta lei que, até então, sofreram quase sem saber. Sem dúvida, desde a Antigüidade, vários pensadores perceberam sua importância; mas foi Adam Smith o primeiro a tentar enquadrá-la teoricamente. Aliás, foi ele que criou a expressão, que a ciência social emprestou mais tarde à biologia”. DURKHEIM, E. **De La Division Du Travail Social**, op. cit., p. 1.

²⁴⁸ SMITH, A. **A Riqueza Das Nações**, Vol. 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 42.

²⁴⁹ DURKHEIM, E. **De La Division Du Travail Social**, op. cit., p. 19.

indivíduos só poderiam usufruir as benesses materiais geradas pela divisão de trabalho, se a sociedade tivesse sua existência assegurada.

Mas, como a divisão do trabalho poderia ter esta capacidade de garantir a coesão social?

Para isto, ela não poderia ser de natureza material, deveria ultrapassar “infinitamente a esfera dos interesses puramente econômicos”.²⁵⁰ Do contrário, os indivíduos seriam independentes uns dos outros, viveriam em estado de isolamento. Segundo Durkheim, tal fato ocorria em virtude da divisão do trabalho apresentar um *caráter moral*; “pois as necessidades de ordem, de harmonia, de solidariedade social existem geralmente por ser morais”.²⁵¹ Esta característica era que lhe permitia desempenhar um papel mais importante do que aquele de produzir mais e sempre melhor. Era ela que garantiria a sociabilidade humana, principalmente no mundo moderno: apesar da diversidade de realidades por ela produzidas, os indivíduos se sentiriam moralmente obrigados a interagirem entre si.

Ao defender o caráter moral da divisão do trabalho, Durkheim lançou uma concepção que, se não eliminava a dimensão material, mostrava que o econômico apresentava outra muito mais importante. Algo avesso aos economistas, de acordo com ele.

Esta característica “imaterial” do fenômeno econômico não ficou restrita à divisão do trabalho. Durkheim também tratou de outros temas econômicos, alguns tão caros aos economistas, sob o mesmo ângulo.

Como bem lembra Philippe Steiner, em 1908, quase não tratando mais de economia, Durkheim voltou a sustentar a concepção não material do fenômeno econômico. No debate da Sociedade de Economia Política, em parte já citado no capítulo anterior, defendeu que, como os objetos das ciências sociais eram a moral e o direito, o da economia era também “essencialmente coisa de opinião”; melhor, seria de natureza ideal. Assim, o econômico nem coincidia nem tinha como sinônimo o material. Segundo ele, por exemplo, “o valor das coisas, com efeito, dependem não só de suas propriedades objetivas, mas também da opinião que se faz dela”.²⁵² Ou seja, as mercadorias não apresentariam um valor intrínseco,

²⁵⁰ Segundo Durkheim, a utilidade da divisão do trabalho consistia “em estabelecer uma ordem social e moral *sui generis*”. Ibidem, p. 24.

²⁵¹ Ibidem, p. 27.

²⁵² DURKHEIM, E. *Débat sur l'économie politique et les sciences sociales* in **Textes I**, op. cit., p. 220.

só correspondente aos fatores de produção, quantidade de trabalho, etc., mas dependeriam também da avaliação da sociedade. Assim, de roldão, ele questionava a validade da teoria da oferta e procura e, principalmente, a teoria smithiana do valor.

Durkheim explicava que este modo de conceber o fenômeno econômico decorria do tratamento que ele lhe conferia, bem distinto daquele dos economistas. Ao contrário destes, como bem foi mostrado acima, ele relacionava aquele fenômeno com outros fatores da vida social. O que lhe permitia revelar, além da dimensão material, outras características do econômico.

Foi o caso da reflexão que ele propunha sobre o salário. Para chegar à uma nova compreensão desse, era necessário não esquecer que “as funções econômicas são funções sociais, solidárias de outras funções coletivas”. Assim, tendo esta premissa como referencial, Durkheim afirmava que

o salário dos operários não depende somente das relações de oferta e procura, mas de certas concepções morais; ele sobe ou baixa segundo a idéia que nós temos do bem-estar mínimo que pode reivindicar um ser humano, isto é, definitivamente, conforme a idéia que nós fazemos da pessoa humana.²⁵³

Nesta passagem, como na discussão da divisão do trabalho, um dos fatores importantes das funções econômicas, a remuneração do trabalhador, era também apresentado possuindo um fundamento moral. Mesmo materializando-se monetariamente, a magnitude do montante pago dependia das idéias, dos valores e dos julgamentos que as pessoas produziam e reproduziam nas suas relações diárias. Os ideais de justiça, de igualdade, a condenação da miséria, etc., seriam aspectos que, de algum modo, entravam na determinação do salário. O que significava dizer que, por mais que horrorizasse aos economistas, a sociedade, direta ou indiretamente, exercia algum tipo de controle sobre as funções econômicas; melhor ainda, estas se encontravam subsumidas nos fundamentos da sociabilidade humana.²⁵⁴

²⁵³ DURKHEIM, E. *Sociologie et sciences sociales*, op. cit., p. 151. Como já mencionado anteriormente, este texto foi escrito em 1909; ou seja, um ano após Durkheim participar do debate na Sociedade de Economia Política.

²⁵⁴ Ainda no debate de 1908, Durkheim também fez referências ao valor do salário. Para ele, “o preço dos salários dependem de um padrão fundamental que corresponde ao mínimo de recursos necessários que permitam a um homem viver. Mas, este padrão é, a cada época, fixado pela opinião. O que era necessário ontem para o mínimo suficiente, não satisfaz mais as exigências da consciência moral de hoje, simplesmente

Para uma melhor compreensão desta concepção “imaterial” do fenômeno econômico, ainda são necessárias duas observações pontuais, mas que são fundamentais.

Primeiro, ao conceber a divisão trabalho, o salário, o valor das mercadorias, etc. fundamentados em idéias, opiniões e valores, Durkheim não reduzia o fenômeno econômico ao plano da subjetividade, compreendendo-o assim aleatório e indeterminado. Antes pelo contrário, ele defendia que a “realidade econômica se [impunha] ao observador como as realidades físicas” e estava “subordinada à mesma necessidade”.²⁵⁵ Mesmo que não baseada em aspectos materiais, aquela realidade tinha uma dimensão objetiva, com lógica e dinâmica própria. Não só. Segundo ele, “dizer que os fatos [econômicos] são coisas de opinião, não quer dizer que eles não têm leis, pois a própria opinião tem suas leis e que não dependem da opinião”.²⁵⁶

Segundo, ao enfatizar este aspecto abstrato, bem como outros fatores imateriais que o influenciavam, Durkheim não concebia o fenômeno econômico como um simples epifenômeno. De fato, ele não aceitava a idéia do determinismo econômico dos economistas, mas isto não o levava a uma posição antípoda de achar que aquele fenômeno não exercia qualquer influência sobre a vida social. Na verdade, segundo ele, o fator econômico “tem uma influência que lhe é especial... que pode modificar parcialmente o próprio substrato de onde resulta”.²⁵⁷ Mesmo que parcial, aqui, era admitido que o econômico tinha um poder de conformação sobre a realidade.

Esta segunda observação, no entanto, traz consigo um problema para esta discussão sobre a natureza do fenômeno econômico no pensamento de Durkheim. Mais precisamente, ela põe a seguinte questão: segundo Durkheim, qual era a extensão e o poder de influência deste fenômeno sobre a vida social? Pergunta difícil de responder somente em uma direção, pois que o autor oscilou de uma opinião completamente negativa até a admissão do poder preponderante da economia na sociedade moderna.

Esta alternância é fácil de se verificar. O caso **Da Divisão do Trabalho Social** é paradigmático neste sentido. Neste livro, por exemplo, se por um lado, o efeito econômico da divisão do trabalho era apresentado como secundário, por outro, como mostrado logo

porque nós somos mais sensíveis que no passado a certos sentimentos humanos”. DURKHEIM, E. *Débat sur l'économie politique et les sciences sociales*, op. cit., p. 220.

²⁵⁵ DURKHEIM, E. *Sociologie et sciences sociales*, op. cit., p. 151.

²⁵⁶ DURKHEIM, E. *Débat sur l'économie politique et les sciences sociales*, op. cit., p. 223/224.

²⁵⁷ DURKHEIM, E. *La Conception Matérialiste de L'histoire*, op. cit., p.254

acima, Durkheim defendia que as funções econômicas, que “outrora... desempenhavam somente um papel secundário, agora assumiram o lugar principal”.

Quatro anos depois, em 1897, ao final da resenha do livro de Labriola, ele afirmava que

tudo faz crer... que ele [o fator econômico] é secundário e derivado. Donde se segue que as transformações econômicas que se produziram ao longo deste século, a substituição da pequena indústria pela grande indústria, não necessitam de modo algum de uma transformação e uma renovação integral da ordem social...²⁵⁸

Ao enfatizar nesta passagem o caráter secundário e derivado do fator econômico, Durkheim se opunha a uma das concepções fundamentais da teoria marxiana: a de que o desenvolvimento das forças produtivas, num determinado momento, exige novas relações sociais. Diversamente, ele defendia que as transformações econômicas não implicavam nem muito menos necessitavam de um reordenamento da sociedade. Na realidade, era esta que deveria enquadrar àquela.

Todavia, nesta mesma resenha, poucas páginas antes, Durkheim assumiu uma posição mais radical. Segundo ele, “nos parece falso que elas [as causas dos fenômenos sociais] se reduzam, em última instância, ao estado da técnica industrial e que o fator econômico seja o motor do progresso”.²⁵⁹ Esta era uma tese do materialismo econômico, em particular do marxismo, inaceitável. Principalmente, na sua opinião, por se basear em provas insuficientes, nada demonstrava que era a partir do processo produtivo, do comércio, etc., que provinha o impulso de mudança das estruturas sociais.

Paradoxalmente, Durkheim também argumentava no sentido inverso.

No ano anterior à resenha do livro de Labriola, no curso sobre **O Socialismo**, Durkheim enfatizou o peso que tinha a economia na sociedade de seu tempo. Isto podia ser evidenciado no fato das questões candentes não serem mais as políticas. “É que estas últimas”, segundo ele,

são aquelas que se reportam diretamente ou indiretamente à forma de governo. As questões sociais, ao contrário, são aquelas que nascem do estado econômico da sociedade moderna; o que as suscitou foi que as

²⁵⁸ Ibidem.

²⁵⁹ Ibidem, p. 252.

funções industriais tomaram uma importância e um desenvolvimento que não permitem deixá-las no estado de desorganização em que se encontram.

Afora a defesa da necessidade de se organizar a indústria, aqui, Durkheim mostrava que os dilemas que afligiam a sociedade tinham origem na economia, particularmente no estado em que se encontrava. O que o levava a seguinte conclusão:

estas questões são chamadas sociais e merecem sê-las, ainda que, de início, elas pareçam não ter senão um objeto especial e restrito precisamente porque, como mostrou Saint-Simon, **as relações econômicas tornaram-se a matéria ou única ou, em todo caso, principal da vida social.**²⁶⁰ (Grifo nosso).

Durkheim não podia ser mais claro: as questões que nasciam da economia eram sociais porque as relações econômicas eram o principal fator da sociedade. Por esta perspectiva, por mais negativa que desse em contrário noutros momentos, ele admitia que a economia era ponto de partida e ponto de chegada; encontrava-se nela a origem e a solução para os principais problemas sociais. Donde se conclui que ela não podia ser tomada e tratada como um aspecto secundário. Antes pelo contrário, ela era de primeira ordem.

Mas nesta mesma lição do curso sobre **O Socialismo**, a economia não era só vista como um fator determinante da dinâmica da vida social moderna. Ela era apresentada como algo mais. Para Durkheim, até a Idade Média, à medida que encarnava as tradições e crenças comuns, o governo era quem estabelecia a unidade social. Já

nas grandes sociedades contemporâneas, onde são as relações econômicas que formam o fundamento da vida comum, a unidade social é, sobretudo, o resultado da solidariedade dos lucros; ela é, portanto, devida a causas intestinas, aos vínculos de interdependência que unem entre as relações econômicas as diferentes partes da sociedade, e não a tal ou qual característica do órgão governamental.²⁶¹

A economia, assim, não somente era apresentada como um fator que influenciava as demais funções da sociedade moderna, mas também como condição de sua sociabilidade. Isto

²⁶⁰ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op.cit., p. 175.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 176.

porque, ao contrário das sociedades pretéritas, onde desempenhava papel secundário, era no seu interior, a partir de sua dinâmica, que se teciam os laços que permitem a coesão entre os indivíduos.

2.2. Um Diagnóstico do Estado da Economia

Esta oscilação, por mais que turvasse sua opinião sobre da importância da economia para a sociedade, não impediu Durkheim de tomar um claro posicionamento em relação ao estado em que ela se encontrava. Em várias partes de sua obra, principalmente nos primeiros textos e livros, é possível o leitor se deparar com observações e análises percucientes dos mais diversos aspectos daquela. Em geral amparado em dados, estas avaliações tendiam a mostrar como a situação da economia afetava os mais diversos níveis da vida social.

No início do famoso *Prefácio* à segunda edição **Da Divisão Do Trabalho Social**, por exemplo, depara-se com uma análise de amplitude pouco desprezível, onde o autor expressa sua preocupação com o que constata. Com insistência, Durkheim defendia que a vida econômica encontrava-se, naquele momento, num estado de anomia jurídica e moral. Ele avaliava que se fosse tentado

fixar numa linguagem um pouco definida as idéias correntes sobre o que devem ser as relações do empregador com o empregado, do operário com o empresário, dos industriais em concorrência uns com os outros e com o público, que indecisas fórmulas se obteriam! Algumas generalidades imprecisas sobre a fidelidade e a dedicação que os assalariados de todas as espécies devem àqueles que os empregam, sobre a moderação com a qual estes últimos devem utilizar a sua preponderância econômica, uma certa reprovação por toda concorrência demasiado gritante do consumidor, eis, pouco mais ou menos, tudo o que contém a consciência moral destas profissões. Além disso, a maior parte destas prescrições está despojada de qualquer caráter jurídico... O êxito absolve tão freqüentemente os atos mais condenáveis que o limite entre o que é permitido e o que é proibido, o que é justo e o que não é, não tem nada fixo, mas parece poder ser deslocado quase arbitrariamente pelos indivíduos. Uma moral tão imprecisa e tão inconsistente não poderá constituir uma disciplina. **Daí resulta que toda esta esfera da vida coletiva está, em grande parte, subtraída à ação moderadora da norma**²⁶². (Grifo nosso)

²⁶² DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. II/ III.

Todos os aspectos da vida econômica moderna eram, aqui, apresentados em toda a sua diversidade: a relação de trabalho, a concorrência intercapitalista, o mercado, a situação do consumidor, etc. Durkheim não só descrevia uma realidade, mas emitia um juízo da mesma. Depreende-se que, para ele, a sociedade encontrava-se em meio a um impasse, pois que faltavam mecanismos que fossem capazes de regulá-la. Tal realidade, normal para os economistas, que viam na ausência de regras o elemento dinamizador do desenvolvimento, era identificada como a verdadeira causa das crises periódicas e das incertezas das pessoas na vida diária.

Durkheim avaliava que tal situação decorria do modo como pouco a pouco as funções econômicas passaram a ter preponderância no interior da vida social. À medida que isto ocorreu, outras funções - as militares, administrativas e religiosas - foram declinando e, com elas, desaparecendo suas respectivas forças de sanção. Em contrapartida, esta supremacia da economia não foi acompanhada pela constituição de novos tipos de regras, normas e de controles. Como consequência, os conflitos incessantes e as desordens de todas as espécies, em síntese, a anarquia, caracterizavam o mundo econômico. Isso implicava, segundo ele, o comprometimento de várias dimensões da sociedade²⁶³.

Qual era a causa dessa anarquia que havia acompanhado a ascensão e hegemonia da economia?

Durkheim explicava que, até a Idade Média, em razão das corporações de ofício e do mercado serem locais, baseados na comunidade, a função econômica era regulamentada. As coisas começaram a mudar a partir do século XV: os ofícios ficaram sob o domínio exclusivo dos mestres, que passaram a exercer um controle sobre o processo produtivo e os companheiros. Estes foram perdendo de vista qualquer perspectiva de poder futuro na produção. A conclusão deste processo ocorreu no século XVII, quando do advento da *grande indústria*²⁶⁴. Com esta, o papel e a importância da economia foram redefinidos no interior da sociedade.

²⁶³ “Assim, a ausência de qualquer disciplina econômica não pode deixar de estender os seus efeitos para além do próprio mundo econômico e implicar em seguida um abaixamento da moralidade pública”. *Ibidem*, p. V.

²⁶⁴ Vide nota 99, onde é esclarecido o que era a *grande indústria* para Durkheim.

Isto ocorreu porque, à medida que se desenvolveu, a *grande indústria* foi tomando-se independente das comunidades e dos mercados locais. Disto resultou que, pouco a pouco, a função econômica foi se autonomizando e deixando de ser regulada. Segundo Durkheim, uma vez nascida

ela não tinha nada de particularmente urbano, não podia submeter-se a um sistema que não tinha sido feito para ela. Em primeiro lugar, ela não era localizada numa cidade; pode mesmo estabelecer-se fora de qualquer aglomeração, rural ou urbana, pré-existente; ela procura somente o ponto do território em que melhor possa abastecer-se e donde possa irradiar o mais facilmente possível. Depois, o seu campo de ação não se limita a nenhuma região determinada, a sua clientela recruta-se por todo o lado.²⁶⁵

Assim, a *grande indústria* tornou a produção mais flexível e com maior mobilidade. Ela não estava mais vinculada a um determinado espaço ou local. O que fazia com que ela perdesse todo tipo de obrigação para com uma determinada comunidade, podendo se instalar em qualquer lugar e voltar sua atividade em qualquer direção.

Na verdade, o que aconteceu foi que, com a emergência da *grande indústria*, resultando num aprofundamento da divisão do trabalho, não houve uma modificação nos quadros normativos da função econômica. As regras que existiam mostravam-se limitadas e obsoletas, pois correspondiam à situação anterior. Deste modo, urgia a constituição de novas normas que fossem capazes de regulamentar tanto o desenvolvimento e o funcionamento do processo produtivo, quanto à dinâmica do mercado.

No entanto, esta nova regulamentação inexistia no século XIX. Para Durkheim, a função econômica encontrava-se em completo estado de anarquia. Até aquele momento, nenhuma instituição ou organização havia esboçado alguma preocupação ou formulado quaisquer instrumentos que fossem capazes de restabelecer a ordem naquela instância da vida social. T tamanha falta, de acordo com sua avaliação, era expressa

²⁶⁵ Ibidem, p. XXVI. Este argumento, de certo modo, Durkheim o retirou de Sismondi, como bem foi mostrado atrás. No curso sobre **O Socialismo**, Durkheim mostrou que, “segundo Sismondi, as novas condições da vida econômica fazem com que o desequilíbrio [entre a produção e o consumo] tenha se tornado crônico. Outrora, quando o mercado era muito limitado, quando ele não se estendia para além da cidade, do pequeno burgo, da vizinhança imediata, cada produtor levava exatamente em conta as necessidades que tinham de satisfazer e limitava, conseqüentemente, seus trabalhos. Porém, hoje, que o mercado tornou-se quase ilimitado, este útil freio desapareceu”. DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op.cit., p. 105.

pelas crises industriais ou comerciais, pelas falências, que são outras tantas rupturas parciais da solidariedade orgânica; elas testemunham, com efeito, que, em certos pontos do organismo, certas funções sociais não se ajustam umas às outras. Ora, à medida que o trabalho se divide mais, estes fenômenos parecem tornar-se mais freqüentes, pelo menos em certos casos. De 1845 a 1869 as falências aumentaram de 70%. Todavia, não se poderia atribuir este fato ao acréscimo da vida econômica, porque as empresas concentraram-se muito mais do que se multiplicaram. O antagonismo do trabalho e do capital é um outro exemplo mais marcante do mesmo fenômeno. À medida que as funções industriais se especializam, a luta torna-se mais viva, e nem de longe a solidariedade aumenta.²⁶⁶

Observe-se que a causa do problema não era diagnosticada no crescimento econômico em si. As crises não eram compreendidas como inerentes ao sistema industrial ou à concorrência que o mercado implicava. Por seu turno, a contradição entre trabalho e capital não nascia do confronto de interesses opostos, pois o conflito não era algo intrínseco a esta relação. O que ocorria era que estes diversos níveis da economia funcionavam desconexos entre si e às cegas, nada os orientando ou disciplinando.

Esta interpretação é corroborada por um texto que Durkheim escreveu no mesmo ano em que publicou **Da Divisão do Trabalho**, em 1893. Nele, o autor precisava mais claramente a razão da situação em que se encontrava a economia. O grande problema era seu estado de difusão, que se manifestava em dois níveis. Primeiramente, segundo ele, as funções econômicas

são difusas no sentido que elas não têm por substrato nenhum órgão definido. Com efeito, as empresas concorrentes, consagradas a um mesmo objeto ou a objetos semelhantes, não estão agrupadas de maneira a formar, no interior da sociedade, um todo tendo alguma unidade. Não há uma empresa única e coletiva, ramificando-se nas diferentes regiões e encarregada, para todo o país, da exploração das minas de carvão, por exemplo, ou da produção de cereais, ou da fabricação de tecidos, etc. Porém, cada empresa particular é totalmente independente das outras. Sem dúvida, elas podem ter relações entre elas, agirem e reagirem umas sobre as outras, mas elas não têm fins que lhes são comuns.²⁶⁷

²⁶⁶ DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. 344/345.

²⁶⁷ DURKHEIM, E. *Sur La Définition du Socialisme*, op. cit., 230/231. Como mostrado no capítulo anterior, Durkheim, no curso sobre **O Socialismo**, só se referiu a este segundo estado de difusão da economia.

A empresas existiam, nesta perspectiva, de modo atomizado no que dizia respeito ao fim que cada uma buscasse. As relações ocorriam, não por motivos convergentes, mas por razões excludentes. No estado em que se encontrava a economia, era impossível que elas conseguissem se organizar visando o bem comum de todas.

O estado de difusão, no entanto, compreendia também outro aspecto. Neste, as funções econômicas eram também difusas em virtude delas não estarem

vinculadas ao órgão regulador central, quer dizer, ao Estado. Sem dúvida, elas não estão subtraídas de toda influência social; nós já mostramos como o direito exercia sobre estes tipos de relações uma ação moderadora. Mas esta ação é, ela própria, difusa. O legislador definiu o tipo normal de troca dentro das principais combinações de circunstâncias que se revelam ao longo da experiência habitual. De fato, este tipo se impõe aos mercadores na maior parte dos casos; contudo, eles continuam livres para descartá-los de um acordo comum e o Estado não intervém diretamente para constrangê-los e submetê-los. Não há um corpo especial de funcionários encarregados, com uma autoridade mais ou menos extensa, em administrar a vida econômica ou se, aqui e lá, esta administração começa a aparecer, ela não é senão rudimentar...²⁶⁸

Além de não ter conhecimento do funcionamento das empresas, como já mostrado no capítulo anterior, aqui, o Estado era apresentado como um órgão desprovido de capacidade para intervir na economia. O pouco que agia neste sentido, mostrava-se ineficaz e sem efeito. Na verdade, nem juridicamente nem materialmente a máquina estatal tinha como atuar sobre a economia. Não havia nenhuma de suas partes voltadas para tal tarefa. Em síntese, o Estado era completamente omissos a essa esfera da vida social.

Assim, para Durkheim, tanto no plano imediato das relações interempresariais, quanto num plano mais amplo, a economia não estava submetida a algum tipo de consciência social. Daí o seu estado difuso.

Esta avaliação do estado da economia fez com que Durkheim, em vários momentos, mostrasse os seus efeitos na vida cotidiana das pessoas.

Em **O Suicídio**, por exemplo, publicado em 1897, apesar da especificidade do objeto estudado, verifica-se uma clara preocupação do autor neste sentido; o que

²⁶⁸ Ibidem, p. 232/233.

demonstrava uma certa continuidade em relação às reflexões anteriormente elaboradas.²⁶⁹ Dentre os dois tipos de suicídio da sociedade moderna - da *solidariedade orgânica* -, em menores proporções o *egoísta*, o *anômico* tinha sua causa apontada no estado em que se encontrava a economia. Ou seja, para Durkheim, a economia sem peias, a *livre concorrência*, não era em si fonte de realização dos indivíduos, mas um estímulo à uma atitude mórbida²⁷⁰. Com isso, como antecipara no livro precedente, mas agora detalhando num determinado fenômeno, ele provava as conseqüências da função econômica desregulada sobre as demais dimensões da vida social.

A relação entre o suicídio e a economia, Durkheim estabeleceu a partir da constatação de um quadro geral: ao longo do século XIX, todas as crises ou mudanças bruscas da sociedade afetaram diretamente a taxa de suicídio. Dentre os aspectos que mais contribuíam para essa instabilidade da ordem social, destacava a economia. Para ele, a relação entre a crise econômica e a taxa de suicídio, por exemplo, "... não se [constatava] só em casos excepcionais; [era] a lei".²⁷¹

Entretanto, a crise econômica deveria ser entendida num sentido amplo, relacionada à ruptura da ordem social. Em geral, esta cisão só era identificada com a ruína econômica. Durkheim mostrava que também o *boom* econômico, o crescimento repentino de riqueza material, não atenuava, mas contribuía também para o número de suicídios.²⁷² O

²⁶⁹ No *Prefácio* acima aludido, Durkheim explicitava esta relação no seguinte esclarecimento: "talvez agora se esteja mais em condições de explicar as conclusões a que chegamos no fim do nosso livro sobre **O Suicídio**". DURKHEIM, E. **De La Division Du Travail Social**, op. cit., p. XXXIII.

²⁷⁰ De certa maneira, esta interpretação de **O Suicídio** encontra-se em Raymond Aron. Para ele, "de modo geral, Durkheim aprova o fenômeno da divisão orgânica do trabalho, que considera um desenvolvimento normal e, sem dúvida alguma, feliz das sociedades humanas... Contudo, observa também que o homem não se sente necessariamente mais feliz com sua sorte nas sociedades modernas, e registra, de passagem, o aumento do número dos suicídios, expressão e prova de certos traços, talvez patológicos, da organização atual da vida coletiva". ARON, R. **As Etapas Do Pensamento Sociológico**, 5ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2000, p. 297. Pizzorno desenvolve um argumento muito semelhante a esse, mas destacando outro aspecto. Para Durkheim, segundo ele, "o progresso econômico... não pode ter origem no desejo humano de aumentar a felicidade. A felicidade humana só pode ser limitada, enquanto nada pode permitir prever limites ao progresso da divisão do trabalho. Se o progresso só tivesse como causa a necessidade de aumentar a felicidade, já se teria detido há muito tempo". PIZZORNO, A. *Uma leitura atual de Durkheim* in COHN, G. (Org.), **Sociologia: Para Ler Os Clássicos**, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 62.

²⁷¹ DURKHEIM, E. **Le Suicide**, 11ª édition, Paris, Quadriage/PUF, 2002, p. 265.

²⁷² "Qualquer ruptura de equilíbrio, ainda mesmo que dela resulte um bem-estar maior e uma maior vitalidade geral, incita à morte voluntária. Todas as vezes que se produzem no corpo social graves modificações, sejam elas devidas a um súbito movimento de crescimento ou a um cataclismo inesperado, o homem mata-se mais facilmente." *Ibidem*, p. 271.

aumento do bem-estar material não coincidia necessariamente com bem-estar social; na verdade, não era este que dependia daquele, mas o contrário.

Assim, um certo número de suicídios, denominado de *anômico*, era conseqüência de um determinado estado da função econômica. Diferente da explicação marxiana, que identifica no processo de acumulação o móvel que impulsiona as ações contínuas dos indivíduos, Durkheim ressaltava que a insaciabilidade resultava de uma economia desregulamentada. Esta, ao não estabelecer parâmetros de conduta, tornava perpétua a busca pelo mais, deixando parecer que as necessidades nunca podem ser satisfeitas. Neste contexto, os indivíduos tendiam a ficar perdidos: sem passado, que não se fixava, e sem futuro, pois este nunca era alcançado. Tal situação criava uma sensação de mal-estar, que se expressava na mórbida vontade de não viver²⁷³.

Esta insatisfação permanente, caracterizando-se na busca contínua e inalcançável da satisfação das necessidades, era típica do mundo econômico. Durkheim argumentava que só a pressão social seria capaz de aplacar e ordenar esse anárquico comportamento dos indivíduos. Contudo, não era essa a realidade. No caso dos trabalhadores, estes não se contentavam com a repartição existente das funções, dos empregos e dos recursos materiais. Por estar fundamentada em normas ultrapassadas, a hierarquia social que ordenava essa repartição era considerada injusta. No caso dos patrões, que tinham a cobiça como móbil, toda e qualquer regulamentação eram consideradas intoleráveis.

Assim, o mundo econômico apresentava-se instável e conturbado. Sua falta de regulação gerava a luta entre as classes e descontentamentos de toda ordem: tanto em momentos de ruína econômica, quanto nos períodos de prosperidade. Era principalmente nos setores industrial e comercial, segundo Durkheim, onde se produziam os maiores números de suicídios. Por isso, ele concluiu: “portanto, nas nossas sociedades modernas, a anomia é um fator regular e específico de suicídios; é uma das causas do contingente atual”.²⁷⁴

O problema não era só expresso nas taxas de suicídios. Durkheim apontou outros, como os conflitos entre as classes, o desemprego, etc. Todos, indistintamente, só seriam

²⁷³ “Nestas condições, não estamos ligados à vida senão por um fio muito tênue e que, a cada instante, pode ser rompido”. Ibidem, p. 275.

²⁷⁴ Ibidem, p. 288.

resolvidos à medida que o estado da economia fosse redefinido. Do contrário, segundo ele, “a questão continuaria, inteira, à nossa frente, tornada, apenas, mais crítica, mais aguda, por um século de tentativas e experiências dolorosas”.²⁷⁵

²⁷⁵ DURKHEIM, E. **Leçons de Sociologie**, op. cit., p. 74.

Capítulo III

A Regulação da Economia Via (Re) Moralização

A compreensão da economia acima exposta, bem como a avaliação que fazia do estado em que a mesma se encontrava, sendo a principal causa do sofrimento das sociedades européias, fez Durkheim expressar, embora de modo ametódico, reflexões onde apontava a solução para tal situação. De princípio, ele descartava as concepções e medidas tanto dos economistas como dos socialistas; nem deixar a economia ao bel sabor dos interesses individuais, nem revolução para controlá-la.

Para Durkheim, a saída encontrava-se em criar algo que a ascensão da economia não tinha trazido consigo: normas, regras, padrões de funcionamento; ou seja, era necessário preencher um espaço da vida das pessoas onde havia um vácuo anômico. Assim, a solução ocorreria por meio da **regulação** daquela dimensão da vida social.

No entanto, tal tarefa mostrava-se, se não inglória, difícil de ser implementada. O advento da sociedade industrial tinha tornado certos dogmas inquestionáveis. Era por isso que, na avaliação de Durkheim,

só as funções da ordem econômica são a exceção [no que tange a ter uma moral]. Não é que, ainda no caso delas, não se encontrem alguns rudimentos da moral profissional; são, porém, tão pouco desenvolvidos, tão fracamente sancionados, que é como se não existissem.²⁷⁶

A economia, nesta condição, não apresentava valores que a orientassem e que, em caso de desvio, agissem no sentido de retificá-la. O que acontecia era uma anarquia moral, que

foi reivindicada, é certo, como um direito da vida econômica. Foi dito que, para ser normal, não era necessário que a vida econômica fosse regida. Mas donde poderia vir-lhe semelhante privilégio? Como poderia essa função social esquivar-se da condição mais fundamental de toda organização social? Sem dúvida, se todo economismo (*sic*) clássico pôde iludir-se a esse ponto, é que estudava as funções econômicas como se elas tivessem fim em si mesmas, sem indagar da repercussão possível em toda a ordem social. Desse ponto de vista, a produção parecia ser o fim essencial, fim único de toda a atividade industrial; e sob certos aspectos, pode parecer que, para ser intensa a produção não tem nenhuma necessidade a ser regulamentada e, ao contrário, é melhor deixar as iniciativas individuais, os egoísmos particulares, a estimular-se e a enfebrecer-se mutuamente, em vez de procurar contê-los e moderá-los. A produção, todavia, não é tudo; e, se a indústria não pode ser produtiva senão mantendo, entre os

²⁷⁶ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 54/55

produtores, guerra crônica e descontentamento perpétuo, o mal que faz não tem compensação.²⁷⁷

Para superar a hegemonia liberal, Durkheim propunha então que, como todas outras dimensões da vida social, a economia deveria ser enquadrada em normas; não havia razão alguma que a fizesse mais privilegiada que outras funções. Amparado em sua teoria sociológica, ele argumentava que, como toda vida em comunidade necessitava de uma coesão, de elementos que integrassem os indivíduos entre si e com as demais atividades, também a economia não podia fugir a tal condição do ser social. Era necessário que a economia tivesse regras, para que pudesse desempenhar seu papel dentro da sociedade. Sem regras, os ganhos materiais não tinham sentido, pois não poderiam ser usufruídos a contento.

A **regulação** da economia não faria somente as pessoas terem acesso às benesses, ela também promoveria justiça sem abalos da ordem social. Era neste sentido que Durkheim afirmava que,

seguramente, é necessário que a concorrência seja atenuada, é urgente que uma regulamentação jurídica dos contratos proíba incontestáveis abusos. É necessário que os fracos, notadamente a mulher e a criança, sejam protegidos. Porém, para que tais resultados sejam obtidos, não é necessário subverter a organização econômica atual; pelo contrário, a destruição do capitalismo, se viesse a acontecer, não poderia senão torná-los impossível.²⁷⁸

Por esta perspectiva, o problema da economia não era o capitalismo em si, a acumulação e, conseqüentemente, a busca do lucro. O problema não era a concorrência provocada pelo mercado, pois que ela não induz necessariamente as pessoas à comportamentos beligerantes entre si. Não produz por si só a ruína e falência e, conseqüentemente, crises. Não produz riqueza e abundância para uns, miséria e escassez para outros. Por conseguinte, o problema não se encontrava nas diferenças sociais, na existência de classes, etc. O problema era, essencialmente, a ausência de **regulação** daquela esfera da vida social, a economia. À medida que esta falta fosse superada, as crises, as instabilidades e as insatisfações seriam, se não eliminadas, seguramente mitigadas.

²⁷⁷ Ibidem.

²⁷⁸ DURKHEIM, E. *Socialisme et Science Sociale*, op. cit., p. 241.

Mas, qual seria a natureza desta **regulação** da economia tão almejada por Durkheim? Ela não seria econômica, como acreditava Saint-Simon. De acordo com Durkheim, como se viu acima, tal regulação seria tirar o mais do menos, pois o controle da economia necessitava de uma instância coatora mais ampla que ela. Não poderia ser também de natureza política, como desejava o pensamento revolucionário socialista. Tal incapacidade decorria do fato da política não ser uma ação típica da sociedade industrial.

Para Durkheim, como já visto em algumas passagens, esta **regulação** seria de natureza essencialmente moral. Baseado em sua concepção sobre os fundamentos da vida social, ele acreditava que somente a moral poderia levar a ordem para o mundo econômico. Isto porque, como esclarecia,

a moral não pode ter uma autoridade objetiva a não ser que ela vise outra coisa que a felicidade ou aperfeiçoamento do indivíduo. Ela não é nada se ela não é uma disciplina social. O que ela exprime são as condições de existência das sociedades. Ora, estas condições não mudam de um dia para o outro; elas não dependem do capricho de cada um, mas resultam da própria natureza das coisas e se impõem a todos com uma força obrigatória. O economista não pode fazer abstração de tal força e eis porquê a economia política não se basta a si mesma e não pode abstrair-se da moral.²⁷⁹

Durkheim vinculava estreitamente a vida social à disciplina. Assim, não era possível a vida em comum na ausência de normas, regras, padrões de conduta, etc. Este ordenamento, por seu turno, não podia se autojustificar e realizar. Só podia ser posto e efetivado pela moral. Por conseguinte, na sua visão, a sociabilidade fundamentava-se na moral. Daí nascia a autoridade desta. Daí justificava-se a razão da economia só poder ser regulada por ela.

Contudo, fica em aberto a seguinte questão: quem levaria a cabo este processo de **regulação** da economia via moral?

3.1. Os Limites da Ação Estatal

A regulação da economia, sempre que colocada em questão, tende a ser associada à ação estatal. Em geral, pela própria característica que assume na modernidade, o Estado é

²⁷⁹ DURKHEIM, E. *Les Études de Science Sociale*, op. cit, p. 206/207.

visto como capaz de levar a efeito tal tarefa à medida que aparece como uma instância impessoal e neutra em relação à sociedade. Assim, como se encontra acima dos interesses particulares, ele poderia ordenar as iniciativas econômicas individuais.

Apesar de aceitar esta pretensa neutralidade do Estado²⁸⁰, advinda de sua especialização, Durkheim não tinha muita convicção no seu poder de regulação da economia. Se, por um lado, em poucos momentos ele manifestou alguma crença nesta solução, por outro, na maioria das vezes foi cético quanto sua eficácia.

Na constatação da situação de difusão da economia, como foi mostrado logo acima, pode-se perceber nas entrelinhas que Durkheim defendia que o Estado, como órgão regulador central, de algum modo interviesse na economia. Porém, além do parco poder jurídico, faltava-lhe um corpo de funcionários encarregado de exercer esta intervenção. Como regra geral, segundo ele, “o jogo regular e normal das funções industriais e comerciais [escapavam] ao conhecimento do Estado e, conseqüentemente, não [era] diretamente acionado por ele”.²⁸¹ Implicitamente, apesar da adversidade, admitia-se que era possível a ação estatal sobre aquela esfera da vida social.

Mas esta vinculação do Estado à economia, não decorria somente de uma necessidade momentânea, pela situação de crise ou instabilidade recorrente em que se vivia.

Ela também era possível, e desejável, em razão de Estado e economia serem de natureza homogênea. Além de material, como antecipado, Durkheim compreendia que a economia era também de caráter moral. Esta característica existia em razão da “solidariedade... ter um lugar na economia”, pois ela “é a própria condição da vida social”.²⁸² Noutras palavras, para ser uma função social, a economia necessitava que a solidariedade estivesse nela presente. Nesta perspectiva, a solidariedade era compreendida como condição *sine qua non* para a existência da vida social; esta só era possível porque aquela integrava e vinculava os indivíduos entre si. Mesmo presente em todo lugar e em toda época, a solidariedade exprimia-se “exteriormente por uma estrutura apropriada”. Segundo o sociólogo, o Estado era “uma destas estruturas. O Estado [era] a forma exterior

²⁸⁰ “Aliás, eles [o Estado e os indivíduos] são estreitamente solidários entre si no sentido que, mais fortemente o Estado se constituiu, mais alto ele se elevou acima dos indivíduos de todas as classes e de todas as procedências, mais também eles apareciam como sendo todos iguais em relação a eles”. DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 93/94.

²⁸¹ DURKHEIM, E. *Sur La Définition du Socialisme*, op. cit., p. 231.

²⁸² DURKHEIM, E. *Les Études de Science Sociale*, op. cit., p. 207.

visível da sociabilidade”.²⁸³ Assim, a despeito de suas particularidades, Estado e economia tinham a solidariedade por fundamento.

Partindo desta premissa, seria possível justificar porque o Estado deveria intervir na economia. Durkheim expressava tal convicção do seguinte modo:

o Estado desempenharia mal uma tarefa que não o interessasse [se a solidariedade só fosse vantajosa para o indivíduo]. Porém, se a solidariedade é antes de tudo uma condição de existência da sociedade, então a situação modifica-se. É o indivíduo que é incompetente; pois, não conhecendo do mundo senão o pequeno pedaço onde age, ele está mal localizado para julgar os interesses da comunidade. É ao Estado que compete este cuidado; e eis porque dissemos no início que a economia política não passa de uma ciência do Estado.²⁸⁴

Portanto, caberia ao Estado intervir no mercado porque, ao ultrapassar os estreitos horizontes particulares, ele zelaria pela solidariedade em nome do interesse coletivo. Tal intento poderia ser realizado utilizando-se como instrumento a economia política. Esta e seu objeto deixariam de ser, simultaneamente, autônomos e desvinculados do conjunto da vida social.

Mas esta concepção não se repetia com constância no texto durkheimiano. Na verdade, a defesa da intervenção estatal na economia era pontual. Em geral, parecia este órgão ser limitado para poder exercer algum tipo de regulação sobre o mercado.

A única exceção admitida por Durkheim, era relativa aos primórdios do que denominava de grande indústria. Esta, por ultrapassar os limites da cidade, por poder instalar-se em qualquer lugar e recrutar clientela em toda parte, exigiu que o Estado passasse a desempenhar o papel de regulação que outrora era desempenhado pelos ofícios urbanos. Naquele momento,

o poder real concede às manufaturas privilégios e, ao mesmo tempo, as submete a seu controle... É claro que essa tutela direta do Estado não era possível senão na medida em que as manufaturas ainda eram raras e pouco desenvolvidas.²⁸⁵

²⁸³ *Ibidem*, p. 212.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 208.

²⁸⁵ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 73.

Contudo, no momento seguinte, quando a grande indústria cresceu e tomou proporções nunca imaginadas, o Estado foi perdendo sua capacidade de intervenção na economia. Isto ocorreu, não acompanhado do encolhimento de sua máquina burocrático-administrativa, como desejavam os economistas, mas, paradoxalmente, no momento em que ela se agigantou e se tornou complexa.²⁸⁶

Não só a extensão da economia revelava a limitação do Estado nela intervir. As próprias características deste e suas funções, na concepção de Durkheim, mostravam também como a ele não cabia tal ação.

Para Durkheim, o Estado não nasceu de um contrato, de um pacto, da oposição entre as classes, etc. Ele foi o produto de um processo de diferenciação que ocorreu no seio da vida coletiva, resultando daí grupos secundários. Necessário ao ser social, o Estado surgiu como o órgão que passou a coordenar e orientar aqueles grupos. Solidários entre si, estes dois níveis formavam a sociedade política. Dentro desta, o Estado se sobressaía como “o órgão mais eminente”.²⁸⁷

Este papel de destaque do Estado, porém, não implicava que seu raio de ação fosse amplo. Muito pelo contrário, ele desempenhava funções precisas. Nele eram elaboradas “as representações e volições que envolvem a coletividade”. Durkheim alertava que tais representações não poderiam ser confundidas com a consciência coletiva, pois que esta era difusa ao longo do corpo social e só ecoava fracamente no Estado. Na realidade, segundo ele,

o Estado não é sede senão de uma consciência especial, restrita e, contudo, mais alta, mais clara, e com sentimento mais vivo de si mesma... O Estado é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações se distinguem das outras representações coletivas por grau mais alto de consciência e reflexão.²⁸⁸

²⁸⁶ “Quanto mais avançamos na história, mais vemos as funções do Estado multiplicar-se, ao mesmo tempo em que elas tornam-se as mais importantes... Não há um Estado onde o orçamento não cresça a olhos vistos. Os economistas vêem neste fenômeno um produto deplorável de verdadeira aberração lógica; e sofrem com a cegueira geral. Talvez, seria melhor considerar como regular e como normal uma tendência também universalmente irresistível”. *Ibidem*, p. 89/90.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 84.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 86/87.

Com esta definição, Durkheim visava mostrar claramente que o Estado não era um poder executivo, como comumente se acreditava ser. Ele não era um instrumento de intervenção. Antes pelo contrário,

toda vida do Estado propriamente dita se passa, não em ações exteriores, em movimentos, mas em deliberações, isto é, em representações. Dos movimentos, outros se encarregam, e são as administrações de toda espécie. Vemos que a diferença que há entre elas e o Estado são a mesma que separa o sistema muscular do sistema nervoso central.²⁸⁹

Por esta perspectiva, o Estado nada executava, sendo tão somente de natureza deliberativa, formulador de representações. Ele dirigia a sociedade, não a partir de ações, mas sugerindo e indicando o caminho mais adequado a ser seguido. Não fazia parte de suas funções atuar diretamente sobre a realidade; quando muito, isto era feito indiretamente.²⁹⁰

Assim, de tudo que foi dito, pode-se enunciar a seguinte conclusão: em Durkheim, a incapacidade do Estado em intervir na economia decorria da distância que separava o primeiro da segunda. Esta distância ocorria de duas maneiras, material e funcionalmente. No primeiro caso, materialmente, ela era resultante da vastidão das funções econômicas, que fugiam à compreensão e tornavam-se inalcançáveis ao Estado, mesmo este estando em processo de crescimento. No segundo, funcionalmente, ela decorria do fato do Estado ser, de modo preponderante, deliberativo, o que não proporcionava a este mecanismo algum de ligação com a economia.

Esta distância mostrava-se intransponível; dia-a-dia a capacidade de regulação e intervenção do Estado diminuía. Quanto mais a economia se desenvolvia, menos os poderes públicos podiam “desempenhar esse papel moderador”.²⁹¹ Cada vez menos o Estado podia gerir o mercado, a indústria, etc., “em razão do distanciamento das coisas materiais”.²⁹²

Em face disto, Durkheim estava convencido que dificilmente originar-se-ia no Estado as medidas e ações no sentido de superar as crises periódicas que ocorriam no

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 87.

²⁹⁰ Em Durkheim, como lembra Georges Davy, o Estado só seria executivo “indiretamente e por procuração dada a sua administração”. DAVY, G. *Introduction in DURKHEIM, E. Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 33.

²⁹¹ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 62/63.

²⁹² DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 229/230.

mundo econômico e que, sobretudo, abalavam a sociedade. Para que a anomia cessasse, por exemplo,

é preciso assim que exista, ou se forme, um grupo onde se possa constituir o sistema de normas que atualmente falta. Nem a sociedade política no seu conjunto, nem o Estado, podem evidentemente cumprir esta função; a vida econômica, porque é muito especial e se especializa cada dia mais, escapa à sua competência e à sua ação.²⁹³

Assim, em razão da distância onde se encontrava, o Estado não apresentava condições de estabelecer normas que fossem capaz de regular a economia. A eliminação do estado de anarquia desta só podia nascer de algum elemento que lhe fosse próximo, que tivesse o efetivo conhecimento de suas estruturas e modo de funcionamento; como se verá mais à frente, este elemento era a corporação profissional.

Durkheim também avaliava que, caso buscasse superar a distância que o separava da economia, mesmo assim, o Estado não seria capaz de regulá-la, antes pelo contrário. De fato, enquanto cérebro social, muitas vezes o Estado tentava “cumprir e desempenhar as funções reguladoras da vida econômica”. Porém, alertava, “ele [era] impróprio e sua intervenção, quando ela não [era] simplesmente impotente, [causava] perturbações de outra natureza”.²⁹⁴

Apesar de contundente, esta avaliação era muito genérica, o que não possibilita saber que perturbações o Estado provocava ao intervir na economia. Aspecto nem sempre obscuro na obra do autor. Na resenha que fez do livro de Alfred Fouillée, por exemplo, Durkheim foi esclarecedor. Segundo ele, contestando as propostas socialistas do autor,

todas estas reformas [acabar com o monopólio da propriedade fundiária e diminuir a renda do capital mobiliário] não diminuiriam a desigualdade das fortunas. Tudo o que haveria de mudança é que o Estado viria a lançar-se na disputa dos lucros e perturbar o jogo regular do mecanismo social. Ele falsificaria os impulsos naturais sem os substituir. Talvez conseguisse abrandar o ritmo da máquina, mas não a aperfeiçoaria.²⁹⁵

²⁹³ DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. VI.

²⁹⁴ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 68. Na seqüência do texto, Durkheim não esclarecia que tipos perturbações seriam essas.

²⁹⁵ DURKHEIM, E. *Propriété Sociale et Démocratie* in *La Science Sociale et L'action*, op. cit., p. 181.

Nesta passagem, Durkheim elucidava bem sua posição. Para ele, a economia, enquanto mecanismo social, teria uma lógica própria, objetiva, que funcionava automaticamente. Tal fato implicava, de antemão, que qualquer intervenção, inclusive a do Estado, deformaria sua natureza de ser. O que explicava porque a ação estatal não era capaz de solucionar em definitivo as instabilidades contínuas daquela parte da vida social. Explicava também porque a proposta socialista de cancelar a ordem econômica, na sua visão, era destituída de bases científicas.

A limitação do Estado, contudo, não ocorria somente na regulação direta da economia. A partir de sua reflexão teórica, Durkheim julgava também que ele não tinha competência para resolver a questão social resultante das periódicas crises industriais, comerciais e financeiras. Do ponto de vista legislativo, por exemplo,

os princípios gerais do contrato de trabalho, da retribuição aos assalariados, da salubridade industrial, de tudo no que concerne ao trabalho das crianças, das mulheres, etc., têm necessidade de serem diversificados segundo as indústrias, e o Estado é incapaz desta diversificação.²⁹⁶

Neste diagnóstico pode-se depreender que, para Durkheim, o Estado era incapaz de produzir uma legislação social em virtude da diversidade do mundo industrial. Na sua visão, que expressava como algo natural, isto ocorria porque o Estado já se encontrava sobrecarregado de funções diversas e muito distantes dos indivíduos. No entanto, havia aí um outro ponto da questão social subentendido. Se diversos aspectos do contrato de trabalho tinham de variar conforme a indústria, então ele não admitia o estabelecimento de um direito universal para os trabalhadores.

Contudo, Durkheim não questionava somente a ação do Estado sobre a economia via legislação trabalhista. Ele colocava também em dúvida a eficácia de toda política de bem-estar social. Esta não eliminaria em nada as insatisfações dos trabalhadores e, conseqüentemente, as instabilidades do mundo econômico.

Assim, ao contrário do que vaticina Giddens²⁹⁷, Durkheim era cético quanto aos resultados dos programas de assistência social que estavam em desenvolvimento em quase

²⁹⁶ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 77.

²⁹⁷ Segundo este autor, para reorganizar a sociedade, sem que fosse necessária uma revolução, “Durkheim reconhece ainda a necessidade da aplicação de programas de assistência social e outras medidas tendentes a

todos os países da Europa. Parecia-lhe limitada tal ação em virtude dela se voltar somente para a situação da classe trabalhadora. O grande erro, segundo ele, era crer

que o que há de mais urgente e de mais útil é aliviar a miséria dos operários, de os compensar com presentes e benevolências legais o que há de triste em suas condições. Estamos prestes a multiplicar as pensões, as subvenções de todo tipo, a estender o máximo possível a abrangência da caridade pública, a fazer leis para proteger a saúde dos operários, etc., a fim de restringir a diferença que separa as duas classes, a fim de diminuir a desigualdade.²⁹⁸

Agindo assim, avaliava Durkheim, tomava-se o secundário como principal e, por conseguinte, não era restituída a paz à economia. Isto porque

não somente se passa ao largo do fim que se deveria ter em vista, mas também aquilo a que se propôs não pode ser atingido pela via que se segue. Pois, por bom que fosse criado privilégios para os trabalhadores, que neutralizassem em parte aqueles dos quais gozam os patrões; que bom que fosse reduzida a jornada de trabalho, mesmo elevando legalmente os salários, não se conseguirá acalmar os apetites excitados, porque eles tomarão novas forças à medida que se os acalmará.²⁹⁹

Aqui, Durkheim justificava que o Estado deveria desincumbir-se das políticas sociais, pois que as mesmas não conseguiriam aplacar as insatisfações dos trabalhadores. A simples melhoria de suas condições de vida não restabeleceria a ordem social. Ao contrário do que defendia o socialismo, particularmente sua versão social-democrata que estava em formação, reformas sociais não arrefeceriam os conflitos de classe e não conduziriam a sociedade à uma nova era.

Na verdade, não seria por meio de ações materiais que se resolveria a questão social. De acordo com Durkheim, como em outras dimensões da economia, a solução era, antes de tudo, de ordem moral.³⁰⁰ Sem dúvida, a moral não era estranha ao Estado, pois que o

melhorar as condições materiais da vida dos pobres. Tudo isso só se torna possível, diz Durkheim, mediante uma regulamentação da economia". GIDDENS, A. **Capitalism & Modern Social Theory**, Cambridge University Press, 2002, p. 99.

²⁹⁸ DURKHEIM, E. **Le Socialisme**, op. cit., p. 84.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 85.

³⁰⁰ "... As teorias denominadas socialistas são essencialmente relativas a esta esfera especial da vida coletiva que se chama vida econômica. Isto não quer dizer que a questão social seja uma questão de salários; ao contrário, nós somos daqueles que pensam que ela é, antes de tudo, moral. Só que as transformações morais a

mesmo era sua encarnação maior. O problema encontrava-se no seu raio de ação que não conseguia alcançar a economia.

3.2. A Moral Como Fundamento da Sociabilidade

A partir dos elementos que foram antecipados, é possível com segurança afirmar que, para Durkheim, a sociedade não tinha origem na dimensão material ou em quaisquer outros aspectos semelhantes. Seguindo a perspectiva kantiana³⁰¹, ele identificou a sociabilidade nascendo e se desenvolvendo a partir da moral.³⁰² Os vínculos entre os indivíduos, a solidariedade social, as normas e os padrões de conduta que lhes orientavam, etc., fundamentavam-se em valores que são compartilhados por eles e impostos por uma determinada consciência social (coletiva ou comum). Segundo Durkheim, isto era o que tornava possível a vida social, pois esta só acontecia porque há um ordenamento **moral** que arranca e faz o homem se diferenciar do reino animal³⁰³.

que o socialismo aspira dependem de transformações na organização econômica; mais adiante indicaremos como as primeiras se ligam às segundas”. DURKHEIM, E. *Sur La Définition du Socialisme*, op. cit., p. 230.

³⁰¹ “Desde logo percebemos que Durkheim se situa no espaço desenhado pela imbricação do positivismo e do kantismo. De Comte, se não adota a concepção da história e do progresso, nos termos formulados pelo filósofo, por certo não deixa de tomar a doutrina da ciência e do fenômeno em geral; **de Kant aprende a situar o fenômeno social no obscuro plano da moralidade**”. (Grifo nosso). GIANNOTTI, José A. *A sociedade como técnica da razão: um ensaio sobre Durkheim* in **Exercícios De Filosofia**, 3ª edição, Petrópolis, Editora Vozes/CEBRAP, 1980, p. 45. De fato, Durkheim admite que seguiu de perto a visão kantiana, particularmente uma parte do seu conceito de moral. Contudo, ele se afasta de Kant pelo menos em dois aspectos. Primeiro, para definir a moral, além da noção de **dever**, Durkheim acrescentou a noção de **desiderabilidade**, algo ausente nos textos kantianos. DURKHEIM, E. *Sociologie et Philosophie*, 2ª édition, Paris, Quadrige/PUF, 2002, p. 63. Segundo que, ao contrário da concepção transcendental de Kant, Durkheim compreendeu a moral como um fato objetivo. DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 335.

³⁰² Esta concepção Durkheim a defende por toda sua obra. N’**As Regras do Método Sociológico**, por exemplo, ele afirma: “Com efeito, quando se quer conhecer a maneira como uma sociedade é dividida politicamente, como se compõem essas divisões, a fusão mais ou menos completa que existe entre elas, **não é com a ajuda de uma inspeção material** e por observações geográficas que podemos consegui-lo. **Mesmo quando têm uma base qualquer de natureza física, essas divisões são também morais**”. (Grifo nosso). DURKHEIM, E. *Les Règles de la Méthode Sociologique*, op. cit. p. 13.

³⁰³ DURKHEIM, E. *Le Suicide*, op. cit. pp 226/227.

- A Moral e a Sociabilidade

Em Durkheim, a vida social nunca pode ser pensada desprovida e independente de qualquer moral. Melhor, não há sociedade sem moral. Nas suas reflexões, ao longo de toda sua obra, as duas sempre aparecem estreitamente associadas, uma pressupondo a outra.

De onde provinha, segundo Durkheim, esta capacidade da moral em poder fundar a vida social?

Antes de responder tal questão, Durkheim ressaltava alguns aspectos da moral com os quais seus contemporâneos concordavam. Um deles referia-se a que tipo de ato podia ser qualificado de moral. Segundo ele, nunca um ato definido como moral teve o interesse individual como referência. O outro dizia respeito ao aspecto de que, se o que o indivíduo era não constituía uma finalidade que tinha “*por si mesma* uma característica moral”, o mesmo ocorria necessariamente com os outros indivíduos que eram seus semelhantes. O que lhe permitia concluir:

se existe uma moral, ela não pode ter por objetivo senão o grupo formado por uma pluralidade de indivíduos associados, isto é, a sociedade, com a condição, entretanto, que ela possa ser considerada como uma personalidade qualitativamente diferente das personalidades individuais que a compõem.³⁰⁴

Diferente da concepção spenceriana, que associava a moral aos móveis egóicos do indivíduo, Durkheim vinculava a moral aos grupos que os indivíduos formavam, mas que diferiam destes últimos. Noutras palavras: a moral só podia existir quando havia vida em comum entre os indivíduos.

Mas, para ter esta capacidade de aglutinar e articular os indivíduos entre si, a moral possuía determinadas características. Por um lado, segundo Durkheim, a moral podia ser definida como um conjunto de regras de conduta. Diferentes de outras, estas regras, quando violadas, implicavam sanções para os seus transgressores. Donde decorria a primeira característica da moral: ela era obrigatória. Por outro, aquelas regras não podiam somente pressupor obrigação, elas tinham que significar algo para quem as seguia. Elas necessitavam que seus fins fossem desejados e desejáveis. Donde a segunda característica

³⁰⁴ DURKHEIM, E. *Sociologie et Philosophie*, op. cit., p. 52.

da moral: desiderabilidade.³⁰⁵ Esta segunda característica, de certa forma, encontrava-se implícita na primeira.

A chave de tal segredo encontrava-se no caráter obrigatório da moral. A noção de dever, segundo ele, era impossível quando referida ao indivíduo isolado, na sua relação consigo mesmo. Ela estava implicada na relação de um indivíduo para com outrem; ou seja, o dever se estabelecia em relação à outras consciências.³⁰⁶ Tal relação, conseqüentemente, tendia a tecer vínculos entre os indivíduos. Eis as condições para a existência do ser social: sempre que o indivíduo segue regras de condutas ele sempre o faz tendo como referência outro indivíduo ou indivíduos e não a si mesmo.

O caráter socializador da moral podia ser revelado por outro ângulo. Durkheim mostrava, por exemplo, que a consciência moral nunca considerou como moral um ato que tivesse como objetivo o indivíduo ou os indivíduos em si. Segundo ele, “se cada indivíduo, considerado isoladamente, é incapaz de comunicar valor moral à conduta, isto é, se ele não tem valor moral *de per se*, uma soma numérica de indivíduos não poderia da mesma forma tê-lo”.³⁰⁷ Ou seja, a moral nunca é de natureza egóica; nem diz respeito a um indivíduo, nem muito menos a vários indivíduos.³⁰⁸ Ela só existe *nas* e *com* as relações que eles estabelecem entre si; melhor, a relação entre os indivíduos só pode ocorrer na sua presença.

Era nesta característica da moral que Durkheim identificava a origem do ser social. Este só podia existir a partir do momento em que os indivíduos agiam orientados por regras de conduta. Isto porque, como enfatizava,

se apenas podemos estar ligados pelo dever a sujeitos conscientes, agora que eliminamos todos os sujeitos individuais, não nos resta outro objetivo possível para atividade moral do que o sujeito *sui generis*

³⁰⁵ “Nunca houve ato que fosse realizado puramente pelo dever; foi sempre necessariamente que de alguma maneira aparecesse como bom. Inversamente, não há provavelmente aqueles que sejam puramente desejáveis, pois exigem sempre algum esforço”. Ibidem, p. 64/65.

³⁰⁶ “Não temos deveres senão em relação a consciências; todos os nossos deveres dirigem-se a pessoas morais, a seres pensantes.” Ibidem, p. 71.

³⁰⁷ Ibidem, p. 73.

³⁰⁸ Em Durkheim, como observa Giannotti, “a moral centrada no egoísmo é, contudo, de refutação fácil. Não resta pois senão a individualidade alheia. Mas o que não concedo a mim não devo conceder aos outros, de forma que não cabe interpretar essa individualidade alheia como a singularidade de cada homem isolado. Desde que ninguém logra comunicar valor moral à sua própria conduta, sem ao menos referi-la a uma regra geral, não há porque fazer a moralidade nascer das somas das condutas individuais”. GIANNOTTI, José A., op. cit., p. 54.

formado pela pluralidade de sujeitos individuais associados de maneira a formar um grupo; resta apenas o sujeito coletivo.³⁰⁹

Assim, inextricavelmente, à medida que ultrapassava as individualidades, a sociedade pressupunha a moral para sua existência. Somente esta criava os laços de coesão e de solidariedade entre os indivíduos.

Nesta reflexão durkheimiana acerca da moral, pode-se ainda detectar aspectos não menos importantes. Na sua perspectiva, por exemplo, a moral não criava a sociedade por si mesma. Ela, à medida que estabelecia os vínculo entre os indivíduos, também criava no homem um sentimento de “que ele não [era] um todo, mas parte de um todo”.³¹⁰ Neste sentido, a coesão que originava a sociedade só era possível em razão do sentimento de pertencimento desenvolvido nos indivíduos, que, por sua vez, só existia por causa da moral.

Outro aspecto que se pode depreender sobre a moral é a sua influência na dinâmica da relação entre os indivíduos e a sociedade. Para Durkheim, como se viu, a sociedade era a finalidade eminente de toda a atividade moral. Tal concepção implicava que, ao mesmo tempo, a sociedade ultrapassava as consciências individuais e lhes era imanente. Esta natureza ubíqua da sociedade acabava por revesti-la de uma autoridade moral que impunha respeito.³¹¹ Desta forma, ela era maior que os indivíduos não só do ponto de vista material, mas qualitativamente à medida que era a expressão máxima da moral.

Esta capacidade de revestir a sociedade de autoridade, do ponto de vista de Durkheim, não fazia da moral um elemento inerte. Mais especificamente, não significava que ela saía de cena. Muito pelo contrário. Para ele, a moral

não é nada se ela não é uma disciplina social. O que ela exprime são as condições da existência das sociedades. Ora, estas condições não mudam de um dia para outro; elas não dependem do capricho de cada um, mas resultam da própria natureza das coisas e se impõem a todos com uma força obrigatória.³¹²

O que significava dizer que a moral não era sem ação. Como condição da existência da sociedade, a moral era posta pelo autor como instrumento de disciplinamento

³⁰⁹ DURKHEIM, E. *Sociologie et Philosophie*, op. cit., p. 73/74.

³¹⁰ DURKHEIM, E. *La Science Positive de La Morale en Allemagne*, op. cit., p. 326.

³¹¹ DURKHEIM, E. *Sociologie et Philosophie*, op. cit., p. 77.

³¹² DURKHEIM, E. *Les Études de Science Sociale*, op. cit., p. 206/207.

imprescindível. Ela era que punha os padrões de conduta, as normas, as regras, sem as quais era inviável o convívio coletivo entre os indivíduos. Além disso, nesta passagem identificava-se na moral o elemento responsável pela perenidade da sociedade.

Em síntese. Para Durkheim, como a moral era fundamento e condição da vida social, todos os aspectos relativos à esta eram incompreensíveis prescindindo-se daquela. Da família à religião, da política à economia, em todas as esferas e instâncias indistintamente, a moral era sempre colocada como o elemento primário, tanto de estruturação como de funcionamento. Era também o princípio explicativo e meio de solução dos problemas que porventura surgissem no interior da sociedade.

- O Progresso Econômico Como Exemplo

A posição de Durkheim frente ao progresso econômico foi exemplar neste sentido. Ele se propôs a desenvolver uma reflexão que, como mencionado acima, prescindia do aspecto material e priorizava a moral como elemento central.

Para desenvolver tal abordagem, como no caso da função da divisão do trabalho, ele teve que se confrontar com as explicações usuais. De modo geral, como argumenta Pizzorno, se para os economistas, por exemplo, “a divisão do trabalho era um fato que podia explicar o funcionamento do sistema, tornava-se, para Durkheim, o fato que convinha explicar e julgar em sua significação moral”.³¹³ Assim, de posição central, o aspecto material passava a segundo plano, quando não a elemento decorrente; a moral era posta como o principal fator explicativo.

Além da economia política, Durkheim teve também de refutar os utilitaristas (Spencer, por exemplo). Estas duas vertentes partiam da premissa de que o progresso da divisão do trabalho ocorria em virtude do homem buscar o aumento da felicidade por meio da abundância. Numa palavra, o crescimento da riqueza – resultado da divisão do trabalho – tornaria o homem mais feliz. Segundo Durkheim, o problema dessa abordagem era que ela desprezava a dimensão social (moral) e valorizava uma concepção fundada no indivíduo, na sua dimensão psicológica. O que o levava a fazer a seguinte observação

³¹³ PIZZORNO, A. *Uma leitura atual de Durkheim*, op. cit. p. 50.

crítica: “em lugar de ser causa determinante, a sociedade seria apenas o meio pelo qual ela se realiza, a matéria necessária à organização do trabalho dividido”.³¹⁴

Contudo, juntamente com a crítica ao reducionismo psicológico, a tese da divisão do trabalho fundar-se na busca da felicidade podia também ser contestada historicamente, como se observa na reflexão de Durkheim.

Ao longo da história, por exemplo, a cada etapa da sociedade o ser humano estabelece um padrão moral de necessidade e, conseqüentemente, de felicidade. Esta, assim, não é aleatória e/ou indeterminada. Pelo contrário, ela é limitada por determinados parâmetros de realização, de prazer, os quais são compartilhados coletivamente.

Para Durkheim, isso mostrava que a felicidade não podia ser identificada como móbil do progresso da divisão do trabalho. Ao alcançar um determinado patamar de satisfação, que corresponderia plenamente aos anseios de uma época, o ser humano não teria mais razões para progredir. As condições existentes bastariam. Inexoravelmente isto implicaria que, ao invés de um contínuo desenvolvimento, a divisão do trabalho estagnaria.³¹⁵

Esse obstáculo da felicidade ao progresso, o que tornava questionável sua validade explicativa, não era único. Havia um outro correlato a esse.

Durkheim argumentava que, se em todos os períodos de sua história as nossas necessidades têm limites estabelecidos, que a felicidade ocorre dentro desse contexto, então toda mudança – progresso – significa romper esses limites. Esta ruptura, a substituição de uma realidade por outra que nos realiza mais, não se faz sem provocar abalos. Pelo contrário, ela caracteriza-se por uma desestabilização da realidade, gerando angústia e mal-estar.

Assim, a mudança promovida pelo progresso, em vez de significar felicidade, era sinônimo de sofrimento.

Para que isso não acontecesse, seria necessária uma mudança concomitante aos padrões de felicidade.³¹⁶ No entanto, isto é impossível. A satisfação com novas

³¹⁴ DURKHEIM, E. *De la Division Du Travail Social*, op. cit., p. 212.

³¹⁵ “Um desenvolvimento moderado teria bastado para assegurar aos indivíduos toda a soma de prazeres de que são capazes. A humanidade teria rapidamente atingido um estado estacionário de onde não teria saído”. *Ibidem*, pp. 215/216.

³¹⁶ “Para que a necessidade de uma maior felicidade pudesse explicar o desenvolvimento da divisão do trabalho, teria sido preciso, portanto, que ela tivesse sido também a causa das transformações que

necessidades e, por conseguinte, a felicidade identificada num novo patamar, só seria possível para as gerações posteriores. Assim, a felicidade pode até ser resultado, mas nunca elemento motor do progresso.

Mas, se a felicidade não é o móbil do progresso, esse, à medida que se aprofunda, não garante o aumento dela. Dito de outro modo: um intenso desenvolvimento econômico não implica necessariamente numa maior felicidade para o homem. Segundo Durkheim, “nada [era] mais duvidoso” que esta crença.

Para ele, numa perspectiva que não venerava o progresso, os fatos demonstravam o contrário. Apesar da denominação parecer pejorativa, a comparação que estabelecia entre os povos selvagens e os povos civilizados era desfavorável para estes últimos. Paradoxalmente, esses, à medida que tinham mais opções de prazer, estavam mais expostos aos sofrimentos. Em contrapartida, as poucas opções dos povos selvagens poupavam-lhes dos aborrecimentos da vida contemporânea.

Por isso, Durkheim contestava a idéia de que nos povos civilizados a vida mais variada garantiria o prazer. Diversamente argumentava que

... ao mesmo tempo que traz uma maior mobilidade, a civilização traz também consigo mais uniformidade, pois foi ela que impôs ao homem o trabalho monótono e contínuo. O selvagem vai de uma ocupação a outra, segundo as circunstâncias e as necessidades que o impõem; o homem civilizado entrega-se por completo a uma tarefa, que é sempre a mesma e que oferece tanto menos variedade quanto mais restrita for.³¹⁷

Assim, enquanto os poucos recursos, as poucas condições materiais obrigavam os selvagens a agirem em diversas áreas, a diversidade propiciada pelo progresso obriga os homens civilizados a se fecharem numa única tarefa, a se tornarem unilaterais. Neste sentido, a variedade de opções, apesar de decorrer de uma realidade mais rica, não garante por si só a realização do indivíduo. Ou seja, há um preço a pagar pelo progresso. Segundo Durkheim, “se somos sensíveis a mais prazeres, também o somos a mais dores”.³¹⁸

progressivamente se realizaram na natureza humana, bem como teria sido preciso que os homens se tivessem transformado a fim de tornarem mais felizes”. Ibidem, pp. 219/220.

³¹⁷ Ibidem, p. 221.

³¹⁸ Ibidem, p. 222.

Esta maior vulnerabilidade à dor ele tentou provar com um fato objetivo da sociedade moderna. A experiência cotidiana mostrava que o gosto pela vida, a ojeriza à morte, o desejo à felicidade, etc., sempre foram sentimentos que prevaleceram na realidade social. Porém eles foram abalados com o advento do vertiginoso progresso econômico do século XIX. Contrastando com esses sentimentos, como mostrado mais acima, foi crescendo de forma vigorosa o número de suicídios.

Para Durkheim, tal fenômeno fornecia um referencial que permitia avaliar que, *pari passu*, aumentava a infelicidade e diminuía o instinto de esperança das pessoas. Na verdade, o suicídio apresentava-se em estado endêmico nos povos civilizados. De acordo com dados que dispunha, o número de suicídios havia triplicado entre 1821 e 1880.³¹⁹

Nos países mais desenvolvidos economicamente, ao longo do século XIX, esta tendência apresentou-se de forma consistente. Segundo nosso autor, ela podia ser mais rápida ou mais lenta segundo as regiões, mas não havia exceções. Esta realidade atestava a existência de um fenômeno que estava ligado, “não a estas ou àquelas circunstâncias, locais particulares, mas a um estado geral do meio social”.³²⁰

Ao não identificar o progresso com a felicidade, a reflexão de Durkheim evidenciava dois aspectos.

Primeiro, apesar da primeira impressão que causa, parece que ele não queria cair numa visão romântica, condenando o progresso em si. Este ele considerava como algo que, a partir de certas condições, tinha se processado de modo natural na vida do homem. Na verdade, ao relacionar o progresso com um certo mal-estar social, desejava reforçar sua reconceituação da divisão do trabalho, que enfatizava como *principal função a criação de um sentimento de solidariedade*. Pois, antes do aumento da riqueza, que nem sempre é benéfico, era necessária garantir a existência da vida social.³²¹

Segundo, Durkheim não compartilhava do otimismo generalizado que havia no século XIX em relação ao progresso. Coerente com o seu *método sociológico*, ele não

³¹⁹ Ibidem, p. 227.

³²⁰ Ibidem, p. 229.

³²¹ “Na realidade, o progresso econômico limita-se a satisfazer as necessidades que ele mesmo criou ou intensificou. Apenas repara as perdas que causa. Durkheim deriva daí sua demonstração de que os progressos da divisão do trabalho devem ter outra função, a de fundamentar a solidariedade”. PIZZORNO, A. *Uma leitura atual de Durkheim*, op. cit., p. 62.

valorava positivamente este fenômeno social³²²; nem muito menos negativamente. Ele o tratava de forma objetiva, como algo natural.

De certo modo, isto explica porque Durkheim formulou uma explicação sobre as *causas* do progresso da divisão do trabalho diferente das que até então existiam. Estas lhe pareciam destituídas de cientificidade, pois que, ao invés de partirem do fenômeno, de o tratarem objetivamente, tomaram como objeto preceitos subjetivos.

A formulação teórica proposta por Durkheim partia de uma condição que avaliava imprescindível: o declínio da sociedade segmentar. O reduzido tamanho desta, sua baixa população, a pouca diferenciação interna que apresentava, etc., eram obstáculos objetivos para o surgimento e o posterior progresso da divisão do trabalho. Neste tipo de sociedade, seus membros bastavam-se a si mesmos.

O surgimento da sociedade polissegmentar modificou esta realidade. Ela aproximou indivíduos de origens, hábitos, etc., deferentes, que antes viviam separados. Os vínculos que daí surgiram criaram uma *densidade moral*, a qual os fez sentirem-se obrigados a preencher as lacunas que existiam entre os antigos segmentos. Isto levou os indivíduos a procurarem atividades distintas, originando assim a divisão do trabalho.

Tomando esta explicação como premissa, Durkheim salientava duas conseqüências. Por um lado, agindo de forma retroativa, o progresso da divisão do trabalho acelerou o fim da sociedade segmentar. Por outro, como conseqüência, quanto maior o número de indivíduos em contato entre si, maior o desenvolvimento da divisão do trabalho. Donde ele concluía: “se convencionarmos chamar densidade dinâmica ou moral a esta aproximação e à intimidade ativa que daí resulta, podemos dizer que os progressos da divisão do trabalho estão na razão direta da densidade moral ou dinâmica da sociedade”.³²³

Contudo, esta explicação era incompleta. Resta responder a seguinte questão: por que a crescente densidade moral produz um aumento da divisão do trabalho? Durkheim respondia dizendo que isto acontecia em razão da luta pela vida ser mais intensa.

³²² “... Segundo a palavra de Pascal, a felicidade do homem não é a da mulher, a das sociedades inferiores não poderá ser a nossa, e reciprocamente. Contudo, uma não é maior do que a outra. Pois, só se pode medir-lhe a intensidade relativa pela força com que ela nos liga à vida em geral e ao nosso gênero de vida em particular. Ora, os povos mais primitivos agarram-se tanto à existência e à sua existência como nós à nossa. **Não há portanto nenhuma relação entre as variações da felicidade e os progressos da divisão do trabalho**”. (Grifo nosso). DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. 230.

³²³ *Ibidem*, p. 238. Este processo, segundo Durkheim, poderia ocorrer de três maneiras: concentração da população, formação e desenvolvimento das cidades e pelo número e rapidez das vias de comunicação e de transmissão.

Este argumento seguia em parte a seguinte premissa teórica darwiniana: quanto mais iguais entre si são dois organismos, frente à escassez de recursos, maior a competição entre eles. Em contrapartida, avaliava que, se frente à escassez de recursos ocorresse um aumento do contato entre comunidades ou indivíduos indiferenciados, isto implicaria num aumento de competição entre eles, a qual se resolveria mediante a divisão do trabalho. Assim, a luta pela vida teria um resultado suavizado, já que os rivais não necessitariam de eliminar um ao outro.³²⁴

A partir desta sintética apresentação, vemos que Durkheim apreendia o progresso como um fenômeno que só podia ser entendido e explicado a partir da moral. Por isso suas causas eram identificadas não na ambição, no egoísmo, no desejo de acumular, etc., mas nos fatores “sociais independentes da vontade individual do homem”.³²⁵

3.3. A (Re) Moralização da Economia

A avaliação que Durkheim fez do estado da economia, como visto acima, foi toda ela fundamentada nesta compreensão da moral. Distanciando-se dos socialistas, a crise que grassava naquela função social, para ele, não podia ser explicada a partir de aspectos materiais em si, como baixos salários, redução do lucro, falências, etc. Na verdade, estes aspectos eram a expressão de algo mais profundo. Eles resultavam do estado de desregramento (moral) em que se encontrava a economia como um todo.

Para Durkheim, nem sempre a economia foi uma dimensão desregulamentada. Antes pelo contrário. Até a Idade Média, algo já mostrado anteriormente, em virtude das atividades produtivas e os mercados serem locais, todos os aspectos eram regrados. O problema surgiu quando a produção e o mercado se expandiram. Neste momento, as atividades econômicas não foram acompanhadas de novos valores capazes de regulamentá-las, tornando assim as crises recorrentes.

A solução que Durkheim vislumbrava tinha como referência à sociedade anterior. Não que ele desejasse fazer retroceder a sociedade industrial à Idade Média. Isto não

³²⁴ Ibidem, p. 253.

³²⁵ LUKES, S. *Émile Durkheim, Su Vida y Su Obra*, op. cit., p. 168.

procedia nem era viável. Na realidade, sua proposta era retomar as premissas que no passado fizeram funcionar as atividades econômicas de forma regular e estável. Para isto, era imprescindível levar a efeito um processo de (re) moralização.

- A Regulação Moral

A defesa deste processo de (re) moralização aparecia em sua obra, direta ou indiretamente, sempre que se referia a situação em que a economia se encontrava. Em quase todos os casos, ele não só relacionou esta esfera da vida social com a moral, como insistia na necessidade de investir esta última sobre a primeira. Assim, para Durkheim, o ordenamento da economia ocorreria por meio de uma regulação moral.

De antemão, para que tal regulação fosse alcançada, urgia romper com a visão econômica que nascera e se tornara hegemônica com a grande indústria, segundo a qual todo e qualquer controle das funções econômicas era funesto e retrógrado. As regras e as normas que regulavam a economia, segundo aquela visão, eram típicas da sociedade anterior; por conseguinte, inadequadas à sociedade industrial. Assim, ela rejeitava tanto as regras existentes como quaisquer outras que viessem a ser estabelecidas. Em princípio, Durkheim não discordava sobre a caducidade das normas medievais em relação à economia moderna. Porém, ele argumentava que disto não se podia inferir que toda regulação fosse “doravante sem razão de ser”. Pelo contrário,

podê-se muito bem convir que a transformação atualmente necessária consiste, não em suprimir toda subordinação, mas substituir aquela que existia por uma outra; não fazer dos interesses industriais um tipo absoluto além do qual não há mais nada e que nada, por consequência, não limita, mas limitá-los de um outra maneira e num outro espírito que o de outrora.³²⁶

Para Durkheim, tal transformação era imprescindível para que as funções econômicas pudessem funcionar harmoniosamente e se mantivessem afastadas das crises periódicas. Para que isto se realizasse de modo efetivo, ele enfatizava que aquelas funções deveriam

³²⁶ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*. op. cit., p. 223.

ser subordinadas à “forças morais que as ultrapassassem, as contivessem e as regulassem”.³²⁷

A partir desta premissa, Durkheim desenvolveu toda uma reflexão que foi capaz de explicar os interesses egoístas e arrivistas dos indivíduos modernos, os quais expressavam o estado anárquico em que a economia se encontrava.

A reflexão de Durkheim contrastou com as demais. A insaciabilidade sem fim, numa vertente, era explicada pelos economistas como algo natural à personalidade humana; noutra, o marxismo explicava como intrínseca ao processo de acumulação do capital. Nenhuma das duas perspectivas estavam presentes na explicação de Durkheim. Para ele, o *sempre querer mais* dos indivíduos era um sinal de morbidade, não deles em si, mas do ser social em que estavam inseridos.

Como então poderia ser superada esta angustiada situação em que as pessoas viviam? Para Durkheim, nos animais, as necessidades eram limitadas pelos instintos, algo que não ocorria mais com o ser humano; exceção, talvez, no ato de se alimentar. Ele argumentava que, no homem, nem na sua constituição orgânica, nem na psicológica, não se encontrava nada que limitasse a busca por bem-estar, conforto, luxo, etc. Na realidade, segundo ele,

o funcionamento da vida individual não exige que eles [os apetites] se fixem aqui antes de lá, que eles se contemham com poucas despesas ou não; a prova é que elas não fizeram senão desenvolver-se no curso da história, que satisfações sempre mais completas foram alcançadas e que, contudo, a saúde média melhorou... Mas se não há nada no interior do indivíduo que contenha estes apetites, é necessário que eles sejam contidos por alguma força exterior ao indivíduo, ou então eles se tornarão insaciáveis, isto é, mórbidos. Ou então, não conhecendo limites, eles se tornarão para o homem uma fonte de tormentos, o excitando a desenvolver sem parar uma atividade que não pode ser satisfeita, o irritando e o infernizando numa perseguição sem saída possível.³²⁸

Tais apetites, nas sociedades anteriores, eram limitados por alguns mecanismos exteriores aos indivíduos. Diversamente, na sociedade industrial estes limites inexistiam,

³²⁷ Ibidem.

³²⁸ Ibidem, p. 225.

principalmente para os apetites econômicos. Para Durkheim, estes estavam entregues a própria sorte.

Durkheim defendia que, como no passado, na sociedade industrial os apetites econômicos só podiam ser arrefecidos à medida que fossem subordinados a fins que os ultrapassassem. Somente estes fins poderiam satisfazê-los. Do contrário, nem salários elevados, nem sólidos padrões de lucratividade, garantiriam uma estabilidade da vida social. Isto porque, estes patamares de salários e lucros serviriam de ponto de partida pela busca do mais.³²⁹

Durkheim estava convencido disto em razão de avaliar que, por si só, os indivíduos não se ateriam no ponto a que chegassem. Era preciso que eles estivessem convencidos que poderiam viver com o que tinham, que recebiam suas justas cotas-partes da sociedade. Entretanto, para que isto ocorresse, ele enfatizava que era

necessário que haja uma autoridade, na qual eles reconheçam a superioridade e que estabeleça este direito [de não ir além de um determinado ponto]. Pois jamais o indivíduo abandonado unicamente à pressão de suas necessidades, admite que chegou ao limite extremo de seus direitos. Se ele não sente acima dele uma força que ele respeite e que o pare, que lhe diga com autoridade que a recompensa que lhe é devida está alcançada, é inevitável que ele reclame como sendo-lhe devido tudo que exigem suas necessidades e, como nesta hipótese estas necessidades são sem freio, suas exigências são sem limites. Para que seja de outro modo, é necessário que haja um poder moral no qual ele reconheça a superioridade e que lhe grite: *Tu não debes ir mais longe.*³³⁰

Ou seja, para o autor, somente um poder, revestido de uma determinada autoridade moral, poderia estabelecer regras de conduta que aplacassem os arrivismos e as ambições individuais. Nesta perspectiva, ele seria capaz de fazer o operário se convencer que recebia o salário que lhe convinha, bem como o capitalista de não buscar lucro além de um determinado limite. Só assim, as crises seriam superadas e a sociedade encontraria um determinado equilíbrio.

³²⁹ Ibidem, p. 226. Em **Lições de Sociologia**, Durkheim fornecia elementos para esta interpretação. Dizia ele: “eis como o desencadeamento dos interesses econômicos foi acompanhado de um rebaixamento da moral pública. É que, enquanto o industrial, o comerciante, o operário, o empregado desempenha a profissão, nada existe, acima, que lhe contenha os egoísmos, não está sujeito a nenhuma disciplina moral.” DURKHEIM, E. **Leçons de Sociologie**, op. cit., p. 52.

³³⁰ **Lê Socialisme**, op. cit., p. 227.

A partir desta concepção, por paradoxal que possa parecer o argumento, pode-se afirmar que, ao defender a necessidade de uma regulação moral da economia, de fazer retornar a moral para esta esfera da vida social, Durkheim mostrava que a instabilidade que as pessoas vivenciavam no seu dia-a-dia não decorria de problemas econômicos *per se*.

Ora, mas se as causas das crises econômicas não eram propriamente econômicas, então a solução para as mesmas também ali não podia ser encontrada. Durkheim era bem claro quanto a isto. Segundo ele, para a sociedade sair do impasse em que vivia,

não basta modificar, de uma vez por toda, a base da vida econômica; pois, façamos o que fizermos, e seja qual for a modificação que introduzamos, ela não se tornará, por isso, diversa do que é, não mudará de natureza. E, por natureza não se pode bastar. A ordem, a paz entre os homens não pode resultar, automaticamente, de causas inteiramente materiais, de mecanismo cego, muito requintado embora. **É obra moral.** ³³¹(Grifo nosso).

Assim, ao identificar a moral como solução para as crises, o sociólogo francês expressava sua concordância para com a sociedade industrial. Neste aspecto, não havia nenhum traço de romantismo. Ele não acreditava que a superação das crises ocorreria fazendo a sociedade retroceder ao passado. Ao mesmo tempo, avaliava que ela não necessitava de um aperfeiçoamento de seu processo produtivo, de uma melhoria da circulação das mercadorias, etc. Sua economia no todo, na sua materialidade, não deveria ser modificada.

Esta compreensão esclarece melhor sua posição sobre as políticas assistenciais, de bem-estar, etc., acima referida. Não só por serem levadas a efeito pelo Estado, mas por serem essencialmente materiais, elas não conseguiriam eliminar as insatisfações dos trabalhadores. Também explica a sua crítica à proposta socialista de por fim a propriedade privada dos meios de produção. Como as demais soluções que eram apresentadas, essa não seria capaz de eliminar a anarquia na economia. Antes de tudo, urgia uma reforma moral. ³³²

Esta reforma ocorreria à medida que o espaço que a economia ocupava na sociedade fosse pouco a pouco (re) moralizado. Era preciso preencher uma lacuna que havia sido

³³¹ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 51.

³³² “Não creio, pois, possa haver, mais urgente que essa, nenhuma reforma. Não quero dizer que baste a tudo; é, porém, a condição preliminar, sem a qual as outras são possíveis. Suponho que, amanhã, o regime da propriedade venha a ser miraculosamente transformado e, segundo a fórmula coletivista, os instrumentos de produção venham a ser retirados das mãos de particulares, e atribuídos, unicamente, à coletividade. Todos os problemas nos quais nos debatemos hoje hão de subsistir integralmente.” *Ibidem*, p. 68.

esquecida e relegada a segundo plano, mas que, por isso mesmo, tinha provocado e provocava conseqüências danosas à vida coletiva. Tal situação decorria, de modo concomitante, do fato de que os antigos valores não conseguiam mais responder a nova realidade econômica, nem muito menos novos tinham sido tecidos. Contra esta realidade, Durkheim defendia:

importa que a vida econômica regre-se, moralize-se e, como objetivo que os conflitos que a perturbam tenham fim, que os indivíduos cessem de viver no seio de um vazio moral onde sua própria moralidade individual se anemia. Pois, é necessário que, nesta ordem de funções, venha a constituir-se uma moral profissional, mais concreta, mais próxima dos fatos, mais extensa que a de hoje.³³³

Esta moralização, acreditava o autor, faria a economia voltar ao seu leito normal, a funcionar harmonicamente e sem sobressaltos. Ao invés de ser objeto de interesses particulares, ela estaria voltada e subordinada aos interesses coletivos. Deste modo, como outrora, ela contribuiria para a vida social desempenhando as funções que lhe eram devidas.

Para que isto se realizasse, era fundamental o estabelecimento de regras que dissessem a cada um dos participantes do mundo econômico quais eram os seus direitos e deveres, o que poderiam ou não fazer, como desempenhar suas respectivas funções, etc. Porém, isto não podia ocorrer, alertava Durkheim, de maneira geral e vaga. Diversamente, tais regras deveriam ser precisas e detalhadas, “com vistas às principais e mais comuns circunstâncias”.³³⁴

Como as demais esferas da vida social, por exemplo, deveria haver uma moral para o comércio e para a indústria. De modo mais preciso ainda, ele defendia que não poderia “deixar de haver deveres do empregado como o empregador, deste com aquele, dos empresários uns em relação aos outros, de maneira a atenuar a concorrência e regrá-la, de maneira que venha a impedir de se transformar, como hoje, em guerra não menos cruel”.³³⁵

³³³ Ibidem, p. 52.

³³⁴ Ibidem.

³³⁵ Ibidem, p. 67/68.

O que reforçaria a moralidade pública, pois que esta deixaria de se ausentar de uma das principais esferas da vida social moderna. Donde ele concluía enfaticamente: “portanto, não creio que haja reforma mais urgente que aquela [reforma moral da economia]”.³³⁶

Mas, aqui, cabe uma pergunta: como seria processada uma reforma de tamanha magnitude? Para Durkheim, esta (re) moralização não ocorreria por encanto! Ou seja, ela não ocorreria natural ou automaticamente. Para se tornar realidade, seria necessário um determinado agente. Qual? Neste ponto, Durkheim fazia o seguinte esclarecimento:

essa regulamentação, essa moralização, não pode ser instituída nem por cientista em seu gabinete, nem por um homem de Estado; ela não pode ser obra senão dos grupos interessados. Eis porque, como esses grupos não existem atualmente, nada há de mais urgente do que trazê-los a existência.³³⁷

Contudo, resta uma pergunta: que grupos seriam estes?

- As Corporações Como Agente da (Re) Moralização

Durkheim não identificou estes grupos nem nos órgãos do Estado, nem nos partidos políticos, nem muito menos nos sindicatos. O primeiro era incapaz, como já foi mostrado, em razão das funções econômicas serem muito especializadas e distantes dele. O mesmo ocorria com os partidos políticos. Quanto aos sindicatos, sua incapacidade de levar a moral para o seio do mundo econômico decorria de dois aspectos: primeiro, porque eles eram associações privadas, representantes de interesses particulares, incapazes de promover a unidade profissional no seu conjunto; segundo, como consequência, por não superarem e sim promoverem o estado de beligerância entre os diversos segmentos sociais.³³⁸ Para ele, os únicos grupos que conseguiriam efetivar a (re) moralização da economia seriam as corporações profissionais³³⁹, pois teriam a capacidade “de instituir, de fazer aceitar e de manter a disciplina necessária”.³⁴⁰

³³⁶ Ibidem, p. 68.

³³⁷ Ibidem, p. 69.

³³⁸ DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. VII.

³³⁹ “O único que responde a estas condições é aquele que todos agentes de uma mesma indústria reunidos e organizados num mesmo corpo formariam. É o que se chama a corporação ou o grupo profissional”. Ibidem,

Em vários de seus escritos, Durkheim apontou recorrentemente dois aspectos que justificavam tal capacidade das corporações profissionais. Um destes aspectos mostrava claramente o quanto elas eram antípodas ao Estado. Enquanto este era distante e não conseguia alcançar as indústrias, por exemplo, o agrupamento profissional correspondente à esta área da economia, por ser de natureza homogênea, estaria bastante próxima dos interesses que teria de regular, o que lhe permitiria não comprimi-los pesadamente.³⁴¹ Regulada desta maneira, esta função econômica poderia desenvolver-se sem abalos e contribuir com a vida social.

À primeira vista, poder-se-ia pensar que o poder das corporações decorreria de sua proximidade material com as funções econômicas. Para Durkheim, o segundo aspecto desdizia tal interpretação. Na verdade, a capacidade de regulação das corporações originar-se-ia principalmente de sua natureza moral. Era isto que lhes permitiria, à medida que elas fossem concretizadas, “moralizar a vida econômica”.³⁴² A partir daí, todos os egoísmos e interesses particulares se curvavam em direção da sociedade; todos os segmentos - patrões e empregados -, em razão deles próprios terem formulado regras e normas, desempenhariam seus direitos e deveres a contento.³⁴³

Esta regulação promovida pela corporação profissional, ao contrário do que se podia acreditar, não teria seus efeitos confinados ao mundo econômico. Por sua densidade e fundamento morais, suas conseqüências seriam extensivas às demais dimensões da vida social. Isto ocorreria, na opinião do autor, em razão de todas as pessoas terem interesse pela força das normas morais.

Assim, antes de tudo, Durkheim entrevia na corporação profissional o meio adequado para superar o caótico estado da economia, como seus efeitos funestos para o resto da sociedade, em virtude de sua natureza preponderantemente moral. Não só. Ele acreditava que este tipo de corporação conduziria de modo objetivo à vida moral. Tal crença era justificada do seguinte modo:

p. VI. A corporação, o grupo ou agrupamento profissional, como indistintamente denominava Durkheim esta organização, era composto por todas as classes e segmentos sociais.

³⁴⁰ DURKHEIM, E. *Le Socialisme*, op. cit., p. 229/230.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 67.

³⁴³ “Aquilo que antes de mais vemos no grupo profissional é um poder moral capaz de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um mais vivo sentimento da sua solidariedade comum, de impedir que a lei domais forte se aplique tão brutalmente às relações industriais e comerciais”. DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. XII.

Ora, uma vez formado o grupo [profissional], é impossível que dele não brote vida moral própria, com a marca das condições especiais que lhe deram origem. Pois, é impossível que homens vivam juntos, estejam em comércio freqüente, sem que adquiram o sentimento do todo por eles formado, liguem-se a esse todo, preocupem-se com ele, levem-no em conta na conduta. Ora, esse apego que ultrapassa o indivíduo, aos interesses do grupo social ao qual pertence, é a fonte mesma de toda atividade moral.³⁴⁴

O grande problema era que as corporações não existiam. Na verdade, elas tinham existido até fins da Idade Média e início da sociedade industrial. Ao defendê-las, Durkheim assim procedia como intuito de mostrar sua atualidade e a necessidade delas serem novamente constituídas; pois, só elas seriam capazes de reordenar a economia.³⁴⁵

Mas, o que justificaria a retomada e a reconstituição de uma instituição que sucumbira ao advento da sociedade industrial?

O principal argumento utilizado por Durkheim para justificar a retomada das corporações era sua perenidade histórica. Estas organizações profissionais haviam estado presente em todas as sociedades, desde que a família perdesse o controle sobre as atividades produtivas. Em todas as sociedades elas desempenharam papéis não pouco importantes. Esta recorrência era a prova mais contundente de sua importância. E, por isso mesmo, não poderia ser atribuída à “uma particularidade contingente e acidental; menos ainda [era] possível admitir que ela [tivesse] sido o produto de não sei qual aberração coletiva”.³⁴⁶

Entretanto, esta proposta não era vista com bons olhos, particularmente pelos economistas que, já no século XVIII, defendiam a supressão completa daquelas organizações profissionais. Segundo Durkheim, toda tentativa de reconstruí-las era vista por eles como um empreendimento retrogrado, “por ser impossível parar os movimentos históricos”.³⁴⁷ O sociólogo contra-argumentava que tal contestação seria válida se aquela organização tivesse existido como um interregno histórico, o que não se verificou. O que de

³⁴⁴ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 62.

³⁴⁵ “Ora, para que esta moral profissional possa se estabelecer na ordem econômica, é necessário que o grupo profissional, que é quase ausente nesta região da vida social, se constitua ou reconstitua. Pois só ele pode elaborar a regulamentação que é necessária”. *Ibidem*, p. 55/56.

³⁴⁶ DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. XI.

³⁴⁷ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 57.

fato podia ser constatado era sua presença na Antigüidade, durante o Império Romano, por boa parte da Idade Média, chegando até ao limiar da sociedade industrial.

Durkheim ressaltava que, apesar desta constância, não era correto pensar que as corporações sempre tiveram as mesmas características. Ao contrário da Idade Média, por exemplo, em Roma as corporações de artesãos não tinham um caráter profissional, mas religioso. Havia assim variações, nuances, formas de inserções e funções diferenciadas ao longo da história. Contudo, em todas as épocas, elas constituíram, para seus membros, um meio ambiente moral.

Este meio moral que as corporações profissionais sempre formaram foi o que permitiu que, até o advento da sociedade industrial, as funções econômicas fossem reguladas, não fossem sobressaltadas por crises e contribuíssem para o bom andamento da vida social. Para Durkheim, as corporações de ofício medievais foram exemplares neste sentido. Fazendo uma aproximação comparativa com sua época, ele ressaltava que, em cada uma daquelas corporações,

regras precisas fixavam... os deveres respectivos de patrões e operários, assim como os deveres dos patrões uns para com os outros. Existem, é verdade, certos regulamentos que podem não estar de acordo com as novas idéias atuais; mas é segundo a moral do tempo que se deve julgá-los, já que é ela que eles exprimem. O que é incontestável é que todos eles são inspirados pela preocupação, não de uns ou outros interesses individuais, mas do interesse corporativo, bem ou mal compreendido, não importa. Ora, **a subordinação da utilidade privada à utilidade comum, qualquer que ela seja, tem sempre um caráter moral, pois que implica necessariamente algum espírito de sacrifício e de abnegação.**³⁴⁸ (Grifo nosso).

Assim, as corporações criavam uma espécie de halo moral em torno das suas atividades. Isto porque, o próprio modo como se constituíam era a expressão de uma típica regra de conduta: ela trazia consigo a noção de dever de cada um de seus membros para com outros. Deste modo, não havia a menor possibilidade das funções econômicas saírem do controle tanto dos seus participantes, como da comunidade em geral.

Era por este motivo que Durkheim repetia com insistência a seguinte especulação:

³⁴⁸ DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. XV.

se das origens da cidade ao apogeu do Império [Romano], da aurora das cidades cristãs à Revolução Francesa; as corporações foram necessárias, foi, provavelmente, por corresponderem a alguma necessidade durável e profunda.³⁴⁹

A necessidade durável e profunda a que sempre corresponderam foi a de sempre terem criado um meio moral; meio não só indispensável às suas atividades, mas também à sociedade. E era justamente esta característica que justificava a sua retomada pela sociedade industrial.

Mas, cabem as seguintes indagações: o que havia levado ao declínio das corporações? Por que este tipo de organização tão importante para o regular e bom desempenho das funções econômicas não tinha perdurado?

Durkheim respondia estas indagações tomando por base determinados fatos históricos. De acordo com sua avaliação, aquele tipo de organização tinha conseguido responder às necessidades sociais até o século XVII. Ainda neste momento, sua base comunal correspondia à uma produção e a um mercado circunscritos aos limites das cidades onde se localizavam. Sua validade podia ser também constatada na organização política, onde ela era a sua base.

Todavia, as coisas mudaram com a chegada século XVIII. Neste momento, surgiu a grande indústria e, com ela, foi desaparecendo todas as condições que permitiam a existência das corporações. Na avaliação de Durkheim,

por sua natureza, ela ultrapassou os quadros municipais. Por um lado, não tem sede, necessariamente, numa cidade; ela se estabelece num ponto qualquer do território, assim no campo como na cidade, fora de todas aglomerações, lá onde pode alimentar-se o mais economicamente possível, e de onde pode irradiar o mais longe e o mais facilmente possível. Ademais, a clientela é recrutada por toda parte; e o campo de ação não se limita a nenhuma região determinada. Instituição tão estreitamente presa à comuna, qual a corporação, não podia, portanto, servir para enquadrar e reger uma forma de atividade social tão completamente independente da comuna.³⁵⁰

A grande indústria deslocou, assim, a atividade econômica para fora da vida comunal e, conseqüentemente, para além das corporações. Esta não podia mais reger aquela atividade,

³⁴⁹ DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 58.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 73.

pois ficou cada vez mais longe do seu alcance. Ao mesmo tempo, o processo produtivo e o mercado foram se desenvolvendo sem nenhuma referência de regulação e controle.

Num primeiro momento, como mostrado acima, o Estado tentou assumir o papel da corporação, mas, pouco a pouco, largou a grande indústria à própria sorte. As corporações, por seu turno, se esforçaram “por todos os meios para lhe impedirem os progressos”. O que provocou reações, como já se viu, principalmente dos economistas. Donde Durkheim retorquia, que não se concluísse dali “que doravante toda disciplina fosse inútil; acontecia apenas que a antiga corporação devia transforma-se para continuar a desempenhar o seu papel nas novas condições da vida econômica”.³⁵¹

Principalmente, seria necessário que esta transformação fosse no sentido de poder acompanhar e alcançar a amplitude que as funções econômicas tomaram. Para o caso das indústrias, por exemplo, Durkheim detalhou como poderia ocorrer esta atualização da corporação. Na sua proposta, ao longo do território de cada país, elas seriam agrupadas em categorias distintas, segundo semelhanças e afinidades. Cada agrupamento ficaria subordinado a um órgão central e a grupos secundários e regionais, compostos por pessoas eleitas. Estas instâncias teriam o poder de regular as relações entre os empregados e os empregadores, as condições de trabalho, os salários, a concorrência, etc. Eis o que seria a corporação restaurada. Se isto fosse alcançado, Durkheim acreditava que

a vida econômica organizar-se-ia, regrar-se-ia, determinar-se-ia, sem nada perder de sua diversidade. Aliás, esta organização não faria senão introduzir, na ordem econômica, a reforma que se produziu em todas as outras esferas da vida nacional. Os usos, os costumes, a administração política, que outrora tinham um caráter local, que variavam de uma ponta a outra do território, foram mais e mais unificando e generalizando-se; e os antigos órgãos autônomos, tribunais, poderes feudais ou comunais, tornaram-se mais e mais órgãos secundários e subordinados do organismo central que assim se formou. **Não é verossímil que a ordem econômica deva se transformar no mesmo sentido e da mesma maneira?**³⁵² (Grifo nosso).

³⁵¹ DURKHEIM, E. *De La Division Du Travail Social*, op. cit., p. XXVI.

³⁵² DURKHEIM, E. *Leçons de Sociologie*, op. cit., p. 75. No mesmo sentido, em *Da Divisão do Trabalho*, Durkheim fazia a seguinte afirmação: “já que o mercado, de municipal que era, se tornou nacional e internacional, a corporação deverá tomar a mesma dimensão. Em vez de estar limitada apenas aos artesãos de uma cidade, ela deve crescer de maneira a compreender todos os membros da profissão, dispersos por toda a extensão do território; pois qualquer que seja a região em que se encontrem, habitem na cidade ou no campo,

Só assim, acreditava Durkheim, a moral voltaria a envolver a economia, fazendo com que esta deixasse de ser anárquica e constantemente abalada por crises de proporções e conseqüências sempre graves. Só assim, ela poderia voltar a ser uma função subordinada aos interesses da sociedade e não mais aos interesses entesouradores de indivíduos egoístas.

todos são solidários uns dos outros e participam numa vida comum". DURKHEIM, E. **De La Division Du Travail Social**, op. cit., p. XXVII.

CONCLUSÃO

A presente tese partiu e se desenvolveu buscando verificar a seguinte hipótese: *Durkheim almejava que, na sociedade industrial, a economia fosse (re) moralizada*. Tal verificação, como foi mostrado, teve que contornar o problema de que o sociólogo francês nunca estabeleceu como objeto de estudo central nem o fenômeno econômico em si, nem muito menos o pensamento econômico. Apesar desta lacuna, ele nunca se furtou a tomar um posicionamento, em geral crítico, tanto em relação a um como em relação ao outro.

A partir da sistematização, que aqui se procedeu, deste seu posicionamento, expresso em vários de seus textos e livros, principalmente nos iniciais, foi possível descobrir e compreender meridianamente qual era seu entendimento acerca do fenômeno econômico, bem como da realidade econômica de seu tempo. Sobre estes dois aspectos, sua reflexão discordou frontalmente da visão dos economistas, e em menor intensidade daquela dos socialistas.

Mesmo tomando esta reflexão fragmentária como referência, foi possível apresentar seu diagnóstico sobre a economia do século XIX, bem como a solução para o impasse em que ela se encontrava. O principal problema que verificou foi que o desenvolvimento da economia e a amplitude que ganhou no mundo moderno havia se processado desvincilhando-se de toda e qualquer moral; algo desconhecido até então na história. Como solução, ele propôs (re) moralizar a economia.

O problema de sua análise encontrava-se justamente neste ponto. Fazia sentido o que Durkheim dizia sobre a economia na Idade Média. De fato, lá, ela era uma esfera da vida social subordinada a valores morais, os quais ditavam suas normas, finalidades, etc. Isto era possível, ao que parece, em virtude dela estar voltada exclusivamente para a subsistência.

Já no caso da sociedade moderna, ou industrial como chamava, as coisas ocorrem de uma outra maneira. Aqui, o aspecto da subsistência deixa de ser a finalidade da economia. Esta funciona com vistas a garantir a acumulação de riquezas, o que a torna extremamente dinâmica. Para isto, cada vez mais, ela prescindiu dos valores tradicionais, familiares, religiosos, etc., colocando em seus lugares relações monetárias e impessoais; e, quanto mais se desenvolveram, mais estas relações penetraram e penetram nas vidas das pessoas.

Parece um pouco duvidoso, principalmente quando não se queria tocar nos fundamentos do capitalismo, que dentro desta sociedade seja possível a moral recolonizar a economia. Por mais que se queira domá-la, esta é imprevisível e incontrollável.

Durkheim sempre rejeitou em todos os seus escritos a idéia de resolver o problema do presente voltando para o passado; ele avaliava que isso ia contra a ordem das coisas. Contudo, ao defender a (re) moralização da economia, por mais que não fosse, ele acabava caindo numa posição romântica.

Algo similar se passava na defesa das corporações. De fato, estas corresponderam à sociedades militarizadas, como a romana, ou autárquicas, como a feudal. Corresponderam também àquelas onde preponderavam as economias de subsistência.

Porém, parece pouco verossímil que tais organizações conseguissem ser soerguidas novamente num mundo em que o mercado ganhou tamanha importância, que invadiu e ainda invade várias dimensões da vida social. Neste contexto, é pouco provável fazer com que os empresários, por exemplo, se entendam entre si para combinarem seus respectivos lucros.

Além disso, seu argumento de que as corporações sempre existiram e que, por isso, expressavam uma necessidade eterna da sociedade, exalava uma certa perspectiva anti-histórica. Algo muito próximo da teoria comtiana dos três estados que tanto combatia. Assim como Durkheim em relação à corporação, o fundador do positivismo estabeleceu como eternas seis estruturas básicas (família, propriedade, linguagem, religião, poder temporal, poder espiritual).

Estas fragilidades teóricas talvez expliquem porque os economistas e as reflexões sobre a economia e o estado em que se encontrava foram desaparecendo dos textos durkheimianos em fins do século XIX e século XX. No caso dos economistas, segundo levantamento de Philippe Steiner, após **O Suicídio**, publicado em 1897, até a sua morte, em 1917, Durkheim só se referiu aos economistas 57 vezes.³⁵³

Em relação à economia e ao seu estado, as coisas não foram muito diferentes. No que se referiu ao tema da economia, já mencionado acima, ele ainda chegou a tratar em 1908 e 1909, mas só teoricamente. Quanto às análises sobre o estado da economia, estas desapareceram completamente dos seus textos no século XX.

³⁵³ STEINER, P. *Durkheim, les économistes et la critique de l'économie politique*, op. cit., p. 137.

Talvez esta frágil teoria da sociedade industrial, à medida que foi sendo verificada sua improcedência, explique porque pouco a pouco foi sendo priorizada a religião nos seus estudos. Como mostra Lacroix, Durkheim foi substituindo uma “teoria do homem socializado” por uma “idealização do que socializava o homem”.³⁵⁴ Era como que o método científico tivesse sido contaminado pela religião. Neste caso, Durkheim teria enveredado por uma perspectiva metafísica.³⁵⁵ Em síntese, a religião passou a ser tomada como o fundamento primeiro da socialização humana e a **questão social** relegada a segundo plano.³⁵⁶

³⁵⁴ LACROIX, B. ET LANDERER, B. *Durkheim, Sismondi et les socialistes de la chaire*, p. 291.

³⁵⁵ Segundo Armand Cuvillier, a partir de 1898, quando escreveu o artigo **Representações Individuais e Representações Coletivas**, “desde então, [Durkheim] insistirá mais e mais sobre o papel destas representações e suas interpretações tomaram mais e mais um caráter idealista”. CUVILLIER, A. *Durkheim et Marx*, op. cit., p. 84.

³⁵⁶ Na única vez que se referiu à economia n’ **As Formas Elementares da Vida Religiosa**, Durkheim afirmou o seguinte: “Somente uma única forma de atividade social não foi ainda expressamente ligada a religião: esta é a economia. Contudo, as técnicas que derivam da magia, que se encontram naquela, têm origens religiosas. Além do mais, o valor econômico é um tipo de poder, de eficácia, e nós sabemos as origens religiosas da idéia de poder. A riqueza pode decorrer do *maná*: pois este a possui. Disto, podemos entrever que a idéia do valor econômico e aquela do valor religioso não são sem relação entre si. Mas a questão de saber qual a natureza destas relações ainda não foi estudada”. DURKHEIM, E. *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse*, 5^a édition, Paris, Quadriège/PUF, 2003, p. 598.

BIBLIOGRAFIA

- OBRAS DE ÉMILE DURKHEIM

DURKHEIM, E. **De La Division du Travail Social**, 8^e édition, Paris, PUF, 1967.

____. **La Science Sociale et L'action**, 2^e édition, Paris, PUF, 1987.

____. **Leçons de Sociologia**, 3^e édition, Paris, Quadriage/PUF, 1997.

____. **Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse**, 5^a édition, Paris, Quadriage/PUF, 2003.

____. **Les Règles de la Méthode Sociologique**, 15^e édition, Paris, PUF, 1963.

____. **Le Socialisme**, Paris, Quadriage/PUF, 1992.

____. **Le Suicide**, 11^e édition, Paris, Quadriage/PUF, 2002.

____. **Sociologie et Philosophie**, 2^e édition, Paris, Quadriage/PUF, 2002.

____. **Textes (1. Eléments D'une Théorie Sociale)**, Paris, Les Editions Minuit, 1975.

____. **Textes (2. Religion, Morale, Anomie)**, Paris, Les Editions Minuit, 1975.

- OUTRAS OBRAS

AIMARD, G. **Durkheim Et La Science Économique (L'apport de sa sociologie à la théorie économique moderne)**, Paris, PUF, 1962.

ARON, R. **As Etapas Do Pensamento Sociológico**, 5ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

_____. *Sociologie et Socialisme*. **Annales de L'Université de Paris**, nº 1, 1960.

ASSOUN, P-L. *Durkheim et le socialisme de la chaire*. **Revue Française de Science Politique**, vol. 26, nº 5, Paris, Presses de La Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1976.

BELLAMY, R. **Liberalismo e Sociedade Moderna**, São Paulo, Editora UNESP, 1994.

BOUGLÉ, C. *Théories sur la division du travail* in **L'année Sociologique**, VI, Paris, Félix Alcan, 1903.

BOUJU, Paul M. e DUBOIS, H. **La Troisième République**, 6º edition, Paris, PUF, 1967.

CANDAR, G. Et REBÉRIOUX, M. (direction) **Jaurès et Les Intellectuels**, Les Éditions de l'Atelier/Édition Ouvrières, Paris, 1994.

COHN, G. (Org.), **Sociologia: Para Ler Os Clássicos**, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

CUVILLIER, A. *Durkheim et Marx*. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, vol. IV, Paris, 1948.

DUVIGNAUD, J. **Durkheim (Sa Vie, Son Oeuvre)**, Paris, PUF, 1965.

ENGELS, F. e MARX, K. **O Manifesto Comunista**, 2ª edição, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

FILLOUX, J-C. **Durkheim et Le Socialisme**, Genève, Librairie Droz, 1977.

FRIEDMANN, G. *La thèse de Durkheim et les formes contemporaines de la division du travail. Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XIX, Paris, PUF, 1955.

GIANNOTTI, José A. **Exercícios de Filosofia**, 3ª edição, Petrópolis, Editora Vozes/CEBRAP, 1980.

GIDDENS, A. **Capitalism & Modern Social Theory**, Cambridge University Press, 2002.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, 5ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984.

LACROIX, B. *Regulation et anomie selon Durkheim. Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LV, Paris, PUF, 1973, p. 291.

LACROIX, B. ET LANDERER, B. *Durkheim, Sismondi et les socialistes de la chaire. L'année Sociologique*, Paris, PUF, 1972.

LEPENIES, W. **Les Trois Cultures**, Paris, Édition de la Maison des Sciences de L'homme, 1990.

LUKES, S. **Émile Durkheim, Su Vida y Su Obra**, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1984

MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política* in **Os Pensadores**, São Paulo, Abril Cultural, 1978.

PETITFILS, J-C. **Les Socialismes Utopiques**, Paris, PUF, 1977.

PRADES, José A. **Durkheim**, 3ª edição, Paris, PUF, 1997.

RUSS, J. **Pour Connaître Le Socialisme Utopique Français**, Paris, Bordas, 1977.

SAINT-SIMON, C-H. **Textes Choisis**, Paris, Éditions Sociales, 1969.

SCHAEFFLE, A. E. **La Quintessence du Socialisme**, Paris, Édouard Cornély & C^{ie} Éditeurs, s/d.

SCHMOLLER, G. **Politique Sociale et Économie Politique (questions fondamentales)**, Paris, V. Giard & E. Briere, 1902.

SCHUMPETER, Joseph A. **História da Análise Econômica**, Parte IV/Parte V, Rio de Janeiro, Centro de Publicações Técnicas da Aliança (Para o Progresso), 1964.

SISMONDI, J-C. L. Sismonde de. **Nouveaux Principes D'économie Politique (ou De la richesse dans ses rapports avec la population)**, Paris, Calmann-Lévy, 1971.

SMITH, A. **A Riqueza Das Nações**, Vol. 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SOREL, G. **Materiaux D'une Théorie du Prolétariat**, Paris-Genève, Slatkine, s/d.

STEINER, P. *Durkheim, les économistes et la critique de l'économie politique*. **Economies et Sociétés**, Série Oeconomia, Histoire de la Pensée Economique, n°19, 4, Paris, 1994.

_____. *Le fait social économique chez Durkheim*. **Revue Française de Sociologie**, vol. XXXIII, n° 4, Paris, 1992.

WAGNER, A. **Les Fondements de L'économie Politique**, Paris, V. Giard & E. Briere, 1904.